

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

RAÍSSA VIEIRA TEIXEIRA

Veja sob a ótica de uma Folha: o discurso midiático na construção de uma imagem dos saques em São Paulo (1983)

Mestrado em História

São Paulo

2016

RAÍSSA VIEIRA TEIXEIRA

Veja sob a ótica de uma Folha: o discurso midiático na construção de uma imagem dos saques em São Paulo (1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História

Área de concentração: História da Imprensa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Reis Longhi

São Paulo

2016

Banca Examinadora

À minha família, à democracia e aos movimentos sociais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais Marta e José Luiz, que além de me apoiar na realização deste mestrado, me deram todo suporte necessário auxiliando no que foi preciso. Minha mãe e meu pai são os meus exemplos que durante toda minha vida me fascinaram com suas histórias de luta, suas histórias de vida e de superação; são a minha inspiração histórica. Não existem palavras que me permitam agradecer a preocupação e o amor de vocês, que são mais que fundamentais em minha jornada. Lhes dedico cada linha desta dissertação, com muito carinho e orgulho.

Às minhas irmãs, Laís e Mel. À Laís pelo orgulho que sempre demonstrou e sua disposição a auxiliar no que for preciso, sempre com palavras que me motivaram a seguir em frente e encarar os desafios. À Mel pela imprescindível companhia nas horas de solidão que a escrita de uma dissertação nos impõe. Às duas, o meu carinho, amor e agradecimento.

Ao Allan por me ajudar em diversos momentos deste trabalho, por sempre me incentivar e me supplantar quando as dificuldades apareceram. Sei que por muitas vezes trouxe as dificuldades deste trabalho à tona, mas você nunca deixou que isso me derrubasse.

À minha querida orientadora Carla, que me ensinou o fascinante ofício da pesquisa, trazendo uma nova forma de encarar a profissão de historiadora. Aos dois anos que passamos juntas em orientação, as lamentações, as mudanças no meio do caminho e as preciosas lições que me fizeram crescer dia após dia no percurso desta pesquisa.

Aos professores Luiz Antonio Dias e Maria Aparecida Aquino pelas magníficas contribuições na qualificação que foram imprescindíveis na realização deste trabalho.

Agradeço também ao CNPq por ter sido fundamental para que eu realizasse esta pesquisa, com a concessão da bolsa de estudos que me possibilitou cursar este mestrado e avançar em minha vida acadêmica.

Agradeço com muito carinho e muito orgulho à PUC-SP, minha “casa”, instituição tão importante em minha vida e em minha formação, que sempre me possibilita descobrir e aprender, sendo sempre uma das protagonistas de meu crescimento acadêmico.

À todas e todos mencionados nestes singelos agradecimentos, registro meu carinho e gratidão.

RESUMO

TEIXEIRA, R. V. **Veja sob a ótica de uma Folha**: o discurso midiático na construção de uma imagem dos saques em São Paulo (1983). 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

A presente dissertação de mestrado busca compreender como se deu a veiculação das notícias dos saques que ocorreram em Santo Amaro, bairro localizado na zona sul da cidade de São Paulo, pela revista *Veja* e também pelo jornal *Folha de São Paulo*. O intuito é perceber no decorrer das reportagens os projetos políticos-midiáticos de ambos os veículos e como que estes projetos influenciaram nas formas de abordar o movimento social citado acima. Além disso, este trabalho busca também destrinchar as práticas discursivas que constroem uma imagem dos saques ao leitor, entendendo quais as intencionalidades presentes em suas páginas e como estas deixam claro suas direções políticas. Juntamente com a análise das fontes obtidas do jornal *Folha de S. Paulo* e revista *Veja*, abordo também o contexto histórico da época, que remonta à ditadura militar, suas ações e consequências para o período, especificamente o ano de 1983. Além de rememorar os anos da ditadura, busco também traçar um histórico de alguns movimentos sociais que foram extremamente importantes na época. Outro ponto abordado será a compreensão das conjunturas de vida dos trabalhadores da época, observando suas condições de moradia, de transporte, de qualidade de vida, etc. Por fim, à partir da metodologia de análise do autor Michel Foucault, é que compreendo as formas discursivas que buscaram representar os movimentos dos saques e também a construção da imagem do trabalhador brasileiro no início da década de 80.

Palavras-chave: Saques de Santo Amaro, Revista *Veja*, *Folha de S. Paulo*, ditadura militar e práticas discursivas midiáticas.

ABSTRACT

This master thesis seeks to understand how was the placement of the news of the looting that took place in Santo Amaro neighborhood located in the southern area of São Paulo, by Veja magazine and also by the newspaper Folha de São Paulo. The purpose observe in the course of reporting the political-media projects of both vehicles and how these projects influenced the ways to represent the social movement mentioned above. In addition, this dissertation also pretend to investigate the discursive practices that delineate a picture of looting to the reader, understanding which intentions being in your pages and how they make apparent their political directions. In addition with analysis of the newspaper's sources Folha de S. Paulo and Veja magazine I also bring the historical context of the period, going back to the military dictatorship, their actions and consequences for the period, specifically the year 1983. Further on to recalling the years of the dictatorship, I also bring the history of some social movements that were extremely important in the past. Another topic discussed will understand the conditions of worker's life in the ending of 70s and beginning of 80s, scrutinizing their housing conditions, transport, quality of life, etc. Finally, starting from the author Michel Foucault methodology of analysis, This dissertations understand the discursive forms that sought to represent the movements of looting and also the representations of the brazilian's worker image at the beginning of the 80s.

Keyword: Lootings inSanto Amaro, Veja magazine, Folha de S. Paulo newspaper, dictatorship in Brasil and discursives midiatical practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Santo Amaro, São Paulo, dia 4 de abril de 1983.	54
Figura 2: Detalhe da capa da edição 762.....	55
Figura 3: “Na tarde de terça feira, pela primeira vez em sua história, o palácio dos Bandeirantes teve sua cerca derrubada... ..e foi invadido pela multidão.”.62	
Figura 4: “Na Praça da Sé saquearam-se relógios das vitrinas e em Santo Amaro as portas de aço protegiam o comércio”	63
Figura 5: “Santo Amaro, terça-feira: rastros de destruição na esteira da passeata ao Palácio dos Bandeirantes”.....	69
Figura 6: “Praça da Sé, terça-feira: a certeza da impunidade”	75
Figura 7: “No troféu, o nome do pai do presidente Figueiredo”.	82
Figura 8: “A batalha do cidadão armado”.	85
Figura 9: Manchetes da Folha de S. Paulo	100
Figura 10: Manifestantes derrubam gradis	119
Figura 11: Três cenas na cidade	141
Figura 12: Destaque da matéria “Três cenas na cidade”	141
Figura 13: “Um dia de paz na cidade”	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. NAS PERIFERIAS DA CONTESTAÇÃO	14
1.1 A decadência do viver: um cotidiano de dificuldades.....	14
1.2 A Fênix ressurgiu: manifestações nas periferias paulistas e paulistanas	18
1.3 Cinco dias de existência e resistência: os saques que sacudiram São Paulo	37
CAPÍTULO 2. AS ENTRELINHAS DO PODER: A REVISTA VEJA	40
2.1 O nascimento de uma promessa	40
2.2 O nascimento de uma promessa	47
2.3 A representação do caos	61
2.4 Nas entrelinhas do discurso: o caso da revista Veja.....	88
CAPÍTULO 3. UMA NOVA ROUPAGEM PARA UM NOVO TEMPO: O JORNAL FOLHA DE S. PAULO	92
3.1 A história em uma Folha	92
3.2 Reedição da edição: a guinada política	114
3.3 Os ventos da calma se aproximam.....	132
3.4 Nas entrelinhas do discurso: o caso do jornal Folha de S. Paulo	149
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS	162
ANEXO I – FONTE: FOLHA DE S. PAULO	168
ANEXO II – FONTE: REVISTA VEJA.....	16873

INTRODUÇÃO

Compreender os movimentos sociais a partir da mídia é uma tarefa que atrai diversos estudos na ânsia de perceber os artifícios e métodos da composição de um texto jornalístico juntamente com suas intencionalidades. Principalmente no Brasil, onde podemos encontrar um extremo poder nas mãos das mídias impressas, digitais e televisivas, estes estudos tornam-se essenciais para desvincular da mídia a imagem de mera reprodutora da informação, ficando claro que por trás destas produções e reproduções há um complexo jogo de poder e correlação de forças que resultam nas mais diversas formas de se apresentar um fato ao leitor. Mais do que apenas informativos do cotidiano da sociedade, os jornais e revistas personificam interesses de certos grupos sociais, como nos apresenta Marcondes Filho:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro da objetividade (MARCONDES FILHO, 1996, p. 11).

As relações de diversas naturezas que se apresentam determinantes na formação de um meio midiático de informação são profundamente relevantes no que tange perspectiva que estes meios de comunicação obtêm em relação aos movimentos sociais.

É sob a égide das páginas da revista Veja e do jornal Folha de S. Paulo que este trabalho preocupa-se em compreender a abordagem realizada ao tratar dos saques que sacudiram a cidade de São Paulo no ano de 1983. O entendimento desta abordagem ocorrerá por meio da análise do discurso de ambos os veículos, utilizando como base metodológica a obra de Michel Foucault “A Ordem do Discurso” (1996). O autor vai nos apresentar uma série de pontos importantes a levar em consideração sobre os discursos proferidos, principalmente quando se trata de veículos de grande expressão.

Embora as fontes sejam provenientes dos veículos midiáticos citados acima, o foco principal é compreender a forma com que os movimentos sociais foram retratados, além de buscar compreender a razão que levou às abordagens que serão analisadas nesta pesquisa.

Para enriquecer ainda mais a discussão em torno dos movimentos sociais, apresento no Capítulo 1 - *Nas Periferias da Contestação* - uma retomada do contexto histórico que compôs a atmosfera do final da década de 70 e início de 80. Esta contextualização é de suma importância para compreendermos como que o trabalhador, integrante dos movimentos dos saques iniciados na região de Santo Amaro, convivia com os problemas econômicos e sociais. Neste capítulo, pretendo discorrer sobre as ações governamentais em relação às políticas sociais, além de caracterizar alguns dos movimentos que eclodem no período destacado.

Sobre a caracterização dos movimentos sociais durante a pesquisa, dialogo com Eder Sader (1988), uma vez que o autor nos apresenta um aprofundado panorama dos levantes das mais diversas naturezas provenientes das camadas compreendidas por trabalhadores, moradores da periferia, desempregados, movimentos de esquerda etc. Este autor será essencial para nos ajudar a compreender quem são estes integrantes dos movimentos sociais da década de 80.

Recorro também ao autor Marcos Napolitano (2002), que acrescentará à pesquisa a discussão envolvendo a emergência dos movimentos sociais desde a década de 70 e, posteriormente, o nascimento de uma nova cultura liberal com viés democrático, sendo os jornais e revistas responsáveis por levar a mensagem da democracia como possibilidade na década de 80. Napolitano apresenta também que, por razões diversas, os meios de comunicação passaram a endossar um discurso de transição negociada para a democracia em uma alusão à política da distensão prometida no governo Geisel e posta em prática no governo Figueiredo.

Em relação à apresentação dos saques e também do contexto do trabalhador e do desempregado na cidade de São Paulo, baseio-me na pesquisa de Cassiana Buso Ferreira (2009), Paula Yone Stroh (1989), Maria da Glória Gohn (1995), entre outros autores. Estes me auxiliaram a delinear o percurso dos manifestantes e das manifestações para compreender a natureza do movimento e poder estabelecer um contraponto às visões apresentadas na *Veja* e na *Folha de S. Paulo*.

Em relação à compreensão política do período foi necessário trazer para a discussão autores como Daniel Aarão Reis (2014), Maria Helena Moreira Alves (2005), Paul Singer (1989), entre outros. A compreensão da política do período é essencial para compreender as questões que tangem as limitações de liberdade de expressão e contestação, a importância da ressignificação dos espaços públicos, os

aspectos econômicos que influenciaram diretamente a situação dos trabalhadores no Brasil e a compreensão do medo em relação aos movimentos sociais.

A escolha do tema resultou a partir de uma inquietação a respeito da forma com que dois veículos de importância sem precedentes para a história do Brasil cobriram um evento tão peculiar como os saques de Santo Amaro. Sob esta inquietação, nasceu uma pesquisa que buscou atingir a profundidade da análise sobre os instrumentos discursivos da mídia, buscando compreender suas intencionalidades, afinidades com certas camadas sociais, seus relacionamentos políticos etc.

Além disso, creio que se faz necessário o entendimento das imbricações da reprodução das informações midiáticas na história do Brasil, uma vez que a presença midiática nos desdobramentos políticos e econômicos é tão impactante em nossa sociedade.

Em relação à análise de documento, inicio no Capítulo 2 - *Uma Revista Íntima do Poder: a revista Veja*. Neste capítulo, analisei as matérias referentes aos saques, buscando, de acordo com a metodologia estabelecida por Foucault, aspectos da fala institucional, demonstrações de poder, exclusão e interdição da fala. Empenhei-me em perceber no decorrer do texto jornalístico quais foram os procedimentos utilizados de forma a atender os interesses ocultos da revista. Afirmo serem ocultos pois não há uma defesa clara de seus projetos e interesses.

A obtenção das matérias se deu através de uma seleção de conteúdo referente ao tema estudado, abarcando a totalidade das discussões veiculadas na reportagem de capa. Além da reportagem de capa, também utilizei a seção “páginas amarelas”, que se dedica a apresentar entrevistas com personagens conhecidos da população brasileira.

Já no Capítulo 3 - *Uma Nova Roupagem Para os Novos Tempos: o jornal Folha de S. Paulo* - desta pesquisa realizei a análise das fontes compreendidas no jornal Folha de S. Paulo. A metodologia de análise difere da utilizada no capítulo 2, pois a natureza de um jornal diário difere da de uma revista semanal, com é o caso da *Veja*. A partir de uma primeira análise quantitativa das matérias, buscadas através do filtro da página da internet da Folha, encontrei as edições do jornal que abarcam o tema.

Foquei-me nas notícias emitidas no primeiro caderno por este apresentar o maior volume de matérias e também por possuir o significado de transmissão dos

fatos com “neutralidade”, pois a seção não se encaixa no perfil de opinião. Em relação às opiniões, busquei também conciliar as notas existentes no primeiro caderno referentes aos comentários desta natureza, que se apresentam muito interessantes na formação de um diálogo entre a opinião emitida pelo jornal e a opinião recebida. Como anexo no final desta dissertação, inseri a tabulação das matérias do jornal divididas por dias, subdivididas por título, caderno e página. Esta seleção quantitativa permitiu uma análise inicial e facilitou a compreensão do tratamento dado na veiculação das matérias, apenas no que se refere à quantidade de matérias que abordam o fato, além dos títulos utilizados.

Para analisar as práticas discursivas, observei os mesmos aspectos da análise da revista *Veja*, trazendo Foucault como base metodológica para uma compreensão estruturada das práticas discursivas existentes no jornal *Folha de S. Paulo*.

Os estudos relativos aos objetos aqui presentes, debruçam-se em sua maioria em compreender, através da história das trajetórias, as razões das mudanças editoriais e também as razões que impõem caminhos muito bem delineados para a veiculação da notícia. Sobre este aspecto, Pilagallo (2012) nos apresenta com clareza a história da *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*, buscando compreender os rumos e determinações internas para que ambos os veículos se configurassem da forma apresentada em 1983.

Apesar de já existirem diversos estudos utilizando tanto *Veja* quanto *Folha de S. Paulo*, a novidade deste trabalho é exercer uma abordagem comparativa, analisando em ambos os veículos as formas com que se delineiam os discursos, quais direções apontam e quais intenções camuflam por entre as linhas textuais.

Como citado, o recorte temporal compreende o ano de 1983 por ser o ano em que ocorrem os saques na região de Santo Amaro. Sob o poder do Estado ditatorial iniciado em 1964 e consumado através do golpe civil militar, João Baptista Figueiredo encontra-se no poder máximo executivo, presidindo o Brasil nos anos finais da ditadura militar, a qual terá seu encerramento declarado em 1985, ano em que o primeiro presidente civil é eleito após uma sucessão de presidentes militares eleitos indiretamente.

CAPÍTULO 1. NAS PERIFÉRIAS DA CONTESTAÇÃO

1.1 A decadência do viver: um cotidiano de dificuldades

Os movimentos sociais têm sido alvos de estudos das mais diversas ciências humanas por suas lutas recorrentes, pressões sociais e importância para a construção de uma sociedade sem desigualdades e com direitos para todos. O mesmo tema é essencial para a construção deste trabalho, pois será sob a égide da representação de dois movimentos sociais que debruçarei tais estudos. Quando falo de movimentos sociais, me refiro especificamente aos saques ocorridos no bairro de Santo Amaro em São Paulo e o movimento pelas Diretas Já. Ambos os movimentos acontecem na década de 1980, mais especificamente em 1983 e 1984. Embora sejam movimentos que clamam por mudanças, eles possuem naturezas diferentes.

Em relação aos saques em Santo Amaro, é indispensável rememorar as dificuldades das classes mais baixas, tanto na final década de 1970 quanto na de 1980 no Brasil. A escolha pelos militares do termo “Milagre Econômico” possui grande importância semântica, pois buscou justificar as políticas econômicas traçadas pelo governo militar apontando o Milagre como o motivo principal, ou seja, quaisquer ações justificavam-se em prol de um crescimento do País e conseqüentemente a melhoria de vida dos brasileiros. Este Milagre econômico (que compreende o período entre 1968 a 1973) foi um fenômeno que acarretou crescimentos dos índices econômicos internos e também usufruiu de condições externas favoráveis. Foi a grande ação do governo Médici para conter a alta inflacionária e impulsionar o crescimento do PIB, além de outros aspectos. Durante este período, o trabalhador pode experimentar uma melhora na sua qualidade de vida, mesmo que essa melhora tenha sido muito sutil, uma vez que os índices que corroboravam o crescimento do País foram manipulados pelo governo da época, como se descobriu posteriormente. No entanto este “milagre” encontrou seu fim após sete anos e as condições econômicas dos brasileiros começaram a entrar em colapso, principalmente as camadas menos favorecidas economicamente. Sobre o assunto, é importante ressaltar que a historiografia contemporânea questiona a efetividade deste “milagre”, uma vez que este fenômeno não foi tão impactante como mostravam os índices da época e, portanto, devemos agir com cautela ao

analisá-lo sob as variantes historiográficas. Sobre o milagre, trataremos com mais profundidade adiante.

Sob o escudo de uma ditadura ainda sem sinais de seu fim, o Estado brasileiro falha em prover condições básicas de sobrevivência aos cidadãos. Nas palavras de Pedro Jacobi:

No início da década de 80, a crise econômica traz à tona um clima de perplexidade onde as manifestações de ação direta e a incapacidade do Estado de dar respostas rápidas às demandas dos setores mais deserdados e afetados pela recessão, tornam manifesta a insignificância das medidas adotadas. (JACOBI, 1987, p. 12).

Os “setores mais deserdados” são compostos pelas classes mais baixas e que são afetados diretamente pela crise que percorrerá os anos 80. Alguns anos antes, o Brasil viveu o que hoje podemos classificar como a crise do milagre econômico e que desembocou nessa grave crise econômica que será crucial para definir os rumos do país no contexto da década de 80/90.

Retornando ao assunto do milagre econômico, este foi apresentado na década de 70 como a solução que colocaria o Brasil nos eixos do crescimento, uma vez que o país convivia com índices altíssimos de inflação e problemas de crescimento interno desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e se arrastou até meados da década de 60. À época, o então ministro Delfim Netto, escolhido pelo presidente Arthur da Costa e Silva, foi o grande idealizador deste plano econômico, que conseguiu resultados como a redução da taxa de juros de 91,8% (1964) para 30,4% (1967), conforme aponta Bellingieri (2005, p. 2). Esses números foram os resultados de medidas implementadas em diversos campos da economia e destacam-se, para a importância desta pesquisa, a expansão de créditos tanto no sistema habitacional quanto no de aquisição de bens de consumo duráveis como automóveis, eletrodomésticos, móveis etc. É nesse ponto do projeto do milagre que vou me debruçar para traçar a posterior queda da ascensão econômica do País e da piora da situação das classes mais baixas.

Embora a concessão de crédito seja vista com bons olhos para o aquecimento da economia interna (PIB), existem problemas quanto a sua execução e eficácia, uma vez que o crédito não estava sendo direcionado às camadas mais necessitadas, mas sim às classes médias. Em relação a esse assunto, Bellingieri ressalta:

As concessões de crédito ao consumo e à construção de moradias não foram destinadas às classes mais baixas da população, mas sim às classes média e alta. Levando-se em conta o objetivo de obter crescimento econômico, era mais fácil e rápido incentivar o consumo de quem já tinha o poder de consumo, do que gerar renda para quem ainda não tinha. O consumo de bens não duráveis (alimentos, por exemplo) pelas classes mais baixas teve pouca importância para a determinação do dinamismo da economia naquele período. (BELLINGIERI, 2005, p. 6).

Portanto, o problema não estava na política, mas sim na sua execução. O resultado foi que as camadas residentes na base da pirâmide social continuaram não sendo atingidas por políticas públicas que visavam à melhoria na qualidade de vida no que diz respeito às necessidades básicas.

Esse é o primeiro ponto crucial para as determinações econômicas e sociais no futuro, ou seja, na década de 80. Observa-se então que o abismo social perdura, mesmo com o crescimento do País, uma vez que só é incentivado o consumo das classes que já possuem bens. Às classes mais baixas, o bem estar social não será alcançável, até porque, embora a taxa de juros tenha sido reduzida, esta ainda é considerada alta, principalmente por sua incidência no preço de produtos básicos à sobrevivência como a alimentação, por exemplo. Entretanto, além do fator consumo, podemos observar outro grande problema no que diz respeito às condições das classes trabalhadoras:

Delfim via o aumento do salário dos trabalhadores como aumento de custo para as empresas, o que poderia fazê-las aumentar os preços, alimentando a inflação; assim, o governo promoveu uma política de arrocho salarial, restringindo as negociações salariais entre empregados e empregadores. (BELLINGIERI, 2005, p. 6).

Somada à dificuldade de aquisição de bens de consumo, o trabalhador também viu seu salário perder o valor ao longo dos anos. Com o arrocho, o salário não acompanhava a taxa de crescimento da inflação, a qual, embora apresentasse índices decrescentes, ainda influenciavam no valor real de ganho. O dissídio não dava conta das mudanças nos índices de inflação, mas na maré do milagre econômico essa diferença ainda não era gritante. Além desses problemas que envolviam as classes baixas e trabalhadoras havia um terceiro fator interno que contribuiu fortemente para levar o Brasil à “banca rota” já nos últimos anos de 1970.

Dada a dificuldade de produzir caixa somente com a arrecadação fiscal e com a produção das empresas brasileiras, foi necessário recorrer a empréstimos de capital externo continuamente, para financiar o crescimento. Ainda mais com a ação

que permitia que qualquer empresa realizasse um empréstimo e também aos auxílios do Banco Central às empresas com dificuldades financeiras, o rombo nas contas e o déficit orçamentário começaram a ficar incontroláveis (BELLINGIERI, 2005). Mesmo com as medidas de incentivo à exportação e os seus resultados aparecendo, o dinheiro arrecadado já não era o suficiente para pagar a dívida, a qual se acumulava ao longo dos anos. De acordo com Rubens Penha Cysne:

No que pese o fato de utilizarmos dólares correntes, em 1974, como já observamos, o déficit em conta corrente (7,1 bilhões de dólares) foi superior ao déficit acumulado dos últimos seis anos (1967 e 1973). O período de 1974-1978 acrescentou ao passivo externo líquido do Brasil 30,9 bilhões de dólares. De 1974 a 1982 este número salta para 82,5 bilhões de dólares, o que implica um excesso de absorção interna sobre o produto nacional bruto a preços de mercado, médio, no período de 9,16 bilhões de dólares por ano. Vale notar que em 1978 as exportações brasileiras alcançaram 12,6 bilhões de dólares. (CYSNE, 1993, p. 207).

O Brasil havia então chegado em um ponto chave de sua história econômica, iniciada com o golpe militar. As medidas econômicas já aparentavam ser insuficientes para conter os problemas de dívida externa, inflação, arrocho salarial, empobrecimento de determinadas classes sociais, esfriamento do crescimento industrial, etc. Um sexto fato soma-se e dificulta ainda mais a vida econômica de um país cujas suas bases econômicas e sociais já estavam ruindo. A crise do petróleo de 1973 gerou o aumento do preço dos barris deste produto, o que aumentou ainda mais o gasto, agora para comprar petróleo, que é matéria prima de combustíveis diversos, automóveis, bens de consumo etc. Mas, mesmo sem que a crise do petróleo eclodisse, o Brasil logo mais veria seus problemas econômicos voltarem com força maior após um período de “estabilidade” econômica conseguida com o milagre, como afirma Cysne:

Além da inflação reprimida existente ao final de 1973, o novo governo teve também que defrontar-se com a primeira crise do petróleo, quando os preços deste produto quadruplicaram. Estes fatos explicam, em parte, a elevação da inflação de 15,5% para 34,5% entre 1973 e 1974. A parte restante fica por conta da elevação da taxa de expansão monetária, de 38% para 47% entre 1972 e 1973. (CYSNE, 1993, p. 207).

Mais do que apenas trazer números a serem analisados para confirmar os dizeres desta dissertação, é necessário ressaltar que o objetivo é descrever o contexto da crise da década de 80 e seus desdobramentos. Portanto, volto novamente à importância da inflação para a vida dos trabalhadores. Em 1982, houve

uma revisão da política salarial adotada pela política econômica dos militares; se antes o reajuste salarial era feito apenas uma vez a cada ano, agora o reajuste ocorre semestralmente. Esta política não foi modificada para a melhoria da qualidade de vida dos assalariados brasileiros, mas para equiparar seus salários aos novos índices de inflação. Pois bem: com toda a bagagem de problemas econômicos trazidos desde o final da década de 70, é de se esperar que o início dos anos 80 trará consigo surpresas desagradáveis ao bolso dos brasileiros:

Deve-se observar, assim, que as taxas de inflação anuais da ordem de 100%, que viriam a prevalecer entre 1980 e 1982 (em contraposição à média de 40% entre 1974 e 1978), já se faziam presentes antes mesmo da modificação da política salarial em novembro deste ano, quando se passou da anualidade para a semestralidade dos reajustes. Esta modificação na política salarial, por sua vez, corroborou a nova taxa de inflação vigente, impedindo uma volta aos níveis anteriores, de 40%. (CYSNE, 1993, p. 211).

1.2 A Fênix ressurgue: manifestações nas periferias paulistas e paulistanas

O cenário está se configurando para uma nova crise econômica no Brasil e ninguém sabe, até então, como será o início da década de 80, a qual chega repleta de incertezas e desconfianças. Embora diversos estamentos sentissem o impacto de uma reviravolta negativa na economia, as camadas mais empobrecidas foram as que mais sofreram, uma vez que diante de uma situação de crise não se podia fazer greve e/ou manifestar-se, reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Maria da Glória Gohn elucida essa questão:

[...] durante a fase do milagre econômico – 1968-73 -, as massas populares em geral sofreram violento arrocho salarial mas mantiveram-se caladas, na maioria dos casos, pois havia emprego, era extremamente perigoso se manifestar publicamente, não havia vida político-sindical, a não ser de caráter assistencialista [...]. (GOHN, 1995, p. 103).

Portanto, a atividade sindical que obtivera uma grande força na década de 50 e 60 se viu em uma situação de controle após a instauração da ditadura. O movimento sindical foi dissolvido, perseguido e violentado, mostrando que era impossível obter sucesso na correlação de forças com o Estado. Os movimentos esvaziaram-se rapidamente e os sindicatos estavam nas mãos do próprio governo, não havendo nessa época qualquer saída aos sindicalistas e trabalhadores

insatisfeitos Em 1964 é outorgada a Lei n. 4330 de 01/06/1964 que regula o direito de greve. Sobre isso, nos apresenta Marco Aurélio Santana:

No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato foi a proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade, quase que limitando a possibilidade de greves à cobrança de salários atrasados (SANTANA, 2008, 281).

Portanto, de acordo com o autor citado, a lei de greve foi imposta na intenção de se extinguir qualquer greve e reduzir os poderes das classes trabalhadoras. Além disso impôs também a existência de sindicatos pelegos com presidentes de sindicatos vinculados ao governo federal, a fim de impossibilitar qualquer levante devido às ideias oposicionistas. Os sindicatos pelegos visavam estabelecer medidas assistencialistas, garantindo ao trabalhador assistência médica, odontológica e outros tipos. Sobre isso, fica claro que a intenção era cooptar o trabalhador a cooperar com o sistema de sindicato imposto pela ditadura; sem reivindicações, negociações exercidas somente por integrantes da presidência e dirigentes e um trabalhador dependente dos sistemas assistencialistas.

Além destas, outras medidas foram tomadas para manter o controle restrito sobre as atividades sindicais, tais como a proibição de sindicatos diferentes se agregarem, afastar e substituir dirigentes sindicais eleitos de acordo com a decisão do ministério do trabalho, da criação do imposto sindical que era deduzido automaticamente do contracheque e redistribuído através de órgãos governamentais, os quais também decidiam como os sindicatos receberiam suas respectivas partes. Alguns trechos da autora Maria Helena Moreira Alves elucidam tais medidas de contenção:

Os sindicatos são organizados em estrutura piramidal, para evitar a organização horizontal das diferentes categorias ocupacionais. A Consolidação das Leis do Trabalho proíbe expressamente a formação de organismos de coordenação entre os sindicatos em nível local. Desse modo, um sindicato local de metalúrgicos não pode (formal e legalmente) coordenar atividades com sindicato(s) de bancários, trabalhadores em transportes coletivos ou qualquer outro sindicato. Pode-se reunir apenas com outros integrantes de sua categoria, no quadro de sua federação.

[...]

Além dos controles estruturais de que dispõem, o Ministério do Trabalho pode valer-se de outros dispositivos para controlar as atividades dos sindicatos. Primeiro, o Estado tem o direito de intervir diretamente num sindicato para afastar e substituir dirigentes eleitos, por decisão do ministério. Segundo, todo dirigente sindical assim

afastado torna-se inelegível para cargos sindicais. Por este motivo o líder metalúrgico Luis Inácio da Silva, o “Lula”, referia-se a este artigo como ‘o AI-5 dos trabalhadores’. [...] o governo tem a palavra final sobre o reconhecimento legal dos sindicatos, podendo ele mesmo criar outros – os sindicatos “fantasmas”. Além disso, a possibilidade do governo cassar o reconhecimento e dissolver sindicatos é um obstáculo à liberdade das atividades sindicais. (ALVES, 2005, p. 287-289).

É notório, portanto, que é nessa época que irão ressurgir movimentos sociais e também as tentativas de reconquistar o espaço urbano como palco de manifestações e ações pelas melhorias de vida. A ressignificação do espaço, embora subjetiva, é parte crucial da quebra de paradigmas impostos “de cima para baixo” desde o golpe de 1964. A dinâmica social começa a ser alterada, uma vez que a “desordem” das manifestações de rua desafia a ordem militar, a ordem do silêncio e comedimento. Devo ressaltar que as ações populares e movimentos sociais são, em uma breve análise, reflexos da falta de políticas públicas de um Estado e também da sua falha em prover recursos que tornem possíveis e acessíveis o bem estar social:

[...] o discurso da autonomia e do caráter antiestado dos movimentos sociais configura uma relação de negação e oposição que encobre o potencial do Estado de atuar como indutor das demandas. Isto decorre do fato destes movimentos se constituírem numa resposta à própria violência institucional do Estado que afeta principalmente os moradores dos bairros periféricos na esfera do cotidiano. (JACOBI, 1987, p. 12).

Em 1972, eclode o Movimento do Custo de Vida, fazendo jus a uma situação presente, no exato momento em que o custo de vida está em um dos seus limites históricos de insustentabilidade. Embora o movimento ainda estivesse muito tímido e acontecesse mais na parte de reivindicações com as armas da legalidade (aparato burocrático do Estado), o movimento terá fases importantes e representará um movimento de grande expressão na sua década. Com o Ato Institucional n° 5¹ o movimento foi, em um primeiro momento, desmantelado. Porém, não foi o suficiente para parar os descontentes. Outras ações ocorreram em 1973, 1975 e 1979, nesse último ano já vinculado a movimentos partidários. Nos anos 80, o movimento

¹ Ato institucional baixado em 1968 pelo então presidente Arthur da Costa e Silva que durou até 1978. O ato é um marco histórico brasileiro que significou o período mais duro e violento do regime e constituiu um conjunto de medidas que retiravam direitos de suspeitos de conspiração contra o governo, dando poderes de exceção aos governantes e tirando direitos dos réus. Mesmo sem julgamento ou qualquer possibilidade de defesa os suspeitos eram presos e torturados. (D'ARAUJO, 2015, não paginado).

ganhou um novo nome e uma nova força devido ao seu forte vínculo com o PC do B². Embora o Brasil todo vivesse em uma situação iminente de crise e já carregava há muitos anos problemas sociais, um dos principais cenários de tais movimentos eram as capitais do Brasil, em especial a cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo será um grande palco dos acontecimentos que virão nos anos posteriores. Logicamente, sem negar a extrema importância de cada município brasileiro, mas enquadrando São Paulo em um lugar que, por diversos motivos, assistiu a manifestações de altíssimo impacto a curto e a longo prazo. A autora Teresa Caldeira Pires do Rio aborda a questão e nos traz novos personagens e perspectivas a serem discutidas:

A indústria metalúrgica baseada em São Paulo foi o centro da nova industrialização. Em 1907, a produção industrial do estado de São Paulo representava 16% da produção nacional; essa porcentagem cresceu para 31% em 1919, 38% em 1929; 49% em 1950; e 55% em 1960 (Brant 1989: 19). Em 1970, o estado de São Paulo contribuiu com 58,2% do valor nacional da indústria de transformação (Rolnik s.d.: 27). Embora muitas outras regiões tenham aumentado consideravelmente sua produção, e ainda que a crise econômica e o recente processo de desindustrialização tenham afetado consideravelmente sua posição, São Paulo ainda é o principal polo industrial do país. (CALDEIRA, 2000, p. 45).

Retornando brevemente ao passado paulistano, podemos rever as razões que levaram a cidade de São Paulo a se tornar o principal polo industrial e de atração de mão de obra do Brasil. A indústria do café obteve êxito em enriquecer a cidade, tanto que São Paulo se tornará referência de modernidade e potência econômica brasileira. Embora a precocidade da Paulicéia seja visível, o grande salto de São Paulo virá com a política desenvolvimentista que será a meta principal dos governantes da década de 50/60, como afirma Caldeira:

A noção de desenvolvimentismo serviu como pano de fundo às políticas públicas brasileiras desde os anos 50. Em poucas palavras, a ideia era promover, num período concentrado de tempo, uma industrialização baseada na substituição de importações e voltada para o mercado interno. Isso deveria ser alcançado a partir de uma política de atração do capital estrangeiro, incentivos estatais, e que atribuía ao Estado um papel econômico central. Embora alguns aspectos da política desenvolvimentista tenham sido postos em prática durante os governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1950-54), tornou-se emblemática sob a presidência de Juscelino Kubitschek, com seu "Plano de Metas" e o slogan dos '50 anos em 5'. A criação de Brasília deveria simbolizar e ajudar a promover o salto que se

² Partido Comunista do Brasil.

esperava que o país desse do atraso à modernidade. (CALDEIRA, 2000, p. 45-46).

Os planos para o futuro foram então colocados em prática e o investimento no Brasil, um país de potencial, foi gigantesco. Como a citação acima confirma, o Plano de Metas foi o grande passo para que isso fosse possível. O Brasil deveria ser capaz de se autossustentar e as indústrias estatais seriam o grande combustível para promover tamanho investimento. Tomando emprestados os dados de Caldeira, é possível observar o quanto São Paulo levará a sério missão de crescimento e desenvolvimento. Em 1907, a cidade era responsável por apenas 16% da produção industrial nacional e 53 anos depois, em 1960, São Paulo já é responsável pela metade da produção industrial do Brasil inteiro atingindo o patamar de 55%. Embora os números nos deem a impressão de que a cidade prosperou muito em tão poucos anos, devemos ir mais a fundo na análise e repensar o conceito de prosperidade. É inegável o fato de que econômica e industrialmente São Paulo ultrapassará qualquer marca de produção, mas a prosperidade talvez se resuma aos industriários e a uma pequena elite. Para aqueles que protagonizarão a produção em sua maneira mais literal, a prosperidade talvez tenha ficado a desejar. Estamos falando da mão de obra que move as engrenagens e faz a matéria virar produto. Essas personagens que entram em cena serão cruciais para entender os sujeitos-chave dessa pesquisa:

Como era de se esperar, o crescimento industrial esteve associado a uma intensa urbanização. A população da região metropolitana de São Paulo cresceu a taxas em torno de 5,5% ao ano entre 1940 e 1970. Durante esse período, a migração interna foi responsável por 50% do crescimento demográfico: ela trouxe mais de 1 milhão de novos habitantes para a região nos anos 50 e 2 milhões nos anos 60 (Perillo 1993: 2). A construção civil e a transformação eram intensas e o governo local repetia o lema "São Paulo não pode parar!" (CALDEIRA, 2000, p. 45).

A industrialização paulistana atrairá um grande contingente de mão de obra, dando margem ao fortalecimento massivo do movimento migratório, que será um fator chave para a inserção da cidade de São Paulo no mapa dos movimentos sociais, pois muitos que chegarão aqui terão suas vidas marcadas por miséria, fome, sede, falta de emprego e condições básicas de sobrevivência. O crescimento veloz da cidade de São Paulo e a sua posição de dominância no cenário nacional fizeram nascer o sonho por uma vida mais digna com melhores condições de sobrevivência. A indústria a todo vapor e a expansão urbana (tanto sob o planejamento urbano

quanto no crescimento desenfreado das regiões periféricas) necessitavam de mão de obra em abundância. A atração da mão de obra do nordeste brasileiro representará a nova formação da cidade, uma vez que cultural e espacialmente a cidade terá de ser reconfigurada às pressas e muitas vezes sem nenhum tipo de planejamento. O fator “migração” trouxe consigo a visibilidade de problemas habitacionais nas periferias e também trouxe incertezas e desconfianças por parte dos paulistanos que aqui residiam. Embora nos anos 60 haja uma efervescência de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas e necessidades da periferia, nada foi realmente colocado em prática até meados dos anos 70:

Na década de 70, São Paulo tinha se tornado uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais não só estavam separadas por grandes distâncias, mas também tinham tipos de habitação e qualidade de vida urbana radicalmente diferentes. Desde o final dos anos 60, a cidade tem realizado estudos que indicam essas disparidades. Em 1968, o PUB (Plano Urbanístico Básico) mostrou que 52,4% dos domicílios não tinham ligação de água, 41,3% não estavam ligados à rede de esgotos e 15,9% não dispunham de coleta de lixo. Além disso, o plano indicou que 60% das ruas não eram asfaltadas e 76% não tinham iluminação pública (São Paulo, Sempla 1995: 19). A distribuição de infraestrutura e de serviços públicos era bastante desigual. Enquanto no centro 1,3% dos domicílios não tinha água encanada, 4,5% não estavam ligados à rede de esgoto, 1,7% não tinha asfalto e 0,8% não tinha coleta de lixo, num distrito novo, na periferia leste, como Itaquera, em 89,3% dos domicílios não havia água encanada, 96,9% não dispunham de esgotos, 87,5% não tinham asfalto e 71,9% não dispunham de coleta de lixo. (CALDEIRA, 2000, p. 227).

Esse trecho mostra quão diferentes eram as condições de vida dos moradores da periferia e centros privilegiados. A configuração social e espacial contribuiu para aflorar sentimentos de mudança e reivindicações das camadas mais baixas da sociedade, constatadas através do Movimento dos Loteamentos Clandestinos – MLC (1972), que buscou a legitimidade da compra de casas quando em situação irregular cujos moradores, após anos pagando pelos imóveis, ficavam impossibilitados de registrar suas escrituras. Os envolvidos nas compras destas casas não possuíam a dimensão de que a venda ocorria de forma ilegal, uma vez que a prefeitura cobrava impostos dos proprietários dos imóveis mas não os reconhecia legalmente. O movimento, que se avolumou ao longo da luta, assinala conquistas importantes como a lei que proíbe o lançamento de loteamentos irregulares, por exemplo. No entanto, poucos empreendimentos foram lançados,

fazendo com que a construção de casas por iniciativa própria voltasse a predominar nas periferias em terrenos loteados.

O fenômeno do crescimento das áreas de habitações populares não seria tão impactante se não fosse a criação de indústrias metalúrgicas e automobilísticas nas regiões metropolitanas de São Paulo. O grande contingente de trabalhadores que chegava para trabalhar nessas fábricas se alojava nos seus entornos, dando margem ao crescimento da população das regiões metropolitanas de São Paulo. A consequência desse movimento fabril foi o renascimento e fortalecimento do sindicalismo. A noção de suas situações dentro das fábricas e o anseio pela conquista de direitos foram ingredientes que alimentaram o crescimento dos sindicatos, principalmente dos metalúrgicos. Nas palavras de Gohn:

A retomada do movimento sindical combativo ocorreu, a rigor, antes de 1976. Já em 1974, a região do ABC renovava seus quadros, incluindo personagens que entrariam para a história do país, como o caso de Luis Inácio Lula da Silva. As análises sobre o papel dos novos movimentos sindicais dos anos 70 destacam que, além da retomada do sindicalismo crítico, não pelego, o grande elemento transformador foi a forma como o movimento se reestruturou. [...] Nos anos 70 [assim como nos 60] também havia repressão, mas os trabalhadores foram perdendo o medo. E a manipulação dos índices oficiais para subtrair o que era de direito dos assalariados atingiu a dignidade destes, enquanto seres humanos. A adesão em massa às greves de 1978 foi a expressão máxima deste processo. (GOHN, 1995, 113-114).

Em agosto de 1977 o governo federal admite as manipulações nos dados estatísticos sobre a inflação no período compreendido entre 1973 e 1974. Percebeu-se então que os reajustes salariais, os quais ocorriam apenas uma vez por ano, somaram perda de 34,1%. O salário estava valendo menos e o custo de vida aumentara. Foi então que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo deflagrou uma campanha exigindo o reajuste de 34,1% de seus salários. Diferentes grupos passaram a aderir à campanha, o que auxiliou no fortalecimento posterior da classe trabalhadora e dos sindicatos. Veremos nos anos seguintes (1978, 1979 e 1980) as grandes greves que marcarão o ressurgimento das lutas sindicais (ALVES, 2005).

Depois de experimentar a força do poder sindical, os trabalhadores enxergaram-se como os principais sujeitos a conseguir as mudanças necessárias para a própria melhoria de vida. As greves que marcarão a transição dos anos 80 para o 70 serão fundamentais para que o trabalhador entenda seu real poder e,

através de muitas lutas, conseguirão melhorias nas suas condições de trabalho. No entanto, a resposta dos donos de fábricas às exigências salariais viria de forma silenciosa, porém muito efetiva, no que diz respeito à pressão na classe trabalhadora. Foi denunciado que a ação de demitir funcionários para contratar outros com salários mais baixos estava torna-se recorrente. De acordo com o trecho a seguir:

A inflexibilidade dos empregadores refletiu-se nos seus atos. As condições para a organização dos trabalhadores tornaram-se cada vez mais difíceis em 1979, com demissões arbitrárias de seus líderes. Foi o caso, em especial, na indústria automobilística. Naquele ano, os índices de rotatividade no emprego assumiram proporções alarmantes no setor, em São Paulo. Os patrões também valiam-se das demissões para manipular os níveis salariais: antes da renovação dos contratos, grande número de trabalhadores era demitido para a admissão de outros, por salários iniciais mais baixos. Os líderes sindicais já haviam frequentemente denunciado tais práticas. Uma pesquisa do DIEESE demonstrou que em 1979 quase 75% dos trabalhadores que deixaram seus empregos foram demitidos e não saíram voluntariamente, como alegavam as empresas. Isto explica por que a estabilidade no emprego e o FGTS haviam-se tornado questões tão importantes para os trabalhadores. Como assinalou Lula, não adiantava negociar melhores contratos, com salários mais elevados, enquanto as empresas continuassem burlando qualquer acordo pelo simples aumento da rotatividade da força de trabalho. Um operário demitido pela Ford era contratado pela Volkswagen ou outra empresa do setor, para executar o mesmo trabalho, recebendo um salário mais baixo. (ALVES, 2005, p. 306).

Fica claro, com todos os elementos citados até agora, que houve um expressivo agrupamento de elementos que possibilitaram, no final da década de 70 e começo de 80, o fortalecimento e reaparecimento massivo de movimentos sociais vindos de diversas fontes e que estavam pautados sobre diferentes aspectos, embora todos almejassem melhores condições de vida. Colocando em foco uma das lutas a serem analisadas neste trabalho, volto-me à questão da carestia e o custo de vida na cidade de São Paulo.

A situação dos anos 80 seria pior do que aquela vivida nos anos 70, uma vez que a taxa de juros ultrapassa os dois dígitos e se instala no Brasil uma crise que perdurará por muitos anos. Nas palavras de Caldeira Brant:

Contando com uma economia fortemente indexada, a inflação brasileira acelera-se quando a crise econômica se instala, no início dos anos 80. De fato, de um patamar de cerca de 40% ao ano entre 1975 e 1978, a inflação dispara para 80% em 1979 e 110% em 1980, reduzindo-se ligeiramente nos dois anos seguintes. Já em 1983, a casa dos 200% é alcançada, talvez como resultado do enorme

esforço para se obter saldos positivos na balança comercial e da pressão dos custos produtivos, com a redução nas escalas de operação industrial de segmentos voltados para o mercado interno. (BRANT, 1989, p. 69).

É inegável que a década de 80 traz consigo dificuldades ainda maiores para os brasileiros, principalmente aqueles enumerados como pertencentes às classes sociais mais baixas. A pobreza vai rondar a sociedade assalariada e trazer o medo do desemprego, fome, despejos etc. Podemos traçar uma ligação direta entre o modo desenfreado com que a cidade de São Paulo e a Grande São Paulo crescem com os movimentos sociais e o advento do aumento do custo de vida. Embora esses três elementos caminhem juntos ao longo da história capitalista do homem, o caso de São Paulo e suas cidades satélites têm fatores que os tornam um tanto quanto intrigantes. O crescimento populacional, como já dito neste trabalho, foi o responsável visível pela urbanização rápida e desordenada da cidade, uma vez que não fora planejada. Entretanto, muitos trabalhadores conseguirão se firmar, mesmo que de forma “improvisada” e obterão com muito custo suas moradias, meios de transporte etc.

As casas clandestinas serão meios pelos quais os governos se verão obrigados a realizar medidas que visem uma maior organização urbana, tendo sempre em vista a não aglomeração das “classes perigosa”, o que seria danoso tanto para a saúde pública quanto para a segurança dos cidadãos. Com a venda privada de loteamentos em regiões sequer habitadas (ainda) pelas populações da cidade de São Paulo da década de 70, há a necessidade de se criar transportes e formas de locomoção entre essas novas zonas de moradias. O esperado era o controle da sociedade e das partes “desconhecidas”, dessas novas cidades independentes que estavam começando a surgir. Como prova desse redirecionamento do olhar, Brant afirma:

No município de São Paulo, aumentaram os instrumentos legais de controle público sobre a cidade. Em poucos anos, surgem o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (1970), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971), as leis do Zoneamento e do Parcelamento do Solo (1972), a Lei de Proteção dos Mananciais (1975) e a Lei do Zoneamento Industrial (1976). A partir dessa década, a questão da periferia e população condenada à sub-habitação torna-se também uma preocupação governamental. Passa a ser citada do discurso e, embora não mereça tratamento prioritário, recebe maior atenção. (BRANT, 1989, p. 72).

Foi também nessa época que o programa federal da COHAB/SP foi posto em prática para a construção de casas populares nas periferias. Embora tais planos fossem colocados em prática, sequer atingem seus objetivos iniciais de promover uma reorganização sadia às populações da extrema periferia. Como citado anteriormente, o Movimento dos Loteamentos Clandestinos (MLC) foi um dos protagonistas das lutas por melhores condições de moradias. Novamente citando Brant:

A mudança de postura das autoridades em relação à questão urbana refletiu a repercussão que as denúncias sobre a precariedade da vida na periferia tiveram sobre a opinião pública. Nesse quadro, as manifestações dos movimentos populares tiveram um grande peso. A luta dos moradores em loteamentos clandestino pela regularização e melhoria dos seus bairros; a partir de 1981 as ocupações coletivas de terras ociosas, que colocam em xeque o direito de propriedade privada sobre bens de interesse social; os violentos e frequentes quebra-quebras de ônibus e trens; as ruidosas mobilizações e acampamentos, nas portas dos órgãos públicos, criam o ambiente propício para denúncias dos problemas da população trabalhadora. No entanto, apesar da propaganda oficial, que se referia à 'prioridade para a periferia', não foram enfrentadas algumas questões de fundo que determinavam as péssimas condições de habitação das camadas mais pobres na metrópole. Programas especiais empreendidos pelo município de São Paulo – como o PROPERIFERIA e o PROFAVELA – foram desativados sem que tivessem atingido sequer as metas das experiências-piloto. (BRANT, 1989, p. 72).

Vemos então uma efervescência das camadas populares que, conscientes de suas dificuldades, vão à luta para conquistar melhores condições de vida. Entretanto, com o passar dos anos, o contingente populacional dessas periferias vai continuar a crescer e nos anos 80, haverá uma já esperada crise de habitação. O sonho da casa própria fica distante dos sonhos das famílias que aqui estavam e vieram, pois o custo de vida e os gastos com as necessidades básicas impedia um investimento em um imóvel, ainda mais a longo prazo quando a instabilidade de emprego era muito recorrente. Além disso, a regulamentação das áreas periféricas valorizou a especulação imobiliária local, o que foi encarecendo a aquisição de casas nos loteamentos. Os fenômenos descritos anteriormente fortaleceram a formação das favelas e o crescimento desordenado em áreas não ocupadas, subindo os morros que ainda não foram regulamentados e especulados. Casas construídas com materiais baratos e com cômodos suficientes para acomodar

apenas uma família foram crescendo vertiginosamente na medida em que a periferia encarecia para a própria população que ali morava.

O fenômeno do surgimento das favelas em São Paulo remonta à década de 40 com a intensificação da atividade industrial e a urbanização da cidade, tendo seu fortalecimento na década de 70 com o advento da migração, do custo de moradia e dos baixos salários que impossibilitavam a aquisição de moradias regulamentadas.

A urbanização da periferia paulistana não teve espaço no olhar de seus governantes até a década de 70. Até então, toda construção e criação de áreas e moradias ficava a cargo de suas próprias populações. De acordo com Teresa Caldeira (2000), a própria legislação da cidade, que previa urbanizar apenas as áreas centrais, mas deixava as regiões periféricas sem regulamentação e facilitavam a ação de imobiliárias, que vendiam lotes e títulos não regulamentados e sem obedecer qualquer obrigatoriedade de dimensão espacial.

Após a compra e com o passar do tempo, os trabalhadores nas periferias descobriram que os terrenos que adquiriram foram vendidos ilegalmente e muitas vezes eram frutos de grilagens feitas pela própria imobiliária. Por este motivo, sequer conseguiam regularizar suas terras e nem reaver o dinheiro investido:

A Secretaria de Planejamento de São Paulo estimou no início dos anos 90 que 65% de toda a população da cidade mora em residências afetadas por pelo menos uma das várias formas de ilegalidade. (CALDEIRA, 2000, p. 220).

Além da questão da moradia nessas periferias, outros elementos nos ajudam a entender como era a vida nessas áreas da cidade. A mobilidade e as condições que possibilitam um estabelecimento saudável de moradia eram demasiadamente falhas. Além disso, a iluminação, o saneamento, o acesso à água limpa e outras condições pertinentes à infraestrutura, muitas vezes nem existiam na periferia. A aquisição destes serviços foi motivo de campanhas e lutas sociais nas periferias à partir de 1970 (CALDEIRA, 2000).

Como já citado, a região metropolitana de São Paulo também será marcada pelo crescimento vertiginoso da moradia popular e apresentará índices de crescimento populacional iguais aos das regiões periféricas paulistanas. Não podemos nos esquecer do advento da industrialização e da precariedade do transporte, que força o trabalhador a procurar se estabelecer perto de seus empregos.

A expansão da área urbanizada da região metropolitana de São Paulo resulta basicamente do deslocamento dos trabalhadores em direção à periferia e da instalação de indústrias em algumas dessas regiões [...]. Dos anos 40 até os anos 80, o processo de expansão periférica afetou não só a cidade de São Paulo, mas também os 38 municípios circundantes que formaram uma conurbação para constituir sua região metropolitana. Vários destes municípios apresentam a mesma precariedade urbana e as mesmas altas taxas de crescimento populacional dos distritos da periferia da capital e funcionam como sua extensão. Alguns desses municípios também acomodaram muitas das novas indústrias instaladas na região nas décadas de 50 e 60. A principal área de desenvolvimento foi a região sudeste da cidade – o ABCD. (CALDEIRA, 2000, p. 220).

Ainda no contexto dos incentivos estatais na construção e incentivo a moradias populares é importante trazer a história das COHABs³, BNH⁴ e SFH⁵. Já em 1964, ano do golpe militar, o BNH e o SFH entram em cena como tentativas do governo de incentivar a construção de habitações populares e, conseqüentemente, tentar controlar as classes trabalhadoras ao inseri-las em moradias padronizadas. Esse sistema vai trabalhar efetivamente após 1967 e se propõe a lidar exclusivamente com as classes baixas e muito baixas. No entanto, a classe que obteve facilidade no acesso à casa própria foi a classe média, mostrando assim, que o plano inicial de atender às classes mais populares fora abandonado. “Do total de recursos fornecidos pelo SFH entre 1965 e 1985, apenas 6,4% foi para as famílias com renda menor que 3,5 salários mínimos.” (CALDEIRA, 2000, p. 226).

Com isso temos como resultado, novamente, o afastamento das camadas populares da aquisição da casa própria, uma vez que quem se beneficiou com estes programas foram as classes médias.

Tais órgãos de investimento foram devidamente explorados pelas corporações imobiliárias, as quais pediam dinheiro para o SFH para construir habitações a serem vendidas com financiamentos concedidos pelo BHN. Embora esse incentivo trouxesse a grande oportunidade e possibilidade de frear o fenômeno das autoconstruções e aquisições de terrenos ilegais nas periferias e regiões metropolitanas, não foi possível ver mudanças de status para as classes mais baixas e que eram as mais necessitadas. Segundo Caldeira, a classe média possuía melhores condições financeiras e, portanto, mais facilidade na aquisição de financiamentos para a compra de moradias. Já as classes mais baixas não

³ Companhia de Habitação Popular de São Paulo. .

⁴ Banco Nacional de Habitação.

⁵ Sistema Financeiro de habitação.

possuíam condição de atingir a todas exigências financeiras para serem contempladas pelo BNH e quase não participavam da camada beneficiada por tal financiamento. Logo, as compras de loteamento e construções espontâneas das classes menos abastadas não cessaram e a periferia e regiões metropolitanas continuavam com seu crescimento desenfreado e não planejado. O que não podemos ignorar é a grande injustiça cometida contra o trabalhador. Em 1967, o BNH passou a contar com recursos provenientes do FGTS, que recolhia 8% dos salários dos contratados sob a lei CLT, de acordo com Castilho (CASTILHO, 2015, p. 53). Mas esta contribuição não possibilitava a aquisição de um imóvel por parte da massa de assalariados.

Nota-se, então, que a partir da década de 70, houve uma diminuição de investimentos nos programas que visavam construir para as classes mais baixas e mudaram seu foco, direcionando-os às construções de alto custo para as classes com renda superior a doze salários mínimos (CASTILHO, 2015, p. 54).

80% dos empréstimos do BNH foram canalizados para as camadas de renda média e alta, ao mesmo tempo em que naufragaram os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. As pessoas com até 4 salários mínimos constituem 55% da demanda habitacional, ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro Habitacional destinaram-se em sua maior parte a famílias com rendimentos superiores a 12 salários mínimos. (CASTILHO apud KOWARICK; BRANT, 1975, p. 59).

Em relação ao uso do salário dos trabalhadores, podemos notar não só o seu uso indiscriminado mas também o investimento deste dinheiro em habitações que não estavam voltadas a esses trabalhadores, ou seja, as classes baixas bancavam investimento nas habitações das classes médias. Edmilson Peres Castilho cita Bolaffi e Cherkezian para elucidar esta questão:

A distorção mais grave e até imperdoável de atuação do BNH resulta do fato de que se computarmos os investimentos habitacionais com recursos originados do FGTS, isto é, aqueles recursos baratos e concebidos para a habitação de baixa renda, verifica-se que apenas 18% dos mesmos foram destinados a famílias com renda inferior a cinco salários mínimos. Mas se, como seria mais correto para um banco que foi constituído sob a égide de um 'Plano de Habitação Popular', computa-se os recursos do SFH, a porcentagem referida certamente cai pela metade. (CASTILHO, 2015, p. 66).

Em um cenário de impossibilidade de compra de imóveis construídos com financiamentos públicos pelos trabalhadores, vemos o quanto este sujeito foi oprimido, tanto pelo lado financeiro quanto pelo lado social, pois uma vez que

tiravam seu dinheiro para investir em moradias populares, eles se viam ainda rumando em direção às periferias para construir suas casas e estabelecer suas vidas.

Agora falando sobre a COHAB, também podemos ver o mesmo tipo de exploração dos recursos dos trabalhadores a serem investidos nesse programa estatal. As COHABs paulistas e paulistanas surgiram sob o contexto da intensificação do fluxo migratório para a cidade de São Paulo e sua região metropolitana e o aumento das fábricas automobilísticas nas regiões de ABCD. Segundo o próprio Estado, a pretensão com a construção das COHABs era a de: “ampliar a eficiência do processo construtivo de moradias em larga escala, seguindo as normas técnicas e critérios estabelecidos pelos governos locais (municipal e estadual) e pela legislação federal. (CASTILHO, 2015, p. 66).

Essas normas técnicas e critérios diziam respeito à arquitetura do prédio no sentido de promover uma uniformização e padronização das moradias. As primeiras dezenove unidades habitacionais, já construídas nos primeiros dois anos da instauração da ditadura militar, resultaram da utilização de recursos públicos por empresas privadas realizar os projetos das habitações. Nota-se, portanto, que havia um sistema lucrativo para a indústria imobiliária privada, embora fosse responsabilidade do Estado utilizar seus próprios recursos e, portanto, construir os edifícios e residências populares.

Em suma, com a apresentação deste último elemento a se pesar no entendimento do trabalhador da periferia de São Paulo e das regiões metropolitanas, conseguimos entender um pouco o contexto de vida destes brasileiros que, além de sofrer com os excessos das políticas estatais, também veem sua condição de vida piorar de forma progressiva. Somam-se do fato a falta de emprego, a dificuldade de se comprar itens da cesta básica, perda significativa do salário real com o aumento desenfreado da inflação, piores condições de trabalho, uma enorme patrulha sobre as atuações políticas e sobre levantes populares e um novo elemento: a falta de condições salubres e dignas de moradia.

A carestia de vida será o estopim para o avanço de movimentos sociais em solo paulistano e brasileiro, mas será na cidade de São Paulo que estarão todas as brechas para que os motins, revoltas e as demais manifestações ocorram. Recapitulando o que foi dito até agora, vimos separadamente alguns dos diversos problemas enfrentados por trabalhadores nessa cidade, dos migrantes que

convivem com situações desumanas a cada dia e das demais dificuldades de se manter na “Paulicéia”. Será sob a somatória destes e de outros problemas que entraremos em um dos focos desse trabalho: os saques de Santo Amaro.

A agudização dos problemas das camadas pobres deu-se na crise que se inicia na década de 80, na qual o mercado brasileiro sentirá a retração de forma violenta. Como já foi dito aqui, a crise do milagre trará resultados assustadores à economia brasileira. Diante de uma difícil situação de sobrevivência, os trabalhadores viram-se cada vez mais arrojados. Além dos problemas econômicos já citados desde o início desse capítulo, insiro nesse contexto a dificuldade de obtenção de qualificação que viabilizasse o trabalho em diferentes locais, a criação de zonas francas, a saída de algumas empresas automobilísticas da cidade de São Paulo e a recessão que atingiu as classes consumidoras que, em consequência, levou à queda de vendas de bens de caráter automotivo.

Se antes a preocupação com o trabalhador, o ser migrante e desconhecido, era restrita apenas às áreas residenciais e de contato comum com a população paulistana, os primeiros anos da década de 80 trarão novos personagens, mas com diferentes papéis. Agora não são só os grupos de trabalhadores que crescem e se aglomeram nos cantos esquecidos das cidades, mas também um contingente cada vez maior de desempregados vai se tornar parte comum do cenário urbano que se desenha a partir do final da década de 70. O “ex-trabalhador” começa a ser identificado na vida urbana e a percepção de que a crise trará cada vez mais problemas, pode ser confirmada pelos dados apresentados por Paula Yone Stroh:

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Socio-Econômicos – DIEESE, em convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos – SEADE, revelam que o índice de desemprego total da Grande São Paulo, no período de outubro a dezembro de 1984, foi da ordem de 12,4% sendo 7,3% de desemprego aberto e 5% de desemprego oculto ou sub-emprego. Em números absolutos significava que na Grande São Paulo em 1984, haviam aproximadamente 825 mil pessoas fora do mercado de trabalho, dos quais 480 mil em situação de desemprego e 345 mil na condição de sub-emprego. (STROH, 1989, p. 17).

Portanto, a conurbação urbana resultante dos diversos problemas de fixação residencial na cidade de São Paulo será o foco principal do desemprego. A região da Grande São Paulo que abrange cidades muito próximas da capital sofrerá os efeitos da crise da década de 80 e, para piorar, dependente das atividades

principalmente metalúrgicas e/ou automobilísticas (entre outras) se verão na iminência constante da demissão. Novamente citando Stroh, a autora defenderá que além da economia brasileira entrar em fase recessiva, as políticas de incentivo às produções industriais terão impactos negativos sobre as empresas localizadas na Grande São Paulo. Sua justificativa é a de que a criação de zonas francas vai incentivar a saída de indústrias de zonas de alto fisco, como por exemplo a migração São Paulo-Manaus.

Os programas governamentais desempenharam papel significativo não só nos fatores deflagradores da crise, como nas ingerências para aliviar os seus resultados que rebateram diretamente nas relações do mercado de trabalho. Além das questões já levantadas acima, há ainda algumas a serem observadas. Uma delas, refere-se aos grandes projetos implementados, sobretudo nas regiões de ocupação mais recentes, nas chamadas áreas de fronteira, que promoveram um grande deslocamento de população inter-regional. Entre estes grandes projetos, pode-se destacar no bojo de uma política de desconcentração industrial, a implementação do polo industrial de Manaus associado às atividades da Zona Franca. [...] Contudo, vários depoimentos de trabalhadores desempregados fazem referência ao fato e, um entrevistado declara inclusive, ter sido demitido da Telefunken nessas condições, quando a empresa fechou as suas portas para instalar-se em Manaus, demitindo seus 9000 funcionários. (STROH, 1989, p. 12-13)

Apesar de esse novo ponto ter sido inserido na piora dos níveis de emprego na capital paulistana, nada foi tão impactante quanto a decaída da economia que ocorreu na época. Entretanto, pudemos aferir, apenas em uma empresa, que no mínimo 9000 funcionários perderam seus empregos e juntaram-se ao grupo dos desempregados. Embora o fato tenha ocorrido devido a criação da Zona Franca de Manaus, a crise que se inicia em meados da década de 70 e se acentua na década de 80 trará o fenômeno do desemprego e as consequências sociais de uma crise econômica de grande proporção.

Citando dados de Stroh, entre os anos de 1979 a 1983, o setor metalúrgico-automobilístico deixou de contratar 20.355 vagas por dois motivos: o primeiro se deu em função da crise e da recessão, gerando uma baixa na compra de carros e outros tipos de automóveis; e a segunda causa foi a renovação do maquinário robótico de produção, que dispensava a existência na fábrica de homens e mulheres. Estes fatores contribuíram para aumentar o lucro das fábricas, uma vez que a inserção de maquinários demandava menos trabalhadores e conseqüentemente menores gastos com folhas de pagamento. Unido a isso, a crise que se alastrava para as camadas

intermediárias e altas da pirâmide social fizeram com que a aquisição de bens de consumo declinasse de forma vertiginosa.

No ano de 1981 começaram a surgir as notícias de demissões em massa:

Nos demais centros industriais da Grande São Paulo, a partir de 81, iniciaram-se as demissões em massa. No final de 81, a Volkswagen, em São Bernardo do Campo, reduziu em 15% a sua folha de pagamento. No final de 82 e início de 83, a Mercedes-Benz no mesmo município, demitiu numa só fornada, 2900 dos seus 16 mil funcionários, quando houve o retorno das férias coletivas. (STROH, 1989, p. 18).

Embora as demissões fossem pouco a pouco atingindo todos os setores de mão de obra bruta das fábricas, podemos identificar uma divisão temporal nos desligamentos. Em um primeiro momento, os trabalhadores que não possuíam qualificação foram os principais atingidos, já no início de 1981. Isso se deveu ao fato de que a mão de obra não qualificada era facilmente substituída e, devido a situação de escassez de empregos, não havia condições de se negociar os salários. Os trabalhadores eram demitidos e outros eram contratados com salários mais baixos para que os donos das empresas economizassem com a produção.

É evidente que a dificuldade sofrida por esse grupo para conseguir emprego será maior, ainda mais em uma fase na qual pouquíssimos lugares contratavam. A crise atingiu o país inteiro e tanto o setor produtivo quanto o comercial encontravam-se estagnados. Em 1982, o segundo grupo a ser atingido pelas demissões era o contingente de trabalhadores qualificados.

Os dados sobre as condições de não qualificação do mercado de trabalho analisados pela autora para 1981, são de fato impressionantes: “24,3% exerciam atividades consideradas não qualificadas e 32,3%, atividades semi-qualificadas...”.

[...]

Ao estabelecer a relação entre os níveis de qualificação e os patamares de remuneração, Telles analisa ainda que, “a desqualificação do trabalho aparece como elemento constitutivo da precariedade das condições de vida: 96% dos não qualificados e 84% dos semi-qualificados viviam uma condição potencial de pauperismo em função da insuficiência de seus salários”. (STROH apud TELLES, 1988, p. 13).

[...] “o desemprego atingiu 20,8% dos que não tinham nenhuma qualificação, o dobro portanto do verificado na média do mercado assalariado e representavam 51% do total dos assalariados que perderam seus empregos e se acrescentarmos os que exerciam atividades pouco qualificadas (10,5% dos demitidos), esta proporção sobre para 84,4%. A partir daí, as taxas de desemprego diminuem de forma evidente conforme aumentam os patamares dos que tinham

qualificação: 7,4% dos qualificados, 2,3% dos técnicos e 4,4% dos chefes foram demitidos naquele período. (STROH apud TELLES, 1988, p. 22).

De acordo com Telles e Stroh, os salários baixos e, conseqüentemente, as precárias condições de vida já foram determinadas de acordo com a qualificação da mão de obra. Portanto, a somatória dos fatores indica que os trabalhadores não qualificados serão os primeiros a serem desempregados e conseqüentemente os últimos na lista a serem empregados. Não é por acaso que concomitantemente com os cortes de trabalhadores das empresas eclodem diversos movimentos sociais que lutam tanto por melhores condições de trabalho quanto para frear e reverter o desemprego. O ressurgimento da luta sindical e a conquista de sua independência do Estado será crucial para o renascimento de outros tipos de luta. Os movimentos contra a carestia aumentam e ganham a adesão de diversos grupos sociais, os quais muitas vezes não estavam diretamente envolvidos com os desempregados, mas se faziam presentes para apoiá-los. O final dos anos 70 e o início dos anos 80 serão marcados também por lutas de outros segmentos, não necessariamente vinculados aos sindicatos. As lutas das mulheres, das associações de bairros, de comunidades populares e também pela democracia serão essenciais para a transformação do quadro social de reivindicações, conquistas, embates e resistências que marcarão a história do período acima descrito.

Mesmo antes do início da década de 80, precisamente em 1978, os sindicatos realizam manifestações e greves que marcam o ressurgimento desse sindicalismo forte e construído a partir das experiências do cotidiano fabril vivido pelos trabalhadores. De acordo com Marco Aurélio Santana, as greves do ABC foram desafiadoras da ordem estabelecida pela ditadura militar, abalando suas estruturas:

Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o "arrocho salarial" e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora. Com isso, eles impactaram alguns dos pilares de sustentação política e econômica da ditadura militar. (SANTANA, 2008. p. 296).

Nesse contexto de lutas e ascensão das vozes é que a força do trabalhador, independentemente de seu segmento, ecoará na história dos anos 80. Como mais uma demonstração do crescimento dessas forças, podemos incluir no cenário o

surgimento da CUT⁶, uma central sindical focada na defesa e fortalecimento dos trabalhadores e suas lutas, ANAMPOS⁷ que realizou em 1982 um encontro para debater sobre o desemprego e a reforma agrária, a fundação do PT⁸ em 1980 como o partido da esperança da ascensão da classe trabalhadora à política, junto com intelectuais que eram solidários à causa, entre outros marcos que ressignificam a história do trabalhador da luta trabalhista no contexto da ditadura militar.

Embora esta dissertação esteja enfocada na análise de documentos midiáticos (revista Veja e jornal Folha de São Paulo), trago outros elementos de contraposição das visões tidas como oficiais dos fatos. Stroh traz então o elemento da história oral ao entrevistar trabalhadores sobre a situação do emprego no início da década de 80. Para elucidar a questão do medo e iminência do desemprego, apresento o seguinte trecho:

[...] Até 1981, a gente perdia o emprego, mas sabia que arrumava outro, dava até prá escolher, mas daí, a gente começou a perceber que quem ia perder o emprego, já sabia que tava ferrado. Não tem esse cara que não tá com medo... (STROH, 1989, p. 25).

Era evidente que a situação do trabalhador estava muito complicada, pois além de já viver sob uma difícil situação em relação às necessidades básicas (moradia, saúde, saneamento etc.) também conviviam com o desemprego, como já analisado anteriormente neste trabalho. Embora esse trabalho esteja traçando um histórico das lutas do ABC e regiões paulistanas próximas, o desemprego foi além desse foco. As demissões e dificuldade de inserção no mercado tomaram proporções maiores do que o foco fabril daquela época. No ano da pesquisa de Paula Y. Stroh, o jornal Estado de São Paulo estimou que o temor do desemprego subiu de 19% (1972) para 68% em 1980 e 1984. (STROH, 1989, p. 28).

Estes fatos que escancaram a dura realidade do trabalhador brasileiro, esteja este empregado ou não. É notório que o desemprego será uma das maiores preocupações na virada da década de 70 para a de 80. As ações do empresariado e da FIESP para tentar minimizar o impacto do desemprego no país tiveram de se deparar com a realidade imposta, de que cada vez mais havia trabalhadores desempregados na praça. Houve grandes tentativas de escamotear os dados “oficiais” do índice de desemprego, que muitas vezes eram desmascarados pelos

⁶ Central Única dos Trabalhadores.

⁷ Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical ligada à igreja.

⁸ Partido do Trabalhadores.

próprios empresários. De acordo com Stroh (1989, p. 25)., o índice de desemprego estava na margem de 2% em 1983. Entretanto, a concretude real demonstrava que esse número não correspondia à realidade. Estimou-se então que foram realizadas metade das demissões previstas para os doze meses do ano em apenas 21 dias.

Com o desespero da classe trabalhadora pela busca de emprego, chegamos a um dos pontos cruciais desse capítulo. A oferta de vagas era praticamente inexistente na conjuntura dos anos 80 e houve uma grande e negativa experiência por parte dos candidatos com o aumento dos boatos de vagas ou até a abertura efetiva de vagas, mas com uma concorrência brutal. Stroh apresenta dois exemplos de ambos os casos. O primeiro caso se enquadra no que diz respeito às vagas existentes, mas com um imenso número de candidatos:

Vários episódios podem ser destacados para ilustrar em que se reveste o pesaroso cotidiano da procura de emprego e os possíveis motivos da desmotivação em prosseguir na procura. Entre eles, o ocorrido na Secretaria de Negócios Metropolitanos, que abriu inscrição para o preenchimento de 66 vagas de serviços internos como almoxarife, cozinheiro, motorista, encanador, eletricista e outros cargos, portanto, com a exigência de qualificações diferenciadas. Houve 3000 inscrições. Este fato surpreendeu até os técnicos da Secretaria pois os editais haviam sido publicados apenas no Diário Oficial, e por isso havia expectativa de muito menos candidatos. “As filas atingiram mais de 200 metros na frente da sede apesar do órgão só funcionar a partir das 8 horas, desde as primeiras horas da madrugada já tinha gente na fila”. (STROH, 1989, p. 56).

A citação apresenta de forma clara a questão do desemprego e também da necessidade de obtenção de alguma fonte de renda para que fosse possível ao menos garantir as necessidades básicas.

1.3 Cinco dias de existência e resistência: os saques que sacudiram São Paulo

É no bojo desta situação de calamidade e falta de emprego que vai se inserir um dos nossos objetivos nesta pesquisa: compreender os saques de Santo Amaro. Embora o nosso objeto não seja a ocorrência dos saques em si, é extremamente necessário trazer uma discussão historiográfica acerca do fato.

Os saques foram resultado dos problemas sociais descritos neste capítulo. Os desempregados afirmaram estar passando fome, assim como suas famílias. Não havia sinais de melhora na situação do desemprego e nem da diminuição dos juros,

então realização de passeatas pressionando ações do governo foi uma das práticas pensadas na tentativa de ao menos amenizar a situação dos trabalhadores que se encontravam desempregados.

O interessante é perceber que este movimento possuiu uma natureza espontânea, destoando totalmente dos movimentos populares que conquistavam seus espaços aos poucos a partir do final da década de 70. Sobre isso demonstra Napolitano:

A ausência de lideranças ou de instâncias organizativas centralizadas não deve pressupor que o protesto popular tenha sido 'caótico' ou 'irracional'. Historicamente, os protestos da multidão são guiados por valores reconhecíveis e se auto-organizam dentro de uma lógica de ação que prescinde de lideranças centralizadas. (NAPOLITANO, 2002, p. 106).

Sobre a atribuição de uma "irracionalidade" dos participantes do movimento, discutirei com mais profundidade no capítulo 2. Em relação à espontaneidade, tal característica pode ser facilmente justificada com a forma com que ocorreram as aglomerações de revoltosos que encontraram nos saques uma forma de realizar uma justiça social e se apossar de alimentos e bens inacessíveis.

A autora Cassiana Buso Ferreira (2009, p. 63) nos apresenta com clareza a eclosão dos saques, afirmando que, após um boato de um anúncio trezentas vagas da indústria Q – Refres – Ko, uma aglomeração de desempregados juntou-se nas portas da fábrica. Representantes da empresa desmentiram o boato e aconselharam os desempregados a se retirar, uma vez que o anúncio não procedia. Na mesma localidade, em Santo Amaro, militantes convocavam os trabalhadores para uma manifestação. A adesão aos pedidos dos militantes só ocorreu após a confirmação de que, de fato, não havia vagas. Foi então que começou a ser gestado o movimento que culminaria nos saques.

A passeata foi organizada, em um primeiro momento, pelo deputado Aurélio Peres ligado ao PC do B (partido ainda na clandestinidade). No entanto, ao passo que o movimento se avolumava, nenhum dos encabeçadores conseguiu garantir a ordem e o pacifismo do movimento. Foi então que os saques tiveram início, ocorrendo principalmente nos supermercados de Santo Amaro e logo se alastrando para o centro da cidade. A forte repressão será uma marca importante deste movimento, uma vez que o número de detidos ultrapassou a marca de quinhentas

peças, havendo uma vítima fatal em decorrência de um tiro disparado por um sujeito alheio ao movimento. Sobre esta questão, Napolitano apresenta:

Os conflitos de rua que abalaram São Paulo e o Brasil, tiveram início no dia 04/03/83, no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro. A partir de um protesto de desempregados organizado pelo Deputado Aurélio Peres (PCdoB/PMDB), algumas centenas de manifestantes iniciaram uma onda de saques e depredações, que no dia seguinte se alastraria pela cidade, com repercussões em todo País. (NAPOLITANO, 2002, p. 109).

O movimento se caracterizou por ter levado as manifestações populares às últimas consequências, trazendo aos paulistanos, às autoridades e aos policiais uma situação inidentificável. Na medida em que os dias passavam, a repressão aumentava, mas o movimento cessou em pouco tempo. Os saques duraram apenas três dias, mas foram suficientes para abalar o Brasil, espalhando o temor por ondas de saques e violência pelo o País inteiro.

É sobre este movimento muito peculiar que se debruça esta pesquisa, buscando compreender sua representação nas páginas da revista *Veja* e do jornal *Folha de S. Paulo*, dois dos veículos de informação mais importantes do País, sediados em São Paulo, mas com amplitude nacional. Sobre estes aspectos, observaremos nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 2. AS ENTRELINHAS DO PODER: A REVISTA VEJA

2.1 O nascimento de uma promessa

Neste capítulo, iniciaremos a análise dos documentos pertinentes ao assunto desta dissertação, obtidos a partir de uma busca manual por meio das páginas da revista semanal Veja. Apresentarei aqui também a análise dos fatos-chaves desta dissertação, que consiste em compreender os caminhos do discurso em torno dos saques de Santo Amaro. Apresento a seguir uma breve introdução histórica da revista.

A revista Veja torna-se uma fonte documental rica devido à sua importância e presença no País como fonte de informação, além dos poderes que existem por detrás de suas publicações. Para compreender a Veja, também é necessário entender quem é o seu leitor no ano de 1983, uma vez que será com ele que a revista dialogará e direcionará seus editoriais.

É notório o fato de que a revista Veja angariou um crescimento vertiginoso ao longo de sua existência, sendo atualmente a revista mais lida do Brasil, alcançando uma tiragem superior a um milhão de exemplares vendidos por mês (união entre exemplares de assinantes, exemplares avulsos e assinaturas digitais). De acordo com a ANER⁹, a Veja foi a revista mais vendida do Brasil com uma circulação média de 1.167.928 exemplares de janeiro a setembro de 2014. Para termos uma ideia da grandiosidade deste número, a segunda colocada do ranking é a revista Época da editora Globo com apenas 390.709 exemplares vendidos no mesmo período. Esta comparação nos mostra que além de ser a primeira revista semanal do ranking, seus números são muito superiores às tiragens das outras edições, demonstrando a sua forte presença no Brasil.

Para entender a história e a importância desta revista no contexto da década de 80, é necessário entender o seu nascimento e seu crescimento que foram concebidos juntamente com a intenção de buscar uma grande influência nos espaços midiáticos, sociais, políticos e econômicos.

Quando Mino Carta e Roberto Civita se lançaram no projeto de uma revista semanal de notícias, já se programava que ela deveria ter alcance nacional,

⁹ Associação Nacional de Editores de Revistas.

interessar tanto ao leitor de São Paulo quanto ao leitor de cidades mais remotas do Brasil (SOUZA, 1988). A perspectiva que se tem no pré-lançamento da revista *Veja* é de que seria revolucionária para o jornalismo brasileiro. Seria uma revista que antes de nascer, teria a sua vocação propagandística já decretada, como pode ser observado no trecho extraído da revista *Imprensa*:

O lançamento da *Veja* se desenvolve em duas frentes: de um lado, a campanha publicitária; de outro, uma campanha de promoção. A parte de publicidade é organizada pela Standart Propaganda, com Roberto Duailibi como diretor de criação, Neil Ferreira como redator e Anibal Gustavini como diretor de arte. A ela compete preparar os anúncios que ocuparão páginas inteiras em todos os jornais diários das capitais do Brasil, no domingo, um dia antes do lançamento [da *Veja*].

[...]

O comentário que se tem, fora da Editora Abril, é que se vai ser lançada uma nova revista semanal fartamente ilustrada. (SOUZA, 1988, p. 88).

Logo na primeira edição, a Carta ao Leitor apresenta o programa da revista, seu projeto e as perspectivas de intervenção política. Nas considerações finais da Carta ao Leitor, surgem agradecimentos aos publicitários por anunciarem e confiarem nesta nova revista sem saber qual o rumo que estaria seguindo. Nas palavras da própria revista:

Prezado leitor: Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do país. Pois *Veja* quer ser a grande revista semanal de informações de todos os brasileiros. [...]

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*. [...]

[Devemos esta revista] às agências e aos anunciantes que tomaram todo nosso espaço disponível sem sequer conhecerem o projeto final da revista, numa comovedora prova de confiança. Conscientes da responsabilidade assumida ao editar *Veja*, dedicamos a revista a todas essas pessoas. Ao Brasil de hoje e de amanhã. (CIVITA, 1968, p. 20-21).

Embora as edições de *Veja* declinassem rapidamente após seu lançamento, a remodelagem editorial e a política de vendas através de assinaturas trataram de colocar a revista no topo em alguns anos, sendo que na década de 80 era a revista mais lida do Brasil (CHICARINO, 2015, p. 63), fato também elucidado por Pilagallo.

O lançamento da revista, que a partir dos anos 1980 se consolidaria como a principal do país, foi um fracasso. Os quase 700 mil exemplares do primeiro número minguaram para cerca de 20 mil nas semanas seguintes, e a publicidade praticamente desapareceu. [...] Durante mais de quatro anos a revista não deslançou. “Veja começou a sair do buraco quando passou a vender assinaturas”, afirma Mario Sergio Conti, que nos anos 1990 seria seu diretor de redação. (PILAGALLO, 2012. p. 184).

Então, assim como foi anunciado, a revista *Veja* trouxe um leque de anúncios publicitários dentro de sua primeira edição. Como dito anteriormente, o caráter publicitário da revista será essencial para entendê-la, uma vez que a revista ocupa grande parte de suas páginas com anúncios, sendo que ao todo foram contados, na primeira edição, 56 anúncios para todas as 132 páginas, ou seja, 42% da revista estariam ocupadas com propagandas. Atualmente, as propagandas ocupam em torno de 35% das revistas, um número um pouco abaixo do da primeira edição.¹⁰ Embora o número tenha se reduzido em relação à primeira edição, a revista *Veja* ainda configura-se como um material mercadológico, cedendo uma grande parte de suas páginas aos seus anunciantes.

Sobre isso, Marcondes nos chama a atenção para o fato de que a publicidade faz parte da formação política e ideológica de um meio de comunicação, uma vez que a redação das matérias precisa se assemelhar às opiniões e conteúdo emitidos pelas propagandas.

Paralelamente, a valorização do espaço publicitário nos jornais funciona conforme sua posição em relação às notícias e sua importância. [...] Isso conduz a uma inter-relação íntima entre informação e publicidade, com a clara predominância da última. A publicidade induz o conteúdo. (MARCONDES FILHO, 1996, p. 28).

Nesse sentido, é nítido o fato de que esse poder existente no jornal promovido por seus anunciantes também influencie de forma direta o seu conteúdo político. Marcondes traz novamente elementos para a discussão:

Inversamente, a dimensão econômica impõe também normas políticas. A supressão do anúncio e das verbas publicitárias em jornais define uma posição política clara em relação à determinação econômica na situação capitalista. (MARCONDES FILHO, 1996, p. 28).

O crescimento da revista disparou após as investidas de seus donos, remodelagens no modelo da revista, inserindo novas abordagens editoriais,

¹⁰ Trabalho manual de pesquisa com base nos anúncios atuais das revistas do ano de 2013.

entrevistas etc. Esse crescimento trouxe de volta à revista a sua notoriedade enquanto veículo de propaganda de bens de consumo e serviços. A tendência publicitária de Veja fica evidente uma vez que seu formato enquanto veículo de propaganda desperta a atenção dos patrocinadores. Sobre isso, nos traz Chicarino:

Ademais, havia ainda três particularidades em Veja que chamavam a atenção dos patrocinadores: sua abrangência nacional, a garantia de uma ampla circulação com aproximadamente 430 leitores fixos e a tiragem semanal. A combinação desses elementos era possível pois a Editora Abril era proprietária do maior parque gráfico da América Latina em meados dos anos 70 e possuía uma eficiente estrutural gerencial [...]. (CHICARINO, 2015, p. 61).

Além disso, a apresentação de conteúdo informativo, de forma a fortalecer a propaganda veiculada, era uma estratégia que favorecia o anunciante. Esta prática deixa evidente o fato de que nas matérias veiculadas na revista poderia haver a interligação subjetiva entre conteúdo e propaganda, estabelecendo um forte vínculo com as empresas que ali inseriam sua propaganda. Portanto, a Veja, a partir do fracasso após o lançamento, busca remodelar-se e rumar a um projeto político midiático bem delimitado em suas páginas.

Observando o caráter mercadológico e sua inerente relação com uma ideologia política, podemos aferir que em Veja essa relação pode ser observada, principalmente à partir da mudança da revista com a saída de Mino Carta por pressão da ditadura militar ao considerá-lo subversivo. Não é de surpreender que após a saída de Mino Carta, foi negociado o fim da censura prévia em Veja, assumindo que o jornal não mais se demonstraria oposto às ações do governo; ao contrário, seria conivente.

Além de compreender os poderes por trás do editorial da revista, também é imprescindível compreender o leitor da Veja, uma vez que a revista dialoga e se direciona a um público específico, atendendo às demandas de seus principais clientes.

A revista Veja vai se consagrar como a maior revista da década de 80 possuindo 4 milhões e 800 mil leitores. De acordo com Chicarino, o leitor da revista é predominantemente masculina, pertencente às classes A ou B. A faixa etária dos leitores demonstra que o público no qual a revista teve maior impacto foi nos jovens adultos. A pesquisa abaixo remonta ao perfil do leitor da Veja no ano de 1983.

À época também foi encomendada uma pesquisa para a LPM & Burke – Levantamento de Pesquisa e Marketing [...] sobre o perfil típico do leitor brasileiro:

- a) Sexo: 64% masculino;
- b) Classe: 42% pertencente à classe A / 30% à classe B;
- c) Faixa etária: 45% dos 20 aos 29 anos / 20% dos 30 aos 39 anos / 15% dos 15 aos 19 anos / 13% dos 40 aos 49 anos / 7% acima dos 50 anos. (CHICARINO, 2015, p. 63).

Essa pesquisa nos revela, portanto, que os jovens estão se interessando mais pelo conteúdo e pelo formato da revista. Sobre isso, Veja focará então em atender a este novo público e produzir seu conteúdo de acordo com os dados acima. A importância desse contato com o leitor vai trazer a ideia de que é necessário agrupar opiniões que condiziam com o público alvo.

O objetivo da revista era atender e influenciar os considerados “geradores de opinião do país”, que para a direção da Abril [...] se situavam entre os segmentos das classes A e B, pois estariam “[...] armados de um reconhecido poder de decisão sobre os rumos da nação.” (CHICARINO, 2015, p. 64).

Sobre a importância de uma análise quantitativa de seu leitor, Maria Celeste Miranos acrescenta uma importante discussão, aliando este raio-x do leitor com o encontro do projeto político e econômico de Veja:

É em relação ao leitor que a revista se posiciona. Como as pesquisas indicam um leitor de classe média, é a sua visão que Veja procurar cercar:

Acho que a Veja é uma revista da classe média brasileira. A classe média é, grosso modo, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes – não gosta, por exemplo, de mulheres nuas na revista. A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas avancem demais... Então, é claro que devemos tratar este assunto com cautela, para que a revista não agrida a posição dos leitores... Por diversas razões, eu definiria a revista como liberal. (MIRANOS, 2001, p. 95).

Fica evidente que há uma linha editorial de Veja preocupada em atender a interesses dos grupos a quem deve seu maior prestígio. Além de também trabalhar em conjunto com o setor publicitário. Portanto, a Veja de 1980 é uma revista lida pela elite que possui um elevado grau de instrução em relação aos integrantes das classes sociais mais baixas, e também é integrante de um viés mercadológico pautado pela lógica propagandística. Como ressalta Marcondes Filho sobre o assunto:

A parte redacional, portanto, deve ser afinada conteudisticamente de acordo com o espaço publicitário; o público não deve diminuir, pois

este é o principal argumento de vendas do editor aos anunciantes, e é ele que é oferecido com potencial de compra. (MARCONDES FILHO, 1996, p. 26).

A proximidade de *Veja* com os grupos do empresariado e seu viés econômico pode ser percebida em um discurso de defesa de um projeto político liberal, que criticará a dura intervenção da ditadura militar nas instâncias midiáticas e também em ações de extrema demonstração da imposição do poder. Sobre isso, nos apresenta Mira:

Veja tem sido, ao longo dos anos, porta-voz da linha econômica e política da Editora Abril, a única revista diretamente ligada ao seu presidente Roberto Civita. Por isso, seu papel ideológico nesses campos é crucial. Através de suas matérias, procura-se “mudar a cabeça das pessoas”, como disse Roberto Civita. [...] Era o momento da chamada linha-dura no poder, e *Veja* se posicionava contra a arbitrariedade do regime, em especial contra o AI-5 [...]. Por sua linha liberal, não podia mesmo concordar com tais medidas. (MIRA, 2001, p. 79).

Sobre essa relação política, entender um pouco mais sua história e sua relação com o governo militar se torna fundamental para essa análise. Em 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5 pelo presidente Costa e Silva, o que retirava os direitos políticos dos cidadãos, permitindo aos oficiais do regime punir os “inimigos do Estado” sem que estes pudessem se utilizar dos direitos garantidos pela constituição. No dia seguinte à publicação do AI-5, um integrante do corpo militar incumbido de exercer a censura visita a redação da revista, questionando sobre o material a ser publicado na edição do dia seguinte. Sobre isso, Roberto Civita explicou que o então presidente Costa e Silva seria a matéria da capa, e que não haveria nada escrito.

A fatídica capa trazia, entretanto, o presidente sozinho no Congresso, em uma alusiva crítica às medidas ditatoriais com a outorga do AI-5. A revista *Veja* teve esta edição apreendida no dia seguinte e um novo censor foi designado a tutelar as novas publicações.

Sob censura, a revista passa a buscar formas de apontar os cortes das edições com o objetivo de demonstrar aos seus leitores as interferências do governo no material veiculado. Sobre isso, nos traz Pilagallo:

[...] a *Veja* procurava indicar aos leitores que havia interferência do governo no noticiário. Mas, como não havia “condescendência” em relação à Abril, os editores da revista precisavam mudar constantemente a estratégia para continuar driblando a censura. O

recurso mais básico – deixar o espaço em branco para apontar o corte – foi logo proibido. Em 1974, começaram a aparecer nas páginas da publicação gravuras de diabinhos no lugar de trechos censurados. Em alguns números, os editores partiram para a pilhéria: em fevereiro daquele ano [1968], um artigo sobre os cinco meses do golpe no Chile que derrubara o presidente socialista Salvador Allende tinha ilustração de uma oficina de artífices medievais com a legenda “No flagrante, a redação da Veja em ação”. No final de 1974, a revista passou a usar a reprodução da arvorezinha estilizada que simboliza a Editora Abril para indicar o material suprimido. (PILAGALLO, 2012, p. 186).

A saída encontrada por Veja para fugir de vez da censura prévia apareceu com a condição de que Mino Carta fosse demitido. Apesar de não trabalhar mais na Veja, Mino Carta, que possuía aproximação com o pensamento de esquerda, teve seu nome divulgado em uma lista no boletim do Centro de Informação do Exército (CIEEx) categorizado como “Inimigo das Forças Armadas”. O boletim foi publicado na seção Radar (KUSHNIR, 2009, não paginado) da revista Veja.

Mino Carta deixa a revista após pressões do governo e dos censores e depois disso a censura à revista Veja foi encerrada. Agora com um discurso mais alinhado com o governo, não era mais necessário se submeter à censura prévia, ficando clara a mudança da linha editorial a partir de 1976. Sobre isso, Maria Celeste acrescenta:

Eu tenho uma opinião muito negativa do quadro. Acho que o que existe é completamente insatisfatório. Em primeiro lugar, Veja, a grande revista, desempenha um papel político ruim. Seu saldo essencial tem sido o de apoiar a política do governo. Salvo um período de resistência aos aspectos mais nocivos do regime, quando era editada por Mino Carta, ela tem sido uma revista a serviço de grupos palacianos, com um estilo de jornalismo que se tem deteriorado em função disso. (PEREIRA apud MIRA, 2001, p. 79).

Fica claro para nós que a revista Veja possui grande importância no período que compreende esta pesquisa. A partir disso, vamos dar início à análise das matérias que se referem aos saques que ocorreram na região de Santo Amaro. Fica evidente ao leitor os problemas cotidianos pelos quais os brasileiros passavam - mais como mais especificamente, os paulistanos e aqueles que migraram para esta cidade em busca de novas oportunidades na vida. Devemos lembrar que o final da década de 70 e o início de 80 trouxe problemas econômicos e sociais que fizeram desses períodos históricos sinônimos de crise. O papel da mídia será crucial para entendermos tanto os contextos históricos quanto sua ação enquanto veículos de informação. Para dar início a este tema e discutir a sua essência enquanto método

de análise, além de sua importância em contribuir para a construção de mais um pedacinho da história de nosso país, destaco o seguinte trecho:

O rádio, a televisão, o cinema, os jornais e as revistas de divulgação tornam viáveis sistemas de representação que seriam impossíveis sem eles. Com efeito, para que a ideologia possa ganhar generalidade suficiente para homogeneizar a sociedade no seu todo é preciso que a mídia cumpra seu papel de veicular a informação não de um polo particular a outro polo particular, mas de um foco central circunscrito que se dirige ao todo indeterminado da sociedade. [...] A eficácia do discurso veiculado pelos meios de comunicação decorre do fato de que ele não se explicita senão parcialmente como discurso político e isso lhe confere generalidade social. São as coisas do cotidiano, as questões da ciência, da cultura que sustentam a representação imaginária de uma democracia perfeita, na qual a palavra circula sem obstáculos. (LEFORT, 1982 apud CHAUI, 2006, p. 75-76).

Esta citação torna-se emblemática quando pensamos no contexto da veiculação de informação como produto de uma determinada classe que possui intencionalidades e usa a mídia como sua principal arma de poder. Mais do que apenas informar o leitor, os veículos de mídia trabalham em ambiguidade com os grupos que representa e também aos que se direciona. Essa relação dual torna-se fundamental para compreendermos a importância da revista no processo de formação de ideários presentes nas sociedades, utilizando ferramentas para a constituição de seus discursos que possuem intencionalidades demarcadas. Portanto, neste capítulo observaremos as técnicas empregadas na construção destes discursos sob a forma de apresentação dos fatos ocorridos em abril de 1983 ao leitor, destrinchando seus métodos e os analisando.

2.2 O nascimento de uma promessa

No dia 30 de março de 1983, na edição nº 760, podemos encontrar nas páginas amarelas uma entrevista do economista brasileiro Celso Furtado em relação à dívida externa brasileira e aos problemas econômicos sofridos pelo Brasil na época e, dentre eles, o desemprego e a inflação. De acordo com sua entrevista, o país estava passando por uma situação calamitosa no campo econômico e faz um breve panorama da situação vivida:

Veja: Qual a origem da inflação brasileira?

Furtado: A base dela está em toda uma desordem do sistema financeiro, a começar pelo financiamento do setor público. Combater a inflação torna indispensável uma ampla reforma fiscal e uma modificação no sistema financeiro de consumo, e exige que as taxas de juros caiam a níveis normais. Com taxa de juros de 50% não se combate inflação.

Veja: Os brasileiros parecem ter assimilado a ideia de que a inflação não mata. Afinal, estamos há três anos nos 100% e algumas projeções já chegam ao patamar de 140%.

Furtado: Convive-se com a inflação, mas em condições dramáticas ela impede as empresas de fazer qualquer planejamento, impede a organização do setor público. Mas é evidente que a inflação é apenas um sintoma. Não fosse o mecanismo da correção monetária, uma inflação dessa magnitude se transformaria numa espiral. (FALTOU UMA..., 1983, p. 5-6).

O trecho acima apresentado possui a sua importância no âmbito de nos trazer um cenário anterior aos saques e demonstrar como a economia se comportava. Como hoje a história nos permite um olhar macro dos fatos que já ocorreram, veremos mais adiante, na edição seguinte à apresentada, que os saques vão explodir quase que naturalmente diante de um quadro de calamidade econômica e social. A partir deste trecho da entrevista podemos tirar algumas conclusões: a inflação era de 100% e a taxa de juros 50%, número que comprovam os problemas apresentados no capítulo anterior. Embora o entrevistador elabore a segunda pergunta com base no interesse nos brasileiros em geral, a resposta do entrevistado é direcionada às empresas e sua recuperação, assim como a máquina pública do governo. Os trabalhadores, engrenagem principal do lucro de um país/empresa, não foi citado e segue problematizado. O economista nos passa a ideia de que os que mais sofrem com os altos índices de inflação e juros são as empresas, mas cita que estes mesmos índices afetam a vida do trabalhador.

A importância da presença de Celso Furtado nas páginas da revista apresenta-se em função da sua biografia; e também sobre as intencionalidades que residem na escolha do entrevistado para as páginas amarelas. No ano de 1964, quando eclodiu o golpe militar, Celso Furtado foi destituído de seu posto na Sudene¹¹. No mês de abril daquele ano com a promulgação do Ato Institucional nº1, Celso Furtado, assim como outros integrantes da lista, teve seus direitos políticos cassados. O intelectual galgou postos acadêmicos por lugares que visitou, tendo se fixado como professor efetivo em uma universidade de Paris.

¹¹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em meados de abril, Furtado embarcou no Rio de Janeiro para Santiago do Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (Ilides), ligado à CEPAL. Em setembro, mudou-se para New Haven, nos Estados Unidos, para assumir o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Durante o resto do ano, fez conferências em diversas universidades norte-americanas e participou de vários congressos sobre a problemática do Terceiro Mundo. Daí em diante, dedicou-se a atividades de ensino e pesquisa nas universidades de Yale, Harvard e Colúmbia, nos EUA, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França, onde assumiu a cátedra de professor efetivo de desenvolvimento econômico a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, onde permaneceu por 20 anos. Foi o primeiro estrangeiro nomeado para lecionar numa universidade francesa, tendo sido nomeado por decreto do general Charles de Gaulle. (GUIDO, 2009, não paginado).

Sua importância não restringe-se apenas à uma brilhante carreira acadêmica tanto no Brasil quanto no exterior, apesar de ter contribuído com excelência para a área econômica brasileira. Sua postura como crítico da ditadura militar também torna-se essencial para que suas impressões sobre a economia brasileira apareça nas páginas da revista. Podemos perceber que este personagem escolhido para compor a edição nº 761 traz uma mensagem importante: a de demonstrar, através das palavras de Celso Furtado, que a economia brasileira estava em crise, além da percepção de que os mais afetados foram os integrantes das camadas mais baixas. Além disso, traz a opinião de alguém avesso às políticas econômicas instauradas em conjunto com a ditadura militar.

Em 1974, Furtado juntou-se a um grupo liderado por Fernando Gasparian para comprar a Editora Paz e Terra, pela qual publicaria a maioria dos livros que iria escrever posteriormente. A partir de 1975 passou a visitar periodicamente o Brasil, concedendo uma série de entrevistas à imprensa e participando de conferências e debates públicos. Em 1977 dirigiu um seminário sobre problemas brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada em novembro de 1978, identificou o autoritarismo como o principal problema brasileiro, por impedir a resolução de questões sociais. Acentuando o caráter anti-social da política econômica executada no Brasil pós-1964, afirmou que deveria haver ampla participação popular na determinação de soluções para os grandes problemas nacionais. Também em 1978, passou a integrar o conselho acadêmico da Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, realizando durante três anos uma série de viagens ao Japão. (GUIDO, 2009, não paginado).

Em 1979, quando retornou ao Brasil por meio da lei de anistia, continuou com suas críticas à economia brasileira, agregando elementos como a dependência do

capital externo, os acordos de empréstimo com o FMI etc. Filiou-se em 1981 ao PMDB¹² com a bandeira de defesa da abertura democrática como forma de melhorar a economia e também a vida dos brasileiros. A entrevista de Celso Furtado não é apenas uma crítica, mas também demonstra que um personagem renomado e conceituado da economia brasileira aponta para sérios problemas advindos da política econômica da ditadura militar. A intencionalidade presente, portanto, é a de dar destaque a um defensor da democracia como solução frente a grande crise política que assolava o Brasil.

Na edição seguinte a esta entrevista, temos como capa da revista o recorrente tema da inflação. Nesta edição do dia 6 de abril de 1983, a matéria da capa concentra-se em críticas aos pacotes econômicos do governo e em demonstrar que se havia atingido o pior patamar inflacionário desde a instauração do golpe de 1964. De acordo com a matéria, a situação mostra-se, além de insustentável, sem qualquer perspectiva de saída. A crise então se alastra sem controle e sem nenhuma medida intervencionista que busque ao menos suprir as necessidades do trabalhador:

Tiroteio: Se a inflação tem a capacidade de desordenar a vida do mais humilde cidadão, não se vê porque ela deixaria de azucrinar a vida do poderoso ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto e, por extensão, da equipe econômica federal. Prestigiado pelo presidente João Figueiredo, Delfim alterna momentos de esplendor, durante os quais circula no governo como um general vitorioso, com fases de intenso tiroteio. Nessas ocasiões, antes de cruzar um corredor do Palácio do Planalto, o ministro é praticamente obrigado a olhar de esguelha para os lados, em busca de franco-atiradores interessados em alvejá-lo. É esse tipo de fase que Delfim vive hoje, consequência não só da explosão inflacionária como dos custos da crise no balanço de pagamentos e das dificuldades da economia em geral. (OS NÚMEROS..., 1983, p. 102).

Neste trecho da matéria, podemos destacar a semântica das palavras utilizadas para descrever a situação de Delfim Netto, então ministro do Planejamento do presidente João Figueiredo. O uso de termos bélicos como “tiroteio” para iniciar este parágrafo, “franco-atiradores” para fazer referência aos que discordam de suas políticas e “alvejá-lo” por esse motivo, nos mostra a visão que a revista tem de suas políticas econômicas das suas consequências para o Brasil. Além de demonstrar um fortíssimo desconforto nos corredores da Esplanada dos Ministérios em relação a Delfim, a revista fez questão de demonstrar que esta é uma guerra a ser descrita

¹² Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

com a violência que foi utilizada em forma de palavras. Nota-se, também, que em momento algum há qualquer tipo de crítica no que diz respeito à democracia e/ou fim do regime militar que ainda estava em vigor no Brasil. Esse elemento será necessário para o entendimento da questão em torno das lutas pelo voto direto, que será abordada mais a frente.

Nessa mesma matéria há a menção aos trabalhadores e desempregados que são severamente atingidos pela alta inflação do período. A reportagem mostra também análises feitas por economistas e donos de supermercados que reclamam dos altos preços pagos por seus produtos e do valor que eles têm de repassar ao consumidor final.

“O poder de compra está sendo achatado pelos dois lados”, adverte o economista José Tiacci Kirsten, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e ex-diretor do IBGE. (OS NÚMEROS..., 1983, p. 102).

“O Brasil é o único país que eu conheço, do mundo inteiro, onde os preços sobem mesmo quando os consumidores compram menos”, espanta-se o presidente dos Supermercados Sé, que tem nove lojas em São Paulo, Antônio Sé. [...] Sé também questiona a eficácia da ação policial do CIP sobre os preços. “Está muito difícil evitar uma disparada dos preços dos produtos de limpeza e dos enlatados, entre muitos outros, apesar do controle do CIP”, ele afirma. João Carlos Paes Mendonça, dono da rede de Supermercados Bompreço, é menos rígido. “O CIP serviu pra represar um pouco o aumento de preços, sobretudo os de ordem psicológica”, comenta Mendonça. É possível. Mas Marcos Gouvêa de Souza, diretor-superintendente das Lojas Arapuã, uma rede de mais de 252 casas comerciais e onze Estados, não tem tanta certeza. “Pelos limitações naturais do raio de ação do órgão, será difícil impedir o aumento de preço ao consumidor final – o CIP não chega até aí.” (OS NÚMEROS..., 1983, p. 100).¹³

No trecho acima podemos ver três donos de estabelecimentos comerciais sendo indagados sobre os altos preços dos produtos e comentando sobre a comissão especialmente criada pelo governo para controlar a alta dos preços no comércio, sendo que esta patrulha poderia ser acionada caso o consumidor vise algum preço abusivo nas prateleiras. É interessante observar a ação da revista em conceder destaque às falas de empresários e/ou donos de lojas. Essa ação ocorre

¹³ Art 1º O Conselho Interministerial de Preços, CIP, instituído pelo Decreto nº 63.196, de 29 de agosto de 1968 é o órgão através do qual o Govêno Federal fixará e fará executar a política de preços no mercado interno buscando sua harmonização com a política econômico-financeira global. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0808.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

por ser fundamental à Veja demonstrar a falência da política econômica em que o país está mergulhado, dialogando diretamente com a fala de Celso Furtado, entrevistado na edição anterior. Além disso, também podemos perceber que a escolha da revista em trazer tais falas de forma enfática é um artifício que privilegia os setores mais abastados e importantes política e socialmente da sociedade.

Nesta mesma reportagem, Veja também trará como elemento a opinião do consumidor. O trabalhador, é atingido tanto pelo desemprego quanto pelo grave aumento do custo de vida, é apresentado em apenas uma fala. Uma dona de casa que embora esteja sofrendo com o aumento dos preços, ainda assim não representa os setores mais baixos da sociedade, uma vez que sua família ainda conta com um pequeno conforto social, mesmo que este esteja entrando em colapso:

Os consumidores também se queixam, e com razão – afinal, são eles que pagam as contas no fim do processo de produção. “Há um ano, eram suficientes 25 000 cruzeiros para o supermercado e 5 000 por semana para a feira”, conta Loreta Bruno, 41 anos, mãe de três filhos, o mais velho se preparando para entrar numa faculdade, e casada com o diretor-financeiro de uma indústria de porte médio de São Paulo. “Hoje, gasto 60 000 no supermercado e 10 000 na feira, e, mesmo assim, preciso selecionar mais e comprar menos. Com essa carestia, a única solução foi meu marido trabalhar mais, pegando alguns bicos por fora”. Elizabeth Horvath, viúva e com três filhos – um casado e um desempregado – também não se conforma. “Parece que todos enlouqueceram em 1983. Os preços dobram num mês”, desabafa. Foi em meio a este clima que mais de 2 000 pessoas enfrentaram doze horas de fila e muitos empurrões para comprar, no sábado retrasado, em Niterói, diretamente dos caminhões da Ceasa, batata vendida por 84 cruzeiros o quilo – quatro vezes mais barato que nos supermercados, onde seu preço subiu 52% em doze meses. (OS NÚMEROS..., 1983, p. 101-102).

Os trechos trazidos da edição 761, ao todo, nos apresentam elementos importantes de análise para compreender a causa da ocorrência dos saques, uma vez que o desemprego aumenta assim como o custo dos produtos essenciais. Ao analisar o caso do trecho acima, podemos destacar a fala de Loreta Bruno, que claramente possui uma situação favorável em relação às demais classes baixas, ainda que também esteja sofrendo os efeitos da crise econômica. Seu marido possui um cargo de alta patente em uma empresa de porte médio e, de acordo com o primeiro capítulo, será o último a ser cortado em caso de barateio de custos por parte da empresa, uma vez que este tipo de funcionário não está em abundância no mercado devido à sua qualificação. Um dos filhos de Loreta está prestes a entrar na faculdade, fase da vida reservada somente àqueles que desfrutaram de uma certa

qualidade de vida e conforto financeiro. Para amenizar os efeitos da crise em sua família, seu marido procura alguns “bicos” para aumentar a renda da casa, mas de acordo com a entrevistada, este é o único membro da família a trazer dinheiro para a casa, situação contrária daquela vivida pelas famílias mais pobres.

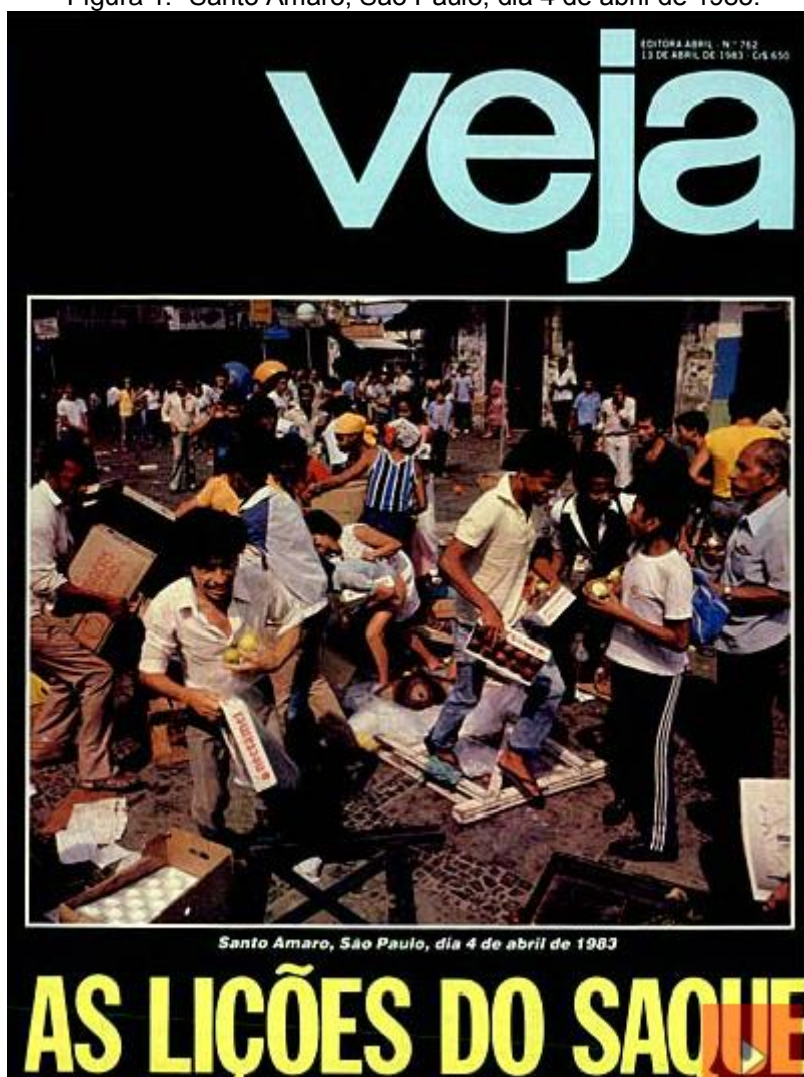
De acordo com Brant, as mulheres eram maioria na constituição da mão de obra das classes de baixa renda:

A participação das mulheres na população com renda na Grande São Paulo, entre 1976 e 1986, sobe de ano para ano, passando de 32,6% em 1976 para 39,6% em 1989. As mulheres constituem mais da metade das classes de baixa renda: cerca de dois terços da classe com até meio salário mínimo e quase outro tanto na classe na classe com renda de meio a um salário mínimo. A maior parte das atividades mal remuneradas, na metrópole paulistana, é exercida por mulheres. (BRANT, 1989, p. 53).

Esse fato se dá pela necessidade de aumentar a renda familiar para que a família consiga ao menos custear os gastos com alimentação e outros tipos de necessidades básicas. Ora, se para a família de Loreta o problema estava se tornando insustentável, seria um caminho natural que tanto ela quanto seus filhos buscassem empregos para ajudar na renda familiar. Fica evidente, então, que Loreta, seu marido e filhos constituem a classe média, a qual está começando a sentir os graves efeitos da economia da época.

Já na edição seguinte, chegamos a um dos pontos centrais desta dissertação, que é analisar como a revista *Veja* conduziu sua redação jornalística para tratar sobre os saques que ocorreram em Santo Amaro. Na revista de número 762, a capa já nos traz a matéria que será destaque dessa edição.

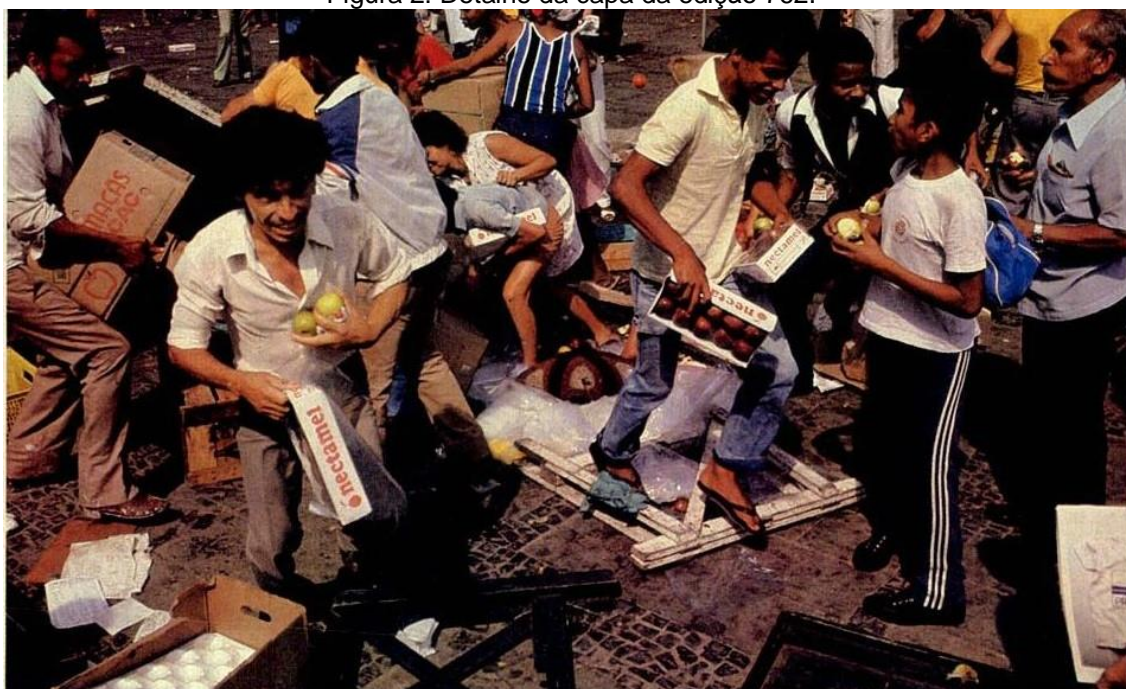
Figura 1: "Santo Amaro, São Paulo, dia 4 de abril de 1983.



Fonte: Revista Veja, capa da edição nº 762. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

Na capa podemos ver um aglomerado de pessoas com diversas frutas na mão. Não vemos bens de consumo supérfluos, apenas alimentos e, mais especificamente, frutas. Não há confusões violentas na foto, mas sim pessoas se ajudando para pegar algumas das frutas que estavam no local. Havia também materiais de madeira e papelão, que provavelmente faziam parte da estrutura de alguma barraca de venda das frutas que foram levadas pelo público ali presente. O público caracteriza-se por pessoas de vestimentas simples, homens e mulheres pertencentes às classes mais atingidas pela crise econômica, como podemos ver mais claramente na imagem abaixo:

Figura 2: Detalhe da capa da edição 762.



Fonte: Revista Veja, capa da edição nº 762. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

Ao abriremos a revista, nos deparamos com a seção nomeada de páginas amarelas nas quais podemos ver a entrevista de um metalúrgico desempregado de nome Joaquim dos Santos Andrade. Na introdução da entrevista a revista Veja fala um pouco sobre o entrevistado:

Joaquim dos Santos Andrade perdeu seu emprego na Metalúrgica Matarazzo em 1963, depois de dezenove anos de trabalho, por participar de uma greve em defesa do 13º salário, que acabara de ser criado. Foi para a Arno e ligou-se definitivamente às lutas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do qual se tornou, nos anos seguintes, uma espécie de símbolo – foi eleito para a sua presidência por sete vezes seguidas. Chamado depreciativamente de ‘Joaquinzão’ pelos adversários do sindicato, basicamente a esquerda ligada ao Partido dos Trabalhadores e à Pastoral Operária que o consideram um ‘pelego’ ao velho estilo, Andrade, 56 anos, morador do bairro da Penha, em São Paulo, pai de quatro filhos que frequentam a universidade, adotou o apelido, consolidou suas bases e nessa segunda-feira jogará uma cartada ousada: disputará a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ao aparentemente indestrutível Ary Campista. (A BADERNA..., 1983, p. 3).

A descrição do entrevistado não é a de um mero trabalhador (que no momento encontra-se sem emprego), mas sim de um trabalhador pertencente à uma elite política em seu ramo. Politizado, com filhos nas universidades e concorrente à presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores. Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, foi um personagem importante para o período histórico.

Joaquinzão foi personificação da repressão da ditadura militar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. À época, os militares decidiram que os presidentes de sindicatos seriam “biônicos”, ou seja, escolhidos para denunciar trabalhadores contrários ao regime e também observar de perto as possíveis mobilizações de empregados. Joaquinzão foi um interventor, uma das pessoas atreladas à ditadura e inseridos nos sindicatos, estando incumbidos de auxiliar na denúncia dos trabalhadores acima caracterizados.

A primeira tarefa dos interventores seria ajudar a polícia a localizar 1.800 delegados sindicais nas empresas, “em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista”. Denunciados, demitidos de suas empresas, presos, muitas vezes torturados, ficando nas listas negras que lhes impediam de empregar-se nas grandes empresas, esses membros mais ativos do antigo sindicalismo se viram desarticulados. Com a ajuda da repressão policial e das verbas do ministério iria começar o longo reinado de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tendo ajudado a interventoria em 1964, ele seria candidato único em 1965. (SADER, 1988, p. 225).

Sader nos apresenta Joaquinzão sem a roupagem dada pela revista, o que o caracterizou como um trabalhador que está preocupado com os rumos das manifestações realizadas e também com as condições de vida dos desempregados. Mas na verdade, este personagem ficou conhecido por suas ações junto à polícia, de identificar os trabalhadores que tivessem algum envolvimento com manifestações, greves etc.

Os depoimentos dos militantes da OSM falam do sindicato como centro de delação e do papel de seu presidente como agente da repressão. “...naquela época o Joaquinzão fazia o trabalho da polícia [...] Não dava para você vir no sindicato, e quando você vinha tinha os grupos de defesa do Joaquinzão ali”. Mas ao mesmo tempo reconhecem seu prestígio: o Joaquinzão “...tinha uma certa imagem positiva na categoria”; “...o Joaquim tinha controle total da assembleia”. Por isso tudo, esse é certamente o momento mais difícil da oposição metalúrgica. (SADER, 1988, p. 233).¹⁴

A partir deste excerto podemos compreender a presença de Joaquinzão nas páginas de Veja, concedendo entrevistas sobre os saques que ocorreram em Santo Amaro. Embora internamente muitos sindicalizados o enxergavam como aliado da repressão militar, muitos ainda o consideravam uma figura importante a exercer o poder no sindicato. Segundo Sader, no ano de 1975 a oposição sindical e a

¹⁴ OSM: Oposição Sindical Metalúrgica..

radicalização das lutas trabalhistas começam a emergir nas fábricas, além de aspectos externos que influenciaram no renascimento sindical. A repressão continuava exercendo seu papel, mas encontrava cada vez mais dificuldades frente aos trabalhadores. Trazer um dos principais líderes da época, embora com ações questionáveis, significava colocar na revista um representante dos desempregados/trabalhadores, vozes ocultadas da edição anterior. Este procedimento da revista pode ser pensado através da explicação de Foucault sobre quem pode falar de acordo com as regras definidas pela revista, definindo quem se encaixa ou não no seu discurso e em suas intencionalidades. Caso algum sujeito não se encaixe na ordem determinada pelo autor do discursos, ocorre o sistema de exclusão que será discutido mais adiante.

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos da sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam: ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. (FOUCAULT, 1996, p. 37).

A partir da fala de Foucault, temos a elucidação das intencionalidades presentes na escolha deste personagem para comentar sobre os saques que ocorreram em Santo Amaro. Suas palavras vão ao encontro dos interesses da revista e satisfazem suas pretensões ao enviar algum tipo de mensagem ao leitor.

Traçando um paralelo com as ações de Joaquinção nos sindicatos, é inegável o fato de que na década de 80 as perseguições a ajuntamentos políticos do chão das fábricas continuarão intensas. Estamos ainda no período compreendido pela ditadura militar e o cerceamento de lutas e opiniões contrárias era realizado com violência e prisões arbitrárias.

As ações de Joaquinção encontraram cada vez mais vozes contrárias, dispostas a buscar um novo rumo nas lutas sindicais. Já na década de 80 podemos destacar o Partido dos Trabalhadores e a Pastoral Operária como fortes grupos contra a política de Joaquim. O Partido dos Trabalhadores será o grande nome político da época, sinônimo de luta e esperança pela democracia e fim da ditadura militar, além da instauração de um governo com um viés popular. Mais adiante veremos com mais objetividade a representação deste partido político nas páginas

da revista Veja. Bem, a entrevista terá início e as perguntas serão direcionadas para o assunto dos saques e tudo o que está em volta deste acontecimento:

Veja: Como o senhor viu os episódios da semana passada em São Paulo?

Andrade: O que aconteceu foi uma consequência lógica da crise brasileira. A crise econômica ocasionou uma crise de emprego. O que ocorreu foi a gota d'água. O desempregado tem sérios problemas: está com gente doente em casa, está sendo despejado, sua alimentação é miserável e os filhos passam fome. Por aí você pode imaginar o espírito desse homem. Ele é péssimo. Os trabalhadores empregados você reúne, pede aumento de salário, modifica as condições de trabalho e quando a empresa não cumpre suas obrigações, nós forçamos e podemos chegar até a greve. Mas para o desempregado a reunião se torna difícil e as palavras de ordem mais difíceis ainda. Percebendo que numa situação como essa o sindicato nada pode fazer, o desempregado transforma-se então num tresloucado. (A BADERNA..., 1983, p. 3).

Nessa primeira pergunta, já podemos notar alguns pontos importantes da fala de Joaquim. Este personagem não só está a par da situação econômica de seu País, mas também da situação dos desempregados. Devido à sua posição no sindicato, Joaquinzão coloca-se como porta voz destes desempregados, embora sua conduta perante o sindicato e os trabalhadores fosse questionável. Vemos também que existem formas de o trabalhador empregado conseguir uma melhora em suas condições de trabalho através dos mecanismos de greve e exigências, mecanismos estes extremamente utilizados pelo novo sindicalismo que está ganhando cada vez mais forças na região do ABCD. Mas a fala de Joaquim em relação aos desempregados é emblemática; com eles nada se pode fazer. São homens que perderam a razão, segundo Joaquim. Terminar a resposta à pergunta com um adjetivo que rotula tais grupos como loucos, já é um indício da opinião tanto em relação aos saques quanto em relação aos desempregados. Além disso, também se refere aos desempregados como grupos incapazes de seguir qualquer palavra de ordem ou até de seguir alguma ordem. Foucault apresentará observações sobre a inserção da fala do louco, afirmando que, em um discurso, esta fala aparece de forma a não ser considerada. Definiu como tresloucados os manifestantes significa tirar-lhes o caráter de sujeitos que entendem e realizam suas ações com base em reivindicações justas e consideráveis. É excluí-los da palavra e também de uma compreensão. Sobre este aspecto, discutiremos com mais aprofundamento no final do capítulo.

Esse artifício utilizado por Joaquinzão e dissipado por Veja evidencia bem o uso desta prática de exclusão e nulidade do “louco” (no caso tresloucado) no discurso. Os trabalhadores envolvidos nos saques não são dignos de serem ouvidos, pois à eles não é reservado um espaço contido no campo da verdade. Na terceira pergunta, a revista Veja vai direto ao ponto e questiona o entrevistado sobre a sua opinião em relação aos saques:

Veja: Qual sua opinião sobre os saques?

Andrade: Eu poderia até achar normal que um desempregado tresloucado entrasse em um supermercado e roubasse, entre aspas, 5 quilos de feijão, arroz, 3 quilos de batatas, uma lata de óleo. Afinal, ele está faminto. O estranho é ele sair de uma zona onde se encontraram esses alimentos e ir para a Rua Augusta. Ora, lá não tem armazéns. Na Rua Augusta tem butiques de alta classe. Por isso não tenho dúvidas que por trás da aflição e do desespero dos desempregados, tem muita gente querendo afunilar a abertura, querendo desmoralizar os governos democraticamente eleitos, no sentido talvez de justificar ou pressionar uma intervenção federal em São Paulo. (A BADERNA..., 1983, p. 3-4).

Vemos então que o entrevistado muda o rumo da pergunta ao responder sobre grupos que, em vez de se direcionarem às zonas que possuem mercados e mercearias, se dirigiram às zonas de mercado de luxo. Cabe aqui fazer uma relação entre esta entrevista e a capa dessa edição. Há um grande paradoxo entre ambas. A primeira nos mostra grupos de pessoas levando alimentos, sem nenhum registro fotográfico de saque de bens de luxo. Na entrevista, porém, Joaquim tenta mostrar uma situação completamente diferente. Mas alguns fatos trazidos à revista nos trazem questionamentos, como a distância de Joaquinzão do ocorrido, uma vez que ele encontra-se fora da cidade de São Paulo recebendo, através de intermediários, informações sobre os saques. À época, Joaquinzão encontrava-se em Brasília para participar das eleições da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias:

A CNTI representa 61 federações, 1064 sindicatos e filia algo em torno de 8 milhões de trabalhadores, mas, para os padrões de Joaquinzão, tem sido muito tímida na defesa dos interesses da classe. A luta obrigou-o a se estabelecer num hotel de Brasília, na companhia dos filhos, de seis assessores do sindicato paulista e dois advogados, que se desdobram para evitar as espertas manobras com que Campista tenta inviabilizar sua candidatura. Eles dividem as tarefas, que são duas, basicamente: fazer constantes viagens ao aeroporto, onde desembarcam os delegados estaduais que decidirão a eleição, e dar longos telefonemas para São Paulo em busca de notícias sobre as agitações acontecidas a partir da movimentação de desempregados, no bairro de Santo Amaro. Certo de que desordens desse tipo não interessam à abertura, que defende, nem aos

trabalhadores, que representa, Joaquinzão falou à VEJA na quarta-feira. (A BADERNA..., 1983, p. 3).

Embora distante fisicamente do ocorrido em São Paulo, Joaquim sentiu-se à vontade para tecer críticas ao movimento ao associando-os ao roubo de bens não essenciais de consumo, além de afirmar que tal ação pode atrapalhar fortemente na luta pela democracia. Aparece então um discurso paradoxal entre o Joaquinzão que auxilia a ditadura militar a repreender colegas e o Joaquinzão que aparece na revista Veja. O seu discurso pela democracia é interessante - primeiro para compreender a sua aparição nas primeiras páginas da revista, lembrando que o convidado da edição 761, Celso Furtado, também a defendia. Segundo, por um líder sindical defender que a democracia ocorra de forma “lenta, gradual e segura” como pretendia Geisel, afirmando que as revoltas extremas atrapalham no processo de abertura.

Embora a capa da edição apresente trabalhadores com alimentos em suas mãos, Joaquim os associa ao roubo de itens de luxo, desqualificando-os em relação a reivindicação de pressionar o governo por conta da fome. Embora, de fato, itens de luxo tenham sido subtraídos, os saques concentraram-se principalmente em supermercados, levando estoques de alimentos e produtos essenciais. Ao utilizar o adjetivo “tresloucados” é que ocorre esta desqualificação enquanto sujeitos de ações políticas, que possui recorrência também na afirmação de que os desempregados não possuem capacidade para seguir ordens e também que se aproveitavam da situação para saquear itens de luxo ao invés de alimentos. Além de ter a liberdade de construir um personagem enviesado em sua entrevista, Joaquinzão também acrescenta um novo rótulo aos manifestantes, introduzindo elementos que vão além do demonstrado na capa da revista, que mostra claramente que não há saque de bens luxuosos, mas sim de alimentos.

Em suma, a revista nos apresenta um Joaquinzão diferente daquele conhecido pelos integrantes dos sindicatos. Ele era popular por sua ligação com a ditadura para quem trabalhava, embora seu sindicato com viés assistencialista ainda lhe assegurasse alguns seguidores. Estes trabalhadores, que estavam com Joaquinzão em função das políticas assistencialistas, encontraram nas oposições uma dura crítica, apontando suas conivências com uma política pelega em troca de alguns benefícios, pois isso significava não lutar por melhorias de salário e condições de vida.

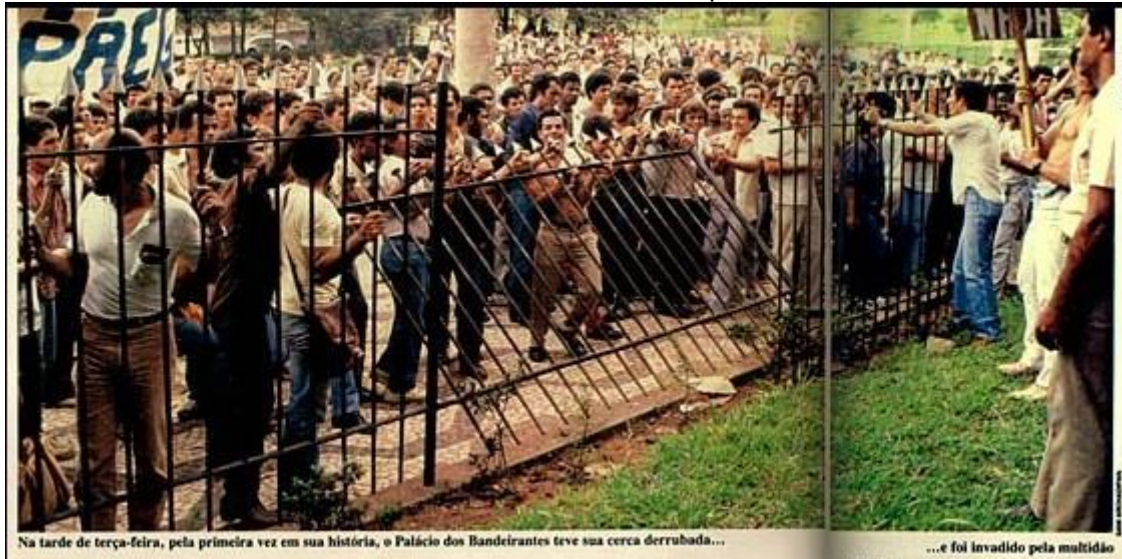
Já o Joaquinzão representado na revista aparece como um personagem importante, que luta pelos trabalhadores, mas que, acima de tudo, prima pela ordem. Na Veja não aparece o outro lado deste personagem; suas ações que culminaram em prisões e demissões de empregados são deliberadamente omitidas. O objetivo da revista ao descaracterizar o sindicalista demonstra a intenção de passar sua mensagem por meio da fala de alguém de prestígio e com pretensa autoridade junto à classe trabalhadora. Sobre este aspecto discutiremos no final do capítulo.

Esta entrevista exibida na primeira página da revista pode nos dar um pouco da dimensão da visão escolhida por Veja para ser transmitida ao seu leitor. Quando lemos a entrevista, temos o entendimento de que os saques foram desnecessários, regidos por um grupo de loucos que se aproveitaram da situação do País para cometer roubos em lugares de luxo e não buscar alimentos, ao contrário do que foi mostrado na capa da revista.

2.3 A representação do caos

Chegamos, enfim, à matéria de capa: os saques de Santo Amaro. Logo que abrimos a página da matéria, vemos três fotos divididas em duas páginas. A primeira imagem (Figura 3) mostra um grupo pessoas derrubando grades de alguma propriedade. Pela legenda desta foto, descobrimos que são as grades do Palácio dos Bandeirantes, morada do governador de São Paulo.

Figura 3: “Na tarde de terça-feira, pela primeira vez em sua história, o palácio dos Bandeirantes teve sua cerca derrubada... ..e foi invadido pela multidão.”



Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 22. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

A legenda da figura diz o seguinte: “Na tarde de terça-feira, pela primeira vez em sua história, o palácio dos Bandeirantes teve sua cerca derrubada...”.

Nesta pequena frase podemos perceber o tom de crítica quando lemos “pela primeira vez na sua história”. É sinal de que algo está muito destoante e diferente do normal. A foto dialoga muito bem com a entrevista de Joaquim dos Santos Andrade ao usar o adjetivo “tresloucados” e refere-se aos manifestantes como um grupo fora da ordem. A segunda imagem (Figura 4) mostra em destaque um homem chutando uma porta de aço de enrolar e continua sugerindo violência.

Figura 4: “Na Praça da Sé saquearam-se relógios das vitrinas e em Santo Amaro as portas de aço protegiam o comércio”



Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 23. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

A Foto menor mostra um grupo saqueando uma loja de relógios na Praça da Sé. Podemos perceber já de imediato as intencionalidades da revista ao expor estas fotos, uma vez que a linguagem imagética do caos complementa os textos, que vão na mesma direção. A foto de capa apresenta uma “bagunça”, com barracas aos chão, grupos de pessoas com alimentos nas mãos, desordem e saque. As fotos que demonstram que também houve saques de bens de consumo reforçam mais ainda o caos descrito. A intencionalidade da revista torna-se clara, portanto, no que diz respeito à construção de confusão e desordem com que agiu o movimento.

O subtítulo da matéria já nos traz a entonação a ser utilizada na leitura da matéria que se segue. A invocação do medo como palavra a jogar toda a população contra os saqueadores foi extremamente importante para dar ao leitor a atmosfera criada por este movimento: “Neste dia, no bairro operário de Santo Amaro, em São

Paulo, uma passeata se transformou em revolta e espalhou pelo país o medo do saque”. (4 DE ABRIL..., 1983, p. 22).

A seguir, darei início a análise da mencionada matéria.

Passarão muitos e muitos anos antes que 4 de abril de 1983 seja esquecido. Ainda não se pode dizer se ele será lembrado como o início de um novo período histórico ou se ficará, como marca a ferro, sinalizando no dorso da sociedade brasileira o momento mais doloroso de sua grande crise. Na manhã de segunda-feira, quando 200 pessoas começaram a saquear o comércio do bairro operário de Santo Amaro, em São Paulo, abriu-se aos olhos do país uma chaga de insatisfação e desordem que, depois de espalhar o medo pelas grandes cidades brasileiras, onde vive 1 milhão de desempregados, ensinou que a questão social é muito mais que um simples conjunto de estatísticas. A uma sociedade habituada a acreditar que a crise econômica pode ser bem representada por tabelas numéricas e que a administração desses números é um problema quase metafísico, o 4 de abril ensinou uma nova palavra: saque. (4 DE ABRIL..., 1983, p. 22).

Para a revista, portanto, o movimento dos saques marcou negativamente a nossa história, provando que a grande crise econômica que se debruçou sobre o Brasil teve um resultado catastrófico; desordem, violência e caos instaurado por grupos de desempregados que saíram às ruas em busca de justiça social. O que podemos perceber a partir do trecho acima é que há uma forte crítica à economia do país, direcionada diretamente ao presidente. O problema da crise parece não ter solução, logo o modelo econômico realizado na ditadura militar esgotou-se. Teme-se que a crise desencadeie mais revoltas movidas pela insatisfação.

Como vimos no Capítulo 1, houve uma enorme opressão destes trabalhadores, principalmente daqueles pertencentes às classes mais baixas; arrochos salariais, perseguições políticas, perda de emprego, diminuição do poder de compra, impossibilidade de aquisição de um imóvel pelas formas legais, distanciamento da possibilidade de se consumir bens mais luxuosos, fome etc. Entendendo que este sujeito histórico tem seu papel na sociedade capitalista e sofre as pressões desse sistema, fica então mais fácil compreendê-lo em sua humanidade e realidade.

Parafraseando o que foi escrito em Veja, penso que este evento não será nem “lembrado com dor de uma marcada a ferro” e nem como “movimento de mudança”, mas sim como resultado de uma política econômica falha, componente de um período muito conturbado de nossa história. Hoje o afastamento histórico nos permite enxergar a crise dos anos 80 e os saques com diferentes enfoques, assim

como a forma com que foram veiculados pela revista. E, sobre isso, devo acrescentar à análise o uso de palavras que remetem aos caos, sensação muito presente nas páginas dedicadas ao tema; “desordem”, “medo” e “saque” induz o leitor a uma sensação atemorizante.

Além desta tentativa de criminalizar o sujeito que participa dos saques, há também a tentativa de anulá-lo no que diz respeito à sua participação ativa no processo narrativo do movimento. Um recurso até agora muito utilizado pela Veja é a de não dar voz ao sujeito de quem fala e, quando lhe dá espaço para se expressar, busca trazer pessoas que vão ao encontro das ideias defendidas na revista. Um exemplo dessa prática foi a de trazer a entrevista de Joaquinzão para reforçar a ideia de que os integrantes dos movimentos dos saques o realizam de forma impensada e desorganizada. Nas palavras de Joaquinzão, é realizada a deslegitimação do movimento, assim como a dos sujeitos que participam, afirmando que a intenção é somente causar desordens. A caracterização de Joaquinzão como um representante dos trabalhadores reforça essa deslegitimação, uma vez que o entrevistado de certa forma os representa e o julgamento da ação por um integrante do grupo dos trabalhadores abre espaços para que a revista também busque desqualificá-lo. A ausência das palavras dos envolvidos diretamente nas manifestações é mais uma ferramenta intencionalmente utilizada pela revista, apresentando-os a partir de um intermediário (Joaquinzão) e não lhes dando espaços para contrapor suas falas. Esse artifício será elucidado por Foucault como “procedimento de exclusão”.

Em uma sociedade como a nossa, conhecermos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa [...]. (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Portanto, de acordo com o que foi dito acima, não são todos os grupos que possuem direito à fala. O conceito de exclusão não demonstra-se apenas pela ausência de palavra do sujeito, mas também evidencia-se no contraste com o direito do privilegiado, que aparece recorrente nos textos e com espaços significativos para emitir opiniões à sociedade ou a um determinado grupo. Outro método de exclusão

aparece na já comentada ferramenta de anular os sujeitos imprimindo sobre eles o rótulo de loucos, discutido quando do uso do adjetivo “tresloucados” por Joaquinção em relação aos manifestantes.

Percebe-se portanto o uso do artifício discursivo da exclusão e da seleção de quem pode ou não falar. A respeito da análise realizada há pouco, sobre os sujeitos que interessam à revista e vão ao encontro do seu discurso, podemos afirmar que as ações de violentos movimentos sociais são rechaçadas por uma revista que defende a abertura à democracia, desde que seja exercida de forma ordeira. Defende-se também que os trabalhadores devem se organizar a partir de um sindicato, como também alega Joaquinção.

Em relação à linguagem do caos, podemos ver que na segunda parte do texto desta página há novamente o clima de medo, mas agora não somente restrito a São Paulo. Teme-se que ações semelhantes ocorram em todas as partes do Brasil.

Em dois dias a revolta saiu de Santo Amaro e foi à Praça da Sé, no coração da cidade, deixando um balanço de 200 casas comerciais pilhadas, danificadas ou inteiramente destruídas, num pesadelo que São Paulo jamais vivera antes. Aterrorizados, milhares de comerciantes, em São Paulo e outras cidades, passaram a baixar suas portas ao menor murmúrio de que outros saqueadores moviam-se em suas vizinhanças. Assim se deu em Santos, Ribeirão Preto, Campinas e Fortaleza, até que na noite de sexta-feira uma parte do comércio do centro do Rio de Janeiro fechava com medo de ser atacado pelo mesmo fenômeno que um dia antes se abatera sobre um supermercado no bairro Senador Camará. (4 DE ABRIL..., 1983, p. 23).

Mais uma vez nos deparamos com palavras cuja semântica resvala no medo que os saqueadores foram responsáveis por espalhar. O cenário de um filme de terror estava montado: comércios pilhados, destruídos. Donos de estabelecimentos fugindo da onda de “bárbaros” que se aproximava. Podemos até imaginar com clareza a cena que ocorrera em São Paulo no dia 4 de abril. É importante destacar que o locutor, a revista *Veja*, atenta-se apenas aos sentimentos da população “ordeira” e dos donos dos estabelecimentos. Em momento algum, até agora, pudemos perceber alguma consternação com a situação deste desempregado que de um dia para o outro virou apenas um saqueador e teve toda sua historicidade ignorada. Entretanto, ainda estamos percebendo a ausência da grande crítica à crise econômica da época que vimos com tanta veemência na edição passada (nº 761).

Na página 24 da edição 762, defende-se que os saques só foram possíveis devido à falta do braço policial, embora existam registros de que a repressão ocorreu de forma rigorosa na ocasião. De acordo com Cassiana Buso Ferreira, somente no dia 4 de abril, quando os saques tiveram início, 360 pessoas foram presas, sendo 300 na região de Santo Amaro e 60 na região central de São Paulo. A ação policial, marcou presença durante todo movimento, reprimindo qualquer ação dos manifestantes, independente da intensidade. Além da repressão policial houve também um ato isolado de violência quando um motorista de um Chevette Bege atirou matando um corretor de imóveis que estava na rua (FERREIRA, 2009, p. 22-23), demonstrando a revolta com as ações dos manifestantes. Todos os elementos citados neste parágrafo nos trazem a ideia de caos e desordem, exercida através de tumultos, quebra-quebras e confusões. No entanto, nesta mesma página, há a inclusão da fala do então presidente João Figueiredo, afirmando que somente a calmaria possibilitaria um diálogo e a melhora do País:

Depois de louvar “a busca pelo consenso” e de condenar “a ação perturbadora dos grupos minoritários de agitadores irresponsáveis”, Figueiredo lembrou que, “asseguradas a tranquilidade e a harmonia interna, teremos clima para lutar e trabalhar para reestabelecer a prosperidade e o desenvolvimento, para dominar os flagelos da inflação e do desemprego, para levar adiante os programas da área social – habitação, educação, saúde e alimento para todos. (4 DE ABRIL..., 1983, p. 24).

Cabe lembrar que no Capítulo 1 observamos que essa prosperidade e desenvolvimento eram apenas sonhos sempre distantes. Mesmo que algumas ações fossem feitas para tentar minimizar a pobreza, significativa na redução deste índice. O milagre econômico desabou e, com ele, o sonho de uma vida melhor ficou mais distante. Mais uma vez colocam os personagens dos saques como problemas e que agora atrapalham o desenvolvimento e a prosperidade do País, pois não contribuem com a ordem. Ainda nas páginas da revista Veja, há uma menção muito peculiar a uma expressão utilizada pelo economista Edmar Bacha, que utilizou o neologismo “Belíndia” para definir o Brasil. Esse nome vem da junção da palavra Bélgica e da palavra Índia, referindo-se a uma parte muito selecionada do Brasil que vivia feito os belgas, com todo conforto e luxo, enquanto a outra parte, a Índia, era ilustrada por pobreza, favelas etc. Nas palavras da revista, há uma forte demonstração, também, de descontentamento com o atual governo, uma vez que

afirma que o Brasil somente se espanta com as desordens causadas pelo lado indiano e não pelo lado belga:

Com a crise econômica e abertura política, viu-se que na Bélgica vigoram noções muito peculiares de ordem. Graças a elas, o próprio presidente da República minimizou o fato de terem colocado um aparelho de escuta em seu gabinete. 'Isso é café pequeno', comentou Figueiredo ao saber do fato ocorrido há um mês e ainda não esclarecido. Essa mesma noção especial de ordem faz com que se sucedam escândalos financeiros sem que o poder da polícia do Estado seja sentido. E mesmo em casos de homicídio puro e simples envolvendo tramas e pessoas dessa Bélgica, como sucedeu com a morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten, ocorrida em outubro do ano passado, a polícia mantém a ordem encerrando precipitadamente investigações inócuas. Essa desordem, mantida no topo da pirâmide, obviamente não justifica a desordem em baixo. Ela apenas mostra que, no Brasil, só há real espanto quando as grandes agressões à ordem são feitas na parte indiana da sociedade. (4 DE ABRIL..., 1983, p. 24).

Fazendo uma reflexão sobre o que já lemos até aqui acerca de nosso documento, podemos perceber alguns componentes do discurso emitido pela revista *Veja*, como por exemplo a caracterização dos manifestantes como pertencentes às classes perigosas (vide o momento em que se dirigem a eles a partir do reconhecimento da figura nordestina ou então de segmentos de esquerda presentes nas confusões), além de uma ampla defesa da repressão como resposta às agitações e sendo a única forma de resolução deste problema. Esses elementos nos trazem a impressão de que *Veja*, além de defender a ordem, espera que a democracia agregue noções existentes da ditadura como a manutenção da ordem realizada pelas forças policiais.

Logo no final da página, a revista volta a direcionar o assunto aos saqueadores e atribui ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) a liderança do ato (4 DE ABRIL..., 1983, p. 24). A revista também traz a informação de que o Partido Comunista, mesmo sendo ilegal, prega a instauração de uma ditadura comunista no País, trazendo um temor muito característico do início da década de 60, quando o inimigo a ser eliminado era o militante de orientação socialista ou comunista. Embora a revista expusesse o medo de que grupos de esquerda poderiam se aproveitar do evento para galgar conquistas políticas, hoje a história esclareceu que o evento dos saques de Santo Amaro possuiu caráter de espontaneidade, sem que algum grupo político ou partido tivesse obtido a liderança deste ato, embora houvesse algumas tentativas. No entanto, a revista não possuía este entendimento

no momento em que ela foi escrita, além de percebermos que não se sabia ao certo a quem atribuir com certeza a liderança do movimento. Portanto, houve uma grande tentativa de atribuir a violência causada na cidade aos grupos ligados à esquerda, para contrapor um discurso de ordem que estava sendo construído por setores políticos defensores da democracia como projeto de melhoria das condições sociais, políticas e econômicas do Brasil.

Seguimos à página 26 e vemos mais uma reportagem sobre os saques, que se inicia com uma foto de uma passeata com uma legenda extremamente peculiar:

Figura 5: “Santo Amaro, terça-feira: rastros de destruição na esteira da passeata ao Palácio dos Bandeirantes”.



Santo Amaro, terça-feira: rastros de destruição na esteira da passeata rumo ao Palácio dos Bandeirantes

Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 26. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

A legenda da foto diz: “Santo Amaro, terça-feira: rastros de destruição na esteira da passeata ao Palácio dos Bandeirantes”.

Ao iniciar a leitura da tal reportagem já nos deparamos com a descrição do desfecho de uma passeata que em muito se assemelha à descrição de um campo de batalha. A forma escolhida para descrever tal evento nos transmite, mais uma vez, a sensação de que é muito perigoso sair pelas ruas enquanto os “arruaceiros” continuam a tumultuar os espaços públicos. Há um contraste muito nítido entre os manifestantes que não seguem nenhuma ordem estabelecida e a polícia repressiva e ordeira da ditadura militar, lembrando que nesse contexto o espaço público não possuía caráter democrático e era proibido qualquer tipo de manifestação ou ajuntamentos nas ruas. Nas palavras de Veja:

Um braço ergueu-se no meio da multidão que começava a avançar e, rápido, alcançou a carroçaria de um caminhão Mercedes-Benz estacionado no Largo 13 de Maio, centro nervoso do bairro de Santo

Amaro, em São Paulo. Ao exibir o troféu que conquistara – uma das 40 000 laranjas amontoadas na carroçaria -, um grupo desvinculou-se do bloco de 2000 participantes de uma passeata de protesto contra o desemprego, que minutos antes iniciara seu deslocamento rumo à Assembléia Legislativa, atacou o caminhão – e logo dezenas, centenas de laranjas passaram a devastar as vitrinas das lojas nas cercanias. Essa artilharia de frutas, desencadeada às 10 horas do dia 4 de abril de 1983, foi o primeiro e violento aviso de que um imenso barril de pólvora estava prestes a explodir na maior cidade brasileira. Nas 48 horas seguintes, São Paulo viveu sob a sensação de que a paz estava assassinada nas ruas. (NEGROS..., 1983, p. 26).

Mais uma vez aparece o uso de palavras escolhidas de forma dar uma conotação de guerra instaurada na cidade, artifício gramatical já comentado neste trabalho: “troféu que conquistara”, “atacou o caminhão”, “centenas de laranjas passaram a devastar as vitrinas”, “primeiro e violento aviso de que um imenso barril de pólvora estava prestes a explodir” e “a paz estava assassinada nas ruas” são os exemplos da sensação que a revista quer transmitir ao leitor. Dando seguimento à reportagem, nos deparamos novamente com o assunto direcionado para a partidarização do movimento e ai então nos reencontramos com a fala de Joaquinção, do início desta edição. A revista nos traz a impressão de que os desempregados insatisfeitos foram cooptados pelo PC do B, dando vida à ideia de que estes são massa de manobra, uma massa de “tresloucados” que subentende-se não possuir capacidade de compreender o movimento e, portanto, facilitando a sua inserção em movimentos partidarizados ao sabor do partido político que os “controla”. Segundo a revista:

Indício de que poderia haver barulho grosso vinham-se acumulando desde a última semana de março. Na ocasião, um grupo de desempregados que normalmente se reúne num escritório do deputado federal Aurélio Peres, militante do Partido Comunista do Brasil, ou PC do B, abrigado na legenda PMDB, decidiu convocar uma manifestação de protesto no dia 4 de abril. Na segunda-feira passada, às 7h30 da manhã, enquanto centenas de pessoas convergiam para a concentração do Largo 13 de Maio, 200 desempregados aglomeravam-se à porta da seção de recrutamento de uma indústria próxima ao local – a Q Refres-Ko, que produz chicletes, balas, refrescos em pó e gelatina. O departamento abriu às 8 horas e as cinco vagas disponíveis foram preenchidas. Os murmúrios de insatisfação da fila de homens e mulheres, frustrados com o fechamento do guichê, chegaram aos ouvidos dos assessores de Aurélio Peres que, no escritório do deputado, perto da Q Refres-Ko, retocavam os contornos do protesto. Eles tiveram uma ideia: que tal convidar os 200 desempregados a engrossar a manifestação? Praticamente todos aceitaram o convite e, minutos depois, no Largo 13 de Maio – ponto de passagem dos ônibus da Zona Sul, o Largo

tornou-se feira nordestina com barracas, camelôs e cantadores – endossavam com gritos os discursos incendiários dos oradores, talhados no figurino do PC do B. Mais alguns minutos e dezenas deles estavam com laranjas nas mãos, prontos para o ataque. (NEGROS..., 1983, p. 26).

Pela primeira vez a revista fez menção ao real motivo para a deflagração dos saques ocorridos em Santo Amaro. De acordo com Cassiana Buso Ferreira, que também possui como objeto a imprensa escrita e sua cobertura jornalística dos fatos relacionados aos saques, os meios de comunicação estabelecem um formato de transmissão de notícia que deixa o leitor desinformado, por um tempo considerável, sobre o real motivo da ocorrência deste movimento. Em suas palavras:

A “falsa objetividade” tende a construir uma “falsa realidade”, omitindo e camuflando informações importantes para a compreensão dos fatos. É o que se pode constatar nas matérias veiculadas pela imprensa referentes às deflagrações irrompidas na capital paulista. Ou seja, ao mesmo tempo em que os dados pontuais e quantificáveis passavam ao leitor a ideia de que estava sendo informado acerca dos acontecimentos, na verdade, ele permanece no limbo da ignorância, sem saber exatamente porque os manifestantes estavam no Largo 13 de Maio, naquele dia e horário, os fatores motivadores da deflagração dos saques e quebra-quebras, o objetivo das passeatas, as condições impostas à classe trabalhadora, aos desempregados e aos moradores da região, o significado e o sentido das ações empreendidas. (FERREIRA, 2009, p. 14-15).

Sobre este pensamento, devemos nos lembrar que a revista demandou uma grande parcela de tempo para retratar a revolta, tecer comentários sobre e apresentar a mensagem de que estava tudo fora de controle, e que a cidade ficou abalada e assustada com a ação desmedida dos manifestantes. Ao construir um texto desse tipo e incluir posteriormente o estopim da revolta, ficou demonstrado que o motivo não possui tanta relevância quanto a descrição dos confrontos, cabendo à este um determinado e circunscrito lugar na edição. Além da ausência desta informação logo no início do texto as descrições dos confrontos se reduzem a caracterizações de guerra, estratégia já discutida nas páginas desta revista. Não há preocupações com os fatores sociais e econômicos que culminaram em revoltas sociais, em revelar as reivindicações dos manifestantes. As explicações que se apresentam ao leitor antes mesmo da elucidação dos fatores acima, são as que resvalam em questões de disputas políticas, trazendo a ação dos grupos de esquerda como possível resposta aos saques.

Os casos de ataques à lojas, carros, caminhões e outros pontos, ocorreram por espontaneidade daqueles que marchavam, com a revolta empunhada em seus atos. A participação dos partidos políticos se deu no sentido de tentar conter esta violência, embora não obtivessem sucesso. O que Veja transmite ao leitor é a noção de que os partidos incendiaram os manifestantes, incentivando-os a cometer delitos.

Entretanto, na revista Veja há a menção na edição anterior das condições de vida dos trabalhadores, bem como as condições de vida da classe média e do empresariado, todos inseridos no contexto da crise econômica do período. A crise social é deixada de lado, sendo invocada apenas na entrevista com Joaquinção, que reconhece que há sim problemas sociais dos trabalhadores, mas critica aqueles que tomem medidas muito radicais para combatê-las, como o movimento dos saques em Santo Amaro. Retornando ao excerto, podemos ver que o real motivo é trazido de forma rápida e quase imperceptível. O fato de que diversos desempregados haviam comparecido em uma empresa por causa de um anúncio de vagas foi, basicamente, o real motivo para que o movimento iniciasse. Na verdade a historiografia atual aponta um boato de que a tal empresa havia aberto um número maior de vagas do realmente abria. Chegando lá, os candidatos se depararam com a contratação dos trabalhadores e o encerramento da oferta de vagas. O movimento foi tomando forma de acordo com as vontades dos manifestantes e, diferente do que foi veiculado em Veja, os integrantes de partidos políticos não conseguiram captá-lo e organizá-lo o movimento, embora a todo momento apontassem apoio a ele.

Em um trecho da edição 762, Veja traz à tona a participação de migrantes, nordestinos, e suas inserções nos saques. A importância desta fala revela outro tipo de “classe perigosa”, personificada sob a figura do migrante que chegou a São Paulo em busca de oportunidades. Dialogando com o Capítulo 1 deste trabalho, podemos explicar de outra forma a participação dos nordestinos neste contexto de lutas e também de convivência com péssimas condições de moradia, saúde, saneamento, educação, transporte etc. Não seria surpresa se eles somassem e engrandecessem os movimentos dos saques, uma vez que além de sofrerem com as condições de vida, também estavam no foco do desemprego.

De acordo com Teresa Caldeira, a fala que se dirige ao nordestino está sempre repleta de preconceitos, estereótipos e receios. Atribui-se aos nordestinos identidades generalizadas de ação, transformando-os em pessoas sempre passíveis de cometer atos impensados, a predisposição ao crime e à bagunça. Transforma o

nordestino em um brasileiro sem identificação com a cidade de São Paulo, uma vez que se parte do princípio de que a disparidade cultural é conceito impeditivo de uma relação mais próxima.

[a partir de uma entrevista, Teresa Caldeira realiza as seguintes observações] Os nordestinos podem não ser todos criminosos, mas a lista de derrogações usadas contra eles é imensa: eles têm 'sangue-quente', são mão de obra barata que não sabe como reivindicar um pagamento justo, são mal-educados, sem cultura, ignorantes. Além disso, o paternalismo implícito na ideia de trabalhar para civilizá-los (assim eles não teriam que vir a São Paulo) é evidente, assim como o preconceito de classe média contra seus padrões de consumo: eles chegam a São Paulo, compram óculos de sol Ray-Ban, vão ao dentista e, talvez por não serem racionais, substituem os dentes por dentadura. (CALDEIRA, 2000, p. 87).

A partir da pesquisa da autora citada acima, podemos perceber que a fala do crime permeia o universo do desconhecido, mas o desconhecido que possui uma marca de violência e ignorância. Porém, diferente dos imigrantes europeus, os nordestinos são sempre recebidos com olhares indesejáveis. O criminoso é caracterizado não pelo crime que cometeu, mas pelo crime que pode vir a cometer. Esses criminosos são indesejáveis e sempre relacionados a experiências negativas, como é o caso da descrição dos nordestinos na revista *Veja*.

Elemento perigoso e que quebra regras da sociedade, o criminoso é visto como alguém que vem dos espaços marginais e polui e contamina. Apesar de esse tipo de categorização ser uma maneira poderosa de pensar o mundo, organizar as narrativas e ressignificar a experiência, quando se precisa de descrições mais específicas e detalhadas, a função do desreconhecimento se torna óbvia e necessariamente surgem ambiguidades. (CALDEIRA, 2000, p. 79).

Seguindo com as notícias, a revista *Veja* novamente traz a questão do policiamento insuficiente, bem como a impunidade e a falta de "braço policial".

[...] João Carlos Bianchi, 26 anos, gerente da Drogaria São Paulo, viu seu letreiro sucumbir à artilharia – e entendeu que as coisas iam mal. "Telefonei para o Copom e me informaram que a polícia tinha um plano montado e estava pronta para intervir", conta Bianchi. "Mas disseram que não haviam recebido ordens do Palácio dos Bandeirantes e não podiam reprimir". (NEGROS..., 1983, p. 26).¹⁵

Mais uma vez, como já foi dito acima, devemos lembrar que as ações policiais foram muito marcantes e incisivas, tanto que nos últimos dias de ação dos manifestantes, a polícia vencida em número de componentes. No entanto, a partir do

¹⁵ Copom: Centro de Operações da Polícia Militar.

conflito policial é que a revista pode fazer uma visível e descarada bipolarização de forças. De um lado a força da ordem e presença do Estado, sinônimo de segurança e paz, e do outro, os manifestantes, sinônimo de desordem, medo, crime e vagabundagem.

Na manhã de quarta feira, quando puderam lançar-se à contabilidade de dois dias intermináveis, ainda contemplando ligeiras escaramuças entre policiais e desocupados no centro da cidade, milhões de paulistanos se deram conta de que 3500 pessoas, somados todos os participantes de uma longa sucessão de tumultos, tinham conseguido deixar a metrópole em pânico, patrocinando um inédito pesadelo urbano. (NEGROS..., 1983, p. 26).

Mas a sua inação [da polícia] durante quase 30 horas, somadas à tibieza geral das autoridades do governo estadual, incentivou a acusação de que a rua não precisava mais respeitar a lei – e fez com que, ao longo da terça-feira, a Praça da Sé e outras ruas do coração de São Paulo fossem arrasadas por bandos de marginais e desocupados, alegremente surpresos com a constatação de que, entre eles e objetos valiosos, havia apenas uma camada de vidro ou, quando muito, uma porta de ferro. (NEGROS..., 1983, p. 27).

[...] para ir até a praça, a turba tinha de passar em frente ao palácio – e ao passar, ficou. (NEGROS..., 1983, p. 28).

Os dois trechos acima apontam para uma mudança radical de caminho editorial, não mais deixando opiniões no ar ou algumas vezes tentando se mostrar imparcial ao fato. Podemos ver o uso de palavras extremamente significativas para descrever os manifestantes. As palavras “desocupados”, “bando de marginais” e “turba” apesar de constituírem apenas uma pequena parte do texto, nos permitem perceber as intencionalidades mais uma vez evidenciadas através de palavras qualitativas.

Outro fato que nos chamam à atenção na fala é a enfática posição da revista em clamar pela força policial e criticá-la por ter se atrasado para reprimir o movimento, além de não ter utilizado a força necessária para reprimir os manifestantes. Apesar dos altos números de presos (566 em apenas um dia, de acordo com Veja) a revista ainda tece críticas no sentido de que ainda faltou muito para que a ação repressiva fosse eficaz. Por diversas vezes essa invocação e crítica da ação social aparece no texto e também como imagem, a ser exibida a seguir.

[...] “Mandei dispensar todos os 120 funcionários, transferir todos os carros para a minha revendedora em Osasco e colocar uns tapumes de madeira em frente à loja”. Ainda assim, durante a tarde, alguns vidros foram destruídos a pedradas, mas Pacheco Chaves, em defesa do seu patrimônio, exibiu uma agilidade que faltou ao governo

a que pertence na defesa o patrimônio dos outros. (NEGROS..., 1983, p. 28).

Figura 6: “Praça da Sé, terça-feira: a certeza da impunidade”



Praça da Sé, terça-feira: a certeza da impunidade

Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 27. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

Vamos percebendo que a construção do texto da revista iniciou-se pelo caminho de criminalizar os saqueadores, tomando-os como “tresloucados”, ou agentes que sequer entendiam da política das manifestações. Na medida em que o texto segue, vemos a revista mudar o rumo de sua defesa, apontando para a partidarização de sua fala, tomando os grupos e partidos de esquerda como responsáveis pela captação destes desempregados e por guiá-los ao caminho da desordem, desobediência, violência e roubo. Há também a tentativa de atribuir a “profissionais esquerdistas” a captação de manifestantes para compor o movimento. Sobre isso, Napolitano faz uma importante observação:

A Doutrina de Segurança Nacional, [...] se apoiou numa peculiar “teoria de guerra”, onde se destacam alguns pontos: a estratégia

para vencer a “guerra” entre os blocos socialista e capitalista, deve ser total [...]; as fronteiras não são territoriais, mas ideológicas (o que significa que o inimigo pode ser qualquer cidadão); o inimigo sempre estará afinado com as forças externas do outro bloco, que se aproveita de qualquer conflito para desestabilizar o regime e a ordem estabelecida. Como consequência destes princípios, o Estado deve “vigiar” a sociedade, sendo que a coesão das forças armadas garantiria sua força política. (NAPOLITANO, 2002, p. 14-15).

Nesse caso, os grupos de esquerda exercem o papel de se aproveitar dos conflitos para colocar em prática ações que visem a desestabilização da ordem. Há algumas páginas atrás elucidei a questão do PC do B apontado por Veja como um dos agentes responsáveis pela organização dos atos. Na página 29 fica muito mais clara e incisiva a fala contra os grupos de esquerda, relacionando-os com a fala do crime que permeou todas as falas e frases da revista até agora.

GUERRILHA – A reincidência [dos saques] fora articulada na noite anterior, durante uma reunião na subsede do Sindicato dos Químicos, em Santo Amaro. “O movimento estava descontrolado, e achamos que os sindicalistas deviam tentar organizá-lo”, diz a arquiteta Clara Ant, expoente de uma curiosa “ala trotskista” que se apoderou, como outras seitas extremistas, de um pedaço do Partido dos Trabalhadores (PT), e ali destila suas receitas para a revolução. Clara entendeu que uma boa maneira de organizar o movimento seria marchar do Largo 13 de Maio até o Palácio dos Bandeirantes – e fez a sugestão que transformaria no estopim de mais um dia de baderna, saques e pânico. À medida que a multidão avançava, grupos dela se desgarravam para atacar estabelecimentos comerciais, em ações de guerrilha que contornavam com facilidade os policiais postos no seu caminho. Três horas depois, 2 000 pessoas estavam diante do Palácio dos Bandeirantes, reivindicando um impraticável diálogo coletivo com o governador. (NEGROS..., 1983, p. 29).

Em uma primeira análise, é interessante também neste trecho retomar as palavras usadas como adjetivos que apontam opiniões e críticas. O uso de “seita extremista”, “desgarravam” e “guerrilha” são muito eficazes em trazer a ideia defendida acima, de que os manifestantes nada mais eram do que massa facilmente manipulável por agentes de esquerda. O uso de seita extremista nos remete a uma ideia de ação violenta, utilizando-se de armas e formas extremas de ação. Devemos nos lembrar que o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, portanto não combateu a ditadura sob a forma de guerrilha urbana ou guerrilha rural. A luta armada não fazia parte dos princípios deste partido. Devemos nos lembrar também que a guerrilha combativa, exercida por grupos de resistência contra a ditadura militar, já havia sido extremamente reduzida devido à alta

repressão dos órgãos militares. Alguns grupos foram extintos em ações que praticavam com extrema frequência torturas e mortes. Defender que estas guerrilhas ainda possuem algum tipo de poder é tentar convencer o leitor de que a guerra contra o comunismo e a esquerda ainda não acabou. Embora a revista insista em aferir que as ações do saques foram puxadas por forças políticas de esquerda, também traça um caminho crítico novo que abaliza para a ineficiência destes poderes em organizar uma manifestação. É com um sentimento de incapacidade e incompetência que a revista coroou os movimentos sociais, principalmente os ligados à esquerda.

Teoricamente, de fato, a marcha obedeceu ao comando de uma comissão formada na véspera para “coordenar os comitês de luta contra o desemprego”. Mas, na prática, a comissão não comandava coisa alguma e aos berros, Pazzianoto foi informado pela multidão de que, se quisesse, teria de conversar “com todos”. (NEGROS..., 1983, p. 29).¹⁶

No momento em que a multidão chegou ao Palácio dos Bandeirantes, morada do então governador de São Paulo, Franco Montoro, exigiram conversar com esta autoridade estadual a respeito da crise do desemprego. Usando a força, os saqueadores conseguiram derrubar significativos metros de grade e adentraram ao terreno do Palácio, sendo imediatamente reprimidos pela polícia militar. Mais uma vez a revista se vale da crítica aos policiais em relação a seu atraso em conter a multidão, defendendo e bradando as ações de extrema violência da polícia para conter os revoltosos.

[...] O mais forte [argumento usado pelos manifestantes] foi a destruição de 110 metros de grade. Só então, em vez de Montoro, apareceu a tropa de choque postada nos jardins do palácio – e, afinal despertada da letargia de que foram acometidos pela tibieza das autoridades, a PM conteve a multidão, distribuindo golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo que não pouparam deputados do PMDB e do PT associados à marcha. (NEGROS..., 1983, p. 29).

O que não cessa em momento algum nas decorrentes reportagens é, a todo momento, deixar claro que aqueles que participam da manifestação não são dignos de serem chamados de cidadãos. Ora baderneiros, ora desocupados, tais personagens tão presentes nas páginas da revista *Veja* em nenhum momento possuem voz. Suas histórias são narrativas em terceira pessoa do plural, sempre

¹⁶ Almir Pazzianoto, na gestão do governador de São Paulo Franco Montoro, assumiu a direção da Secretaria de Estado das Relações de Trabalho.

demonstrando uma visão unilateral dos fatos. O incômodo causados aos “cidadãos de bem” é inaceitável, independente dos motivos que os levaram à exercer tais ações. Fica evidente o descolamento destes sujeitos do corpo cidadão da cidade de São Paulo no trecho a seguir:

ARREPIOS DE MEDO – Os sons e imagens do palácio sitiado, transmitidos pela emissora de rádio e televisão, forneceram um espetáculo chocante. Para o cidadão comum, era sinal de que a autoridade tinha deixado de se impor. (NEGROS..., 1983, p. 30).

O “cidadão comum” está sempre presente nas linhas dos textos. Entrevistas constantes para saber o que aconteceu fortalecem mais ainda as opiniões da revista. Relembrando, mais uma vez, de que os integrantes dos movimentos dos saques não estiveram presentes em nenhum momento como sujeitos ativos, ou seja, não deram entrevistas e nem emitiram suas percepções. A vitimização da população atingida pelos saques faz com que o leitor sinta o absurdo e a violência com que ocorreram as manifestações, mas não sinta a violência com que foram duramente reprimidos.

O interessante de analisar esta edição é perceber um padrão de construção textual que muitas vezes recai sobre preconceitos, como na página 30, em que um dos entrevistados compara os saqueadores a índios, na tentativa de afirmar o tamanho de sua natureza animalesca. Nesta mesma página, um dos tantos donos de loja afirma que um dos saqueadores era moreno, fazendo menção a um problema racial persistente na cultura brasileira. Já na página 31, outro empresário se mostrou surpreso com o fato de que havia também gente bem vestida e bem penteada, como se manifestações compreendessem apenas as camadas historicamente relacionadas com o crime; negros, pobres e “feios, sujos e malvados”¹⁷. O preconceito baseado em estereótipos também marcou uma presença extremamente forte nas reportagens sobre os saques. A fala do crime, que será abordada mais adiante, está o tempo todo presente e repetitivamente dando elementos para que o leitor os tema com base nas afirmações da revista.

“Eles vieram feito índio, numa gritaria infernal”, diz o vitrinista Antônio Moacir, 35 anos [...]”.

[...]

Gianfranco Cundari, 22 anos, sócio da mãe na Gianni Modas, uma loja de jeans no Largo da Misericórdia, também sentiu arrepios de

¹⁷ Em alusão à obra de Luis Ferla – Feios, Sujos e Malvados Sob Medida: a utopia médica do biodeterminismo.

medo. “O primeiro assalto foi comandado por um homem moreno, com pulseiras largas, anel de brilhante e colar, que devia ter entre 30 e 35 anos”, conta Cundari. O invasor conquistou a vitrina, apanhou algumas roupas, jogou-as para trás e gritou: “Toma meu povo, que isto é de vocês”. Depois desse grito, diz Cundari, “o povo entrou atrás”.

[...]

O saque à Gianni Modas foi testemunhado por Hermínio Pessoa de Lima, 26 anos, empregado de uma loja vizinha, a Pontal, que na mesma tarde veria desaparecer todo seu estoque de roupas. “Os atacantes da Gianni eram um bando de marginais”, depõe Lima. “Mas também vi gente bem vestidinha e bem penteada, que ao passar por ali abria a maleta, punha uma camisa dentro e saía de fininho”. (NEGROS..., 1983, p. 30-31).

No entanto, ao analisar a fala de Gianfranco, podemos nos ater a um pequeno fato que foi ignorado pela revista, no sentido de revisitar a ideia e tecer comentários sobre. Quando Giancarlo reproduz a fala do dito saqueador (“toma meu povo, que isto é de vocês” podemos perceber um discurso cheio de minúcias e sentidos, como o significado da justiça social. A situação dos desempregados era demasiadamente calamitosa e sequer tinham a possibilidade de acessar quaisquer aquisições de bens. Ora, se há uma disparidade injusta nestes sentido, nada mais justo do que o trabalhador dividir ele mesmo as mercadorias inacessíveis com seus iguais. Obviamente que esta ação foi vista com maus olhos para tríade Gianfranco (empresário entrevistado) - Revista Veja – leitor.

Ainda na página 31, a revista produz uma sessão destinada a trazer ao leitor os problemas pelos quais a região de Santo Amaro passava. O texto traz elementos importantes para que o leitor formule suas próprias conclusões tanto da população de Santo Amaro, quanto dos motivos que levaram parte dessas pessoas a encontrar nos saques uma saída desesperada. Logo no início do quadro, a descrição da região resvala, mais uma vez, na fala do crime e na descrição de situações que colocam medo em qualquer “cidadão comum”.

[...] Com 100 000 favelados e quase 80 000 desempregados, é um epicentro permanente de tensão social e uma área onde agem as mais variadas correntes políticas, num espectro que vai do ex-governador José Maria Marin ao deputado Aurélio Peres. Invasões de áreas públicas e particulares. Greves de operários, depredações de ônibus, 103 quilômetros de córregos que transbordam com temporais do verão e mais de 3 000 ruas de terra são ingredientes que tornaram Santo Amaro a região mais explosiva de São Paulo. (O EPICENTRO..., 1983, p. 30).

O assustador cenário no qual viviam os integrantes desta região são elementos que nos dão margem para dois entendimentos imediatos: ou são trabalhadores que possuem péssimas condições de vida ou é uma massa de revoltosos que a todo momento entra em ebulição e acaba explodindo. As “invasões de áreas públicas e particulares”, “greves de operários” e “depredações de ônibus” estão descontextualizados e sequer foram relativizados com uma análise mais profunda sobre as razões destes atos. Retornando mais uma vez ao Capítulo 1, devemos nos lembrar que as periferias de São Paulo e os chamados bairros operários foram extremamente significativos nas lutas por moradia, condições de saúde, transporte público, iluminação, escolas de bairro etc. Os movimentos bairristas haviam despertado já na década de 70 e chegaram com grande força nos anos 80.

É de se perceber que a luta por conquista de espaço tanto na política quanto no social acaba por trazer embates e conflitos sociais jamais esperados pela população que possui o mínimo de conforto. É lógico também o fato de que a luta por espaço das camadas populares é um tanto quanto incômoda por diversos fatores, dentre eles o preconceito, a noção de que aqueles que vêm da região Nordeste e Norte trazem consigo uma violência enraizada. Com os saques, houve um aprofundamento deste temor de classe. O abismo social era gritante e, como disse o homem que tomou de assalto os produtos da loja Gianni Modas, “toma meu povo, que isto é de vocês”. A justiça social andou de mãos dadas com os manifestantes desde o primeiro movimento e desde a primeira laranja arremessada; não havia mais condições de suportar tanto o desemprego quanto as péssimas condições de vida.

É importante retomar que a maior taxa de desemprego ocorreu nos setores com menor qualificação para a mão de obra, uma vez que os técnicos e graduados/especialistas eram poucos e sua oferta era baixa, ficando difícil se desfazer destes trabalhadores. A mão de obra não qualificada foi demasiadamente atingida, em primeiro lugar, por sua facilidade de substituição e, devido a isso, a possibilidade de diminuição de salário. Demitia-se X para contratar Y com um salário reduzido.

Retornando ao texto, trago novamente a ocorrência da presença da fala oficial e a ausência de espaço dos sujeitos de quem se fala na revista. Neste mesmo

quadro que enumera alguns problemas/ações que ocorrem em Santo Amaro, o único entrevistado é o administrador Regional de Santo Amaro.

“O povo de nosso bairro está no limite do desespero, e não temos meios de resolver as questões mais permanentes”, diz o advogado e economista Manoel Guerrero Ramos, 42 anos, administrador da Regional de Santo Amaro. (O EPICENTRO..., 1983, p. 30).

Com a leitura desta sessão, podemos ter uma pequena visão da situação dos moradores de Santo Amaro, local também de diversas organizações políticas e sociais. O próprio administrador da Regional reconhece que, apesar da extrema politização e organização, não há mais como controlar a revolta popular. A aparição dos trabalhadores e/ou moradores é somente realizada na terceira pessoa.

[...] em 1979 o operário Santo Dias da Silva morreu num piquete durante uma greve de metalúrgicos, fuzilado por um soldado da Polícia Militar. Em 1981, a Fazenda Itupu, do governo federal, foi invadida por centenas de pessoas que só a abandonaram quando forças policiais intervieram. No mês passado, moradores do bairro do Grajaú destruíram 27 ônibus da Viação Bola Branca, que promovia um *lock-out* para forçar o prefeito a aumentar o preço das tarifas. (O EPICENTRO..., 1983, p. 31).

Já no final deste pequeno texto há mais um trechinho de entrevista e dessa vez com o líder regional do sindicato dos metalúrgicos. Novamente aparecem as falas sempre de autoridades ou de pessoas que gozam de alguma posição privilegiada. Embora a revista traga um pouco da situação de Santo Amaro, ela não consulta uma única vez os seus moradores.

“Como se não bastasse toda a miséria de Santo Amaro, a praga do desemprego acertou em cheio a região”, lamenta Walter Schiavon, 33 anos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encarregado da subseção de Santo Amaro. (O EPICENTRO..., 1983, p. 31).

Embora, com todas as ressalvas, a revista tenha trazido à tona a discussão sobre as condições dos moradores de Santo Amaro, a faz de maneira superficial e invocando sempre, como dito acima, personagens com posições privilegiadas neste contexto.

Na página 32, há uma interessante observação que podemos colocar ao lado da ideia justiça social promovida pelo manifestante que adentrou à loja Gianni Modas; jovens arrancam a placa de uma rua que levava o nome do pai do então presidente Figueiredo (jamais esquecendo que este era o último presidente da ditadura militar). Ambas as ações nos demonstram não só as resistências populares,

mas também que elas estão recheadas de significados políticos e apontamentos que direcionam a visão de tais lutas. Realizando uma ligação com uma situação que ocorreu 2 anos depois (1985), as Diretas trouxeram como protagonista a bandeira da abertura política e fim da ditadura, pauta que estava apenas misturada em um balaio de reivindicações no ano de 1983.

Em Santo Amaro, uma placa de uma das esquinas da Rua General Euclides Figueiredo foi arrancada e exibida como troféu por um bando de jovens. É compreensível que, diante da tamanha desenvoltura, se espalhasse o pânico – depois de dois dias de baderna, a população parecia suspeitar de que o governo estadual estava demasiado enfraquecido para retomar o controle da situação. (NEGROS..., 1983, p. 32).

Figura 7: “No troféu, o nome do pai do presidente Figueiredo”.



No troféu, o nome do pai do presidente Figueiredo

Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 31. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

Aparece então uma situação que já estava, em parte, evidente; a fragilização do governo e, portanto, da ditadura militar. A historiografia nos mostra que a ditadura já apresentava sinais de desgaste no aspecto econômico. No aspecto social, desde

que fora instaurada a ditadura sempre teve algum apoio popular, mas também enfrentou dura resistência dos grupos de esquerda.

Veja percebeu que esta política já dava seus sinais de esgotamento. A demora de ação e ineficiência de repressão foram marcas apontadas pela revista como reflexo desta decadência. Houve então o medo do descontrole, uma vez que o espaço de convivência social (ruas, bairros etc.) fora tomado pelo silêncio e pela ordem por quase 20 anos. Os embates nas ruas eram cada vez mais raros devido à dura repressão e proibição de manifestação. Quando esta ordem é quebrada e de uma forma violenta, os “cidadãos comuns” bem como seus representantes na imprensa, deixam emergir o pânico. Instituições bancárias, escolas e lojas foram fechadas por medo de novos confrontos e onda de saques. Os empresários e funcionários armaram-se para combater o inimigo, quase como uma guerra civil. Entrevistas de lojistas e funcionários afirmando suas ações violentas nos colocam como questão se a violência institucional e das classes mais altas é permitida, enquanto a das classes baixas é apenas arruaça.

Poucas lojas escaparam à destruição, algumas delas valentemente defendidas pelos funcionários. A Barracão, uma grande loja de eletrodomésticos na Rua General Carneiro, só foi atacada à noite, e sobreviveu praticamente ilesa. “Vamos invadir! Vamos invadir!”, gritavam dezenas de vozes. Não invadiram, embora tivessem afundado parte de uma porta, abrindo espaço para a passagem do corpo de um adulto. Só no dia seguinte o dono da Barracão, Salvador Yaki, 46 anos, que se retirara à tarde para sua casa, soube que a loja estava intacta porque os empregados haviam obedecido à ordem dada pelo patrão antes de partir: resistir. “Pela abertura na porta, só podia entrar um assaltante por vez”, explica Yaki. “Quando entrava alguém, levava uma pancada na cabeça, dada por um empregado com o cabo de uma enxada. Então os assaltantes recolhiam aquele e entrava outro, que também caía sob outra paulada. Meus empregados pegaram uns dez”, contabiliza o feliz proprietário. (NEGROS..., 1983, p. 31-32).

[...] Vicente Carlos, 29 anos, assumiu a gerência da filial das Lojas Ducal em Santo Amaro, na Rua Capitão Tiago Luz, às 11 horas da segunda-feira fatídica. Uma hora depois, alarmado com os ruídos de vidros estilhaçados e portas de ferro vergando sob aríetes improvisados, que vinham das imediações, mandou fechar as portas. As vitrinas foram saqueadas, mas os assaltantes não conseguiram invadir a loja. “Eu estava armado com revólver”, conta Carlos. “Se alguém entrasse eu mandava bala”. Ele sentiu muito medo.

[...]

Perto dali, no Hospital Moderno, o publicitário Guilherme Montoro, 33 anos e nenhum parentesco com o governador, montava guarda no saguão, a alguns metros do quarto onde estavam sua mulher e a

filha nascido horas antes. “Para chegar até elas, terão de passar por mim”, prometia. (NEGROS..., 1983, p. 28-29).

Encontramos aí uma dicotomia extremamente importante para compor esta análise. As palavras de criminalização e desaprovação dos movimentos de esquerda foram vastamente utilizadas, sem dar margem para entender que tais movimentos também compunham o universo da resistência contra uma ordem caótica imposta em 1964. Pegar em armas ou se reunir em guerrilhas era sinônimo de terrorismo. Agora vemos um grande espaço concedido aos donos de loja, como na Figura 8, que afirmaram se utilizar da violência para defender seus bens, utilizando até a palavra “resistir” para caracterizar um confronto perigoso e iminente.

Figura 8: "A batalha do cidadão armado".



A batalha do cidadão armado

Como um castelão sitiado, Néelson Caneloi, 49 anos, passou a terça-feira de arma em punho, trancado na matriz de sua cadeia de lojas Nelson das Bolsas, na Praça da Sé. As portas, empurradas de fora pelos assaltantes e de dentro pelos 25 empregados, resistiram. Se tivessem cedido haveria barulho: "Estávamos armados e atiraríamos". Estabelecido num bairro que acha infestado de marginais, ele não confia na polícia e tem sua segurança particular: dois guarda-costas, Paulo Antunes e Afonso Luís, contratados por 80 000 cruzeiros mensais, e uma câmara, no subsolo, para onde vão os dez ladrões que prendem por dia. "Lá, batemos neles com muita vontade e cortamos o cabelo", conta Caneloi. "Dá certo. Eles nunca voltam."

Fonte: Revista Veja, edição nº 762, p. 32. São Paulo, 13 abr. 1983. Editora Abril.

Na página 32 da revista Veja, há espaço para a defesa do DOPS¹⁸, responsável pelas investigações e prisões de grupos de esquerda e/ou organizações que representassem qualquer tipo de perigo à ordem ou ferissem a Lei de Segurança Nacional no período da repressão. Seus agentes catalogavam os

¹⁸ Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 30 de dezembro de 1924 com a finalidade de fichar, reprimir e censurar movimentos que iam contra a ordem política vigente. Durante a ditadura foi fundamental para a investigação e apreensão de integrantes de movimentos sociais, grupos de esquerda, grupos de luta de bairro, contra carestia, etc.. Foi extinto em 4 de março de 1983.

revoltosos em potencial e enviavam suas fichas para que ações pudessem ser feitas, além de espionarem e investigarem seus cotidianos em busca de elementos passíveis de condenação. Esse espaço cedido às falas de figuras importantes, integrantes do cenário político, evidencia um tom saudosista da época em que as manifestações e grupos eram reprimidos antes até de começarem a agir.

[...] Além da ação dos baderneiros, ele [Secretário de Segurança Pimentel] viu-se obrigado a contemplar primeiro a angustiante vacilação do Palácio dos Bandeirantes em fazer valer claramente a autoridade pública, e, depois, o mau estado da máquina sob o seu comando. “Estou sentindo uma imensa falta de um departamento como o DOPS, contendo informações e registros sobre os grupos políticos”, queixa-se Pimentel. “Conhecendo previamente articulações que possam perturbar a ordem pública, a Secretaria tem mais condições de acompanhá-las e reprimi-las”. Pimentel entende que a extinção do convênio entre a Secretaria de Segurança e Polícia Federal, que selou a morte do DOPS paulista no momento em que Montoro assumiu, foi um péssimo negócio para ambos. “Eles ficaram com os arquivos e as informações, mas sem poder agir”, diz. O fato é que, com pouca semanas de extinção, o DOPS deixou saudades – e na semana passada, em conversas que até recentemente seriam difíceis de imaginar, mesmo políticos da ala esquerda do PMDB paulista lamentavam a ausência da sigla tão estigmatizada por eles até a posse de Montoro. (NEGROS..., 1983, p. 32-33).

É evidente que há um amplo espaço para a defesa de uma instituição que deixou marcas profundas nos direitos humanos do Brasil, fazendo com que o secretário de segurança expresse seu saudosismo de forma aberta. Obviamente, ainda nos encontramos em um período da existência da ditadura militar e ainda não havia uma revisão historiográfica e nem descoberta de documentos que possuímos hoje. A forma concebida de dominação do espaço - característica da ditadura militar - transformou as ruas e locais públicos em centros de ordem, sem que houvesse espaço para qualquer revolta ou ocupação indevida.

[...] o regime militar brasileiro implantou institucionalmente, a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida como corolário da Guerra Fria, pelos estrategistas de Washington e aperfeiçoada pela Escola Superior de Guerra brasileira. O que norteou a política do Estado de Segurança Nacional foi o esvaziamento dos espaços de participação popular, configurando-se, pois, como um estado autoritário. (NAPOLITANO, 2002, p. 14).

A invasão destes espaços públicos e a desorganização eram uma afronta à ditadura, uma vez que buscava quebrar padrões de organização pré-estabelecidos. Além disso, era fundamental, desde 1964, a catalogação dos possíveis agitadores,

auxiliando a polícia em uma intervenção antes mesmo de que qualquer movimento pudesse ocorrer. No entanto, um mês antes da deflagração dos saques, o DOPS foi fechado em São Paulo, impossibilitando o cruzamento de informações dos participantes dos saques e conseqüentemente impedindo prisões de elementos suspeitos. Ocorre que a existência do DOPS pressupunha este poder onipresente e onisciente do Estado em todas as esferas da sociedade e também deixava clara a presença da ditadura e da repressão, símbolo do autoritarismo do governo. O sujeito defensor do DOPS como ferramenta fundamental para punição dos saqueadores vai ao encontro das opiniões emitidas em *Veja*, mais uma vez apontando na direção da manutenção da ordem e supressão das classes perigosas.

Mais do que elucidar esta fala como uma defesa nítida da política e *modus operanti* da ditadura, há também, mais uma vez, a criminalização do PC do B, fala que já apareceu nesta edição, mas é interessante apresentar a sua recorrência com forma de fortalecer o discurso.

[...] Pimentel acredita que houve infiltração do movimento. 'Todo mundo sabe que a iniciativa partiu de gente ligada ao Partido Comunista do Brasil', observa. 'Mas a certa altura, o PC do B perdeu o controle' – ressalva que talvez faça o governo estadual achar o PC do B menos culpado, mas que, do ponto de vista dos cidadãos saqueados, não tem significado algum. (NEGROS..., 1983, p. 33).

A recorrência da criminalização dos partidos de esquerda aparece no sentido de atribuir a um deles a autoria do ato, embora, novamente, já saibamos que foi um ato espontâneo e de difícil contenção por parte de ambos os lados. No final desta reportagem, há uma frase emblemática para a história e no que diz respeito às suas memórias produzidas na década de 80. O esquecimento dos saques na atualidade revelam por diversos lados, até na parte que compete ao livro didático, que este evento não entrou para a memória dos brasileiros como outros movimentos, à exemplo das diretas, que ainda hoje revisita cenas políticas e é mencionada com grande saudosismo e orgulho. "Brasileiro tem memória curta'. É possível. Mas dificilmente o país esquecerá tão cedo que houve em São Paulo o 4 de abril de 1983". (NEGROS..., 1983, p. 34).

2.4 Nas entrelinhas do discurso: o caso da revista Veja

Agora que possuímos a dimensão completa da ação da revista na cobertura dos saques, podemos realizar algumas considerações. Embora tenham aparecido no texto as diversas formas de construção de um discurso, é importante, em primeiro lugar, perceber de qual tipo de discurso estamos falando.

Para entendermos o discurso, é preciso enxergar em Veja uma revista de circulação semanal, portanto não fica restrita apenas a uma descrição dos fatos no dia a dia, como acontece em um jornal diário. As formas com que os saques aparecerão serão evidentemente realizadas de forma ácida e objetiva, permitindo a utilização de adjetivos e qualificação, tanto dos sujeitos quanto de suas ações.

O artifício utilizado para firmar a fala da revista em relação aos manifestantes aparecerá sob as opiniões emitidas por Joaquinzão, utilizando-se da posição que este personagem ocupa na história sindical daquele período. Embora Joaquinzão represente a repressão e a delação de companheiros para aqueles que efetivamente participem do Sindicato, ele aparecerá externamente como um dos principais líderes dos trabalhadores e, de fato, como citado neste capítulo, ainda conserva algum prestígio entre alguns grupos. O uso da fala de Joaquinzão também explicita o ideário de democracia, que só será alcançada sob a ordem e a condução governamental.

A fala de Joaquinzão encontra um complemento na entrevista de Celso Furtado, mais um personagem de grande prestígio que faz defesa da abertura democrática como solução para os problemas econômicos internos e externos e também dos problemas sociais, onde as camadas mais baixas estão mergulhadas.

A semelhança da entrevista de ambos os personagens é que, dada a periodicidade semanal da revista, podem fazer suas observações sem pressa e sem o elemento instantâneo, permitindo aos entrevistados análises posteriores aos saques, seus desdobramentos e suas raízes. Além disso, em ambas as falas, aparece a defesa da democracia. Sobre as semelhanças, também podemos dizer que ambos colocam o trabalhador como sujeito a ser descrito de forma distante, sem que sua palavra seja proferida de fato.

Sobre os sujeitos em questão, os manifestantes que ocupam páginas da revista, com rostos descritos através de fotos e ações através de palavras, é interessante apresentar as metodologias de análise citadas neste capítulo,

sobretudo as observações de Foucault acerca do discurso em que estes personagens aparecem. O autor defende que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...] (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Portanto, a revista *Veja* não escapa à regra de que um autor do discurso determina procedimentos para que este seja veiculado, definindo sua forma, sua intencionalidade, seus objetivos e também seus métodos de realização.

Os procedimentos de exclusão já citados neste capítulo são importantes de serem lembrados, ao passo que são imprescindíveis na construção de um discurso. Como citado acima, a ausência da palavra própria do manifestante e a sua representação através de outros personagens (Joaquinzão e Celso Furtado) são ações explícitas de exclusão. Além da exclusão do sujeito e sua impossibilidade de emitir suas opiniões, devemos ressaltar outro aspecto já mencionado neste trabalho, que é a interdição da palavra do louco.

Sobre o louco representado nas páginas de *Veja* e o louco compreendido em Foucault há semelhanças quando estes aparecem no discurso. Segundo o autor, o louco é um rótulo que retira toda capacidade do sujeito de emitir opiniões, que não possui uma importância a ser considerada. Foi esta ferramenta que *Veja* utilizou ao se apropriar do discurso de Joaquinzão sobre os “tresloucados” e apresentar os manifestantes de acordo com esta categoria pré-definida.

Desde a alta idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, nem podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo [...]. (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Portanto, a palavra do louco é inválida, assim como suas ações.

Como foi também observado durante o texto, as repetições culminam em um artifício de reforçar o que foi dito e de imprimir o discurso veiculado pela revista. As repetições fazem parte dos comentários também analisados por Foucault. Segundo o autor:

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais foram as técnicas empregadas, senão o de dizer, enfim, o que estava articulado

silenciosamente no texto primeiro. Deve conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 1996, p. 25).

Portanto o uso de comentários é imprescindível para compreendermos quais as intencionalidades e posicionamentos da revista. Na *Veja* ficam muito aparentes suas opiniões, expressadas de forma clara e objetiva. Conseguimos captar sem muito esforço que a revista condena a ação dos manifestantes, exalta que o dano ao patrimônio do empresariado (portanto, particular) é inaceitável. Além disso, também elucida o fato de que há a necessidade de se manter a repressão de forma a impedir que movimentos desordeiros e violentos como estes arranjem margem para crescer e atemorizar uma cidade inteira. Podemos perceber também que, por vezes, há críticas ao plano econômico do governo federal, dialogando com o que atestou Celso Furtado, de que a insatisfação da população possui base nas falhas políticas sociais e na crise que assola o País.

Para concluir este capítulo, trago aqui que a ideia presente na revista *Veja* ocorre em duas frentes: uma delas é a crítica de uma política que já apresenta nítidos sinais de falhas em diversos campos, principalmente no que diz respeito à economia e políticas sociais. Porém, a revista não se mostrará como porta voz das pressões por democracia, apenas trazendo esse aspecto como fundamental para uma recuperação da economia. A segunda frente é a intensa criminalização dos movimentos sociais que buscam questionar as bases políticas estabelecidas, integrando estes movimentos com as guerrilhas ocorridas no início da década de 60. É importante perceber que o fato econômico é a primeira preocupação da revista, e este fato se responde por sua tendência propagandística, como elucidado no início deste capítulo; a revista *Veja* nascerá sob a promessa de ser também uma revista que dará muito espaço às propagandas, ficando nítida esta vocação com a fala trazida também no início deste capítulo com o trecho

[Devemos esta revista] às agências e aos anunciantes que tomaram todo nosso espaço disponível sem sequer conhecerem o projeto final da revista, numa comovedora prova de confiança. (CIVITA, 1968, p. 21).

Além disso, o projeto de revista atende a uma classe social que também concebe a ordem como fator principal para chegar ao progresso. As vozes das suas insatisfações terão espaço garantido nas páginas da revista, que também passará a

defender a abertura política, uma vez que no passado também foi defensora das ações da ditadura militar, apresentando ainda resquícios desta defesa ao bradar a favor da força policial. Portanto, enxergamos neste veículo de informação um discurso conservador, que busca renovar-se com extremo rigor quando faz uma defesa da democracia, com discurso amargo em relação aos manifestantes desordeiros conseqüente criminalização.

CAPÍTULO 3. UMA NOVA ROUPAGEM PARA UM NOVO TEMPO: O JORNAL FOLHA DE S. PAULO

3.1 A história em uma Folha

No presente capítulo, o foco se debruça sobre a fonte o jornal Folha de S. Paulo. Primeiramente é fundamental entender que a Folha de S. Paulo, criada em 1921, modificou-se muito ao longo dos anos. Diversos donos já dirigiram o jornal e, portanto, sua linha editorial foi alterada diversas vezes. Em 1940, o jornal é comprado por José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. Sob esta administração, o Grupo Folha passará por grandes modernizações. Porém, com os altos investimentos, os donos se viram obrigados a unificar os jornais, descritos a seguir, para cortar custos. Até o ano de 1959 a Folha de S. Paulo contava com três produtos jornalísticos: Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite. No entanto, no dia 1 de janeiro de 1960, a Folha da Manhã e da Noite foram unificadas, dando lugar à Folha de S. Paulo, permanecendo a Folha da Tarde, que terá suas atividades encerradas somente em 1999. Entretanto, a remodelação, unida ao contexto econômico da década de 60, faz com que o grupo tenha problemas para ser vendido. É nessa conjuntura que, no dia 13 de dezembro de 1962, a empresa é comprada por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Sob a nova gestão, o jornal passará por mais um período de modernização e enquadramento econômico para sanar as dívidas. É nessa época que a tecnologia entra de vez nas páginas do jornal, adotando impressoras cada vez mais modernas e criando um sistema de frete próprio, sem a necessidade de recorrer a terceiros para exercer seus serviços. Isso garantia pontualidade na entrega do material aos assinantes e às bancas de jornal, tanto na capital quanto no interior de São Paulo.

O crescimento da empresa também possibilitou outros tipos de investimentos. Os novos proprietários da revista compraram gráficas e jornais da época, lançaram o jornal Cidade de Santos, na cidade litorânea paulista de mesmo nome, assumiram a instituição educacional Cásper Líbero (faculdade destinada ao ramo das comunicações e jornalismo) controlando, conseqüentemente, o jornal Gazeta Mercantil.

Fica claro que a empresa buscou expandir seus serviços e locais de atuação, criando diversas publicações, com diferentes tipos de linguagem para atingir os mais variados públicos. Contudo, essa diferenciação de material também pode ser encaixada na diferença entre os valores defendidos por cada jornal. Para a historiadora Elaine Muniz Pires, entender a história da Folha é muito mais do que analisar o seu jornal principal. É entender a razão pela qual a mesma empresa difundia ideias diferentes e muitas vezes opostas. Em sua pesquisa, o parecer de Perseu Abramo elucidava esta questão:

Era uma batida na ferradura e outra no cravo, uma pela direita e outra pela esquerda. A Folha fazendo um papel de defesa da liberdade democrática e a Folha da Tarde, um órgão de repressão. (ABRAMO apud PIRES, 2008, p. 18).

De acordo com a autora da pesquisa, o jornal Folha de S. Paulo sofreu as consequências de ter uma imagem vinculada à ditadura, às perseguições e até cessão de seu espaço e meios transportes para execução de práticas de tortura pela repressão. Sob uma nova administração e uma nova possibilidade mercadológica, o grupo Folha se propôs a alterar sua imagem e afastar de si a sombra do apoio à ditadura. Foi nessa fase que o jornal Folha de S. Paulo alterou seu estilo, adotando um jornalismo porta voz das ideias democráticas. Tal guinada ocorrerá por motivos mercadológicos e pautados pelo lucro, uma vez que a própria Folha perceberá um desgaste e uma insatisfação crescente da população com o governo ditatorial imposto desde 1964. Percebeu nisso uma nova possibilidade de conquistar novos leitores. As ideias circulantes na sociedade, as pressões e lutas contra a repressão, os movimentos artísticos contra a ditadura e diversos outros setores foram se articulando de forma a deixar claro que este sistema de governo não propiciava a liberdade e o bem estar social necessário à população. Sob a égide destes movimentos, a Folha entenderá que uma mudança editorial será, em termos de mercado, mais rentável, uma vez que se coloca como porta voz dessas ideias em um discurso de defesa da democracia e da crítica aos modelos vigentes. Outro fator importante para esta guinada foi a astuta percepção com relação à crescente insatisfação popular acerca da crise econômica, na qual resultou em um grande empobrecimento das camadas sociais residentes na base da pirâmide. Como apresentado no capítulo 1, após uma década de promessas e o argumento do “milagre econômico” como motor do crescimento do Brasil, a década de 80

representará o enterro da esperança que os setores menos abastados possuem em relação à melhoria da qualidade de vida. Percebe-se também uma mudança no perfil do leitor, já que o jornal não agrada mais vendendo exemplares que apresentem defesas do governo militar. Nesse ponto é que se encaixa a mudança editorial como forma de atrair novos leitores e aumentar as vendas. Sobre isso, acrescenta Napolitano:

As demandas por participação e pluralismo na política, foram paulatinamente formuladas, paralelo ao apoio tácito à política de abertura gradual do regime. Por sua vez, as diversas posturas em relação ao novo contexto norteou a reorganização editorial da grande imprensa a partir da segunda metade dos anos 70. [...] a Folha ao mesmo tempo que se consolidava como grande empresa jornalística, ganhou um novo prestígio como porta-voz da “nova sociedade civil” e da defesa da cidadania. (NAPOLITANO, 2002, p. 24).

Sobre a mudança editorial, é relevante salientar que a Folha de S. Paulo queria se desvencilhar da imagem de defensora da ditadura, que estava muito arraigada à sua história, uma vez que a Folha da Tarde foi a grande expressão do jornalismo atrelado aos militares, possuindo em seu corpo jornalístico personagens do meio policial. A Folha da Tarde trazia matérias com um viés policial, elucidando as ações repressivas realizadas pelo Estado militar. Como escreveu Pilagallo:

O chefe da reportagem [da Folha], Carlos Dias Torres, era investigador da polícia. O editor de internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, trabalhava como delegado e agente do DOPS. [...] A presença desses e de outros policiais-jornalistas na Folha da Tarde lhe valeu a alcunha de ‘O jornal de maior tiragem do país’, ou seja, aquele com maior número de ‘tiras’. Desempenhando o papel de porta-voz da repressão, a Folha da Tarde ficaria conhecida, ainda, como diário oficial da OBAN. (PILAGALLO, 2012, p. 206).¹⁹

Portanto, pensando nesta reviravolta editorial, a própria Folha confirma que essa mudança foi, além de intencional, muito trabalhada durante os anos, até que em 1984 se consolidasse como jornal defensor da democracia:

Em 2001, quando o jornal comemorava os 80 anos de existência, a chamada matéria que analisava as décadas de 60 e 80, enfatizava que “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70”. (PIRES, 2008, p. 10).

Em um evento ocorrido um ano após a deflagração dos saques em Santo Amaro, as Diretas Já movimentaram o país e tomaram conta das páginas da Folha,

¹⁹ OBAN – Operação Bandeirantes foi um centro de informações, práticas de tortura e investigações montado pelo exército brasileiro em 1969.

uma vez que esta teve papel imprescindível no que diz respeito à organização e chamada dos cidadãos às ruas para defender a abertura política que aparecia como uma grande possibilidade no ano de 1985. Como resultado, este apelo gigantesco à causa da abertura política rendeu muito lucro ao jornal, consolidando-se como meio midiático extremamente presente na casa dos brasileiros.

A posição da Folha no movimento das Diretas-Já foi a de organizadora em nível macrosocial e de divulgação do processo dirigido pelo Comitê Suprapartidário. Ocorre que nem o jornal nem o comitê imaginavam a forma explosiva com que tudo foi crescendo. [...] A Folha obteve os melhores lucros políticos (ideológicos) e econômicos". (MARCONDES FILHO, 1996, p.171).²⁰

O processo que culminou na aclamação do jornal Folha de São Paulo como porta voz das lutas pela democracia e abertura política tiveram início quando o governo ditatorial de Ernesto Geisel anunciou a abertura política "lenta, gradual e segura". A partir de então, o corpo editorial do jornal viu a necessidade de se adequar a este novo capítulo da história brasileira e abraçou a causa da abertura. Devemos sempre observar que o discurso da vontade de abertura política sempre está atrelado à institucionalização da política que apontava para a democracia, ou seja, esta conquista seria alcançada aos sabores da cúpula que governava o Brasil. A democracia viria de cima para baixo e assegurada pelos detentores do poder.

A situação só começaria a mudar no início de 74, quando Ernesto Geisel se preparava para tomar posse como presidente. Em janeiro, Frias foi chamado ao Rio de Janeiro para um encontro com o general Golbery do Couto e Silva, futuro chefe da Casa Civil, que expôs ao empresário o projeto de abertura política, na época chamada de distensão. Deu a entender que a Folha poderia ter um espaço a explorar nesse processo. (PILAGALLO, 2012, p. 214).

Mais do que apenas a percepção de Frias, citada mais acima, houve também um grande acordo entre o governo e o jornal Folha de S. Paulo. Era conveniente para ambos que houvesse uma mudança nas páginas do jornal; à Frias interessava o lucro e ao governo o apoio ao seu projeto. Geisel temia que a distensão fosse diretamente atacada pela chamada linha dura do governo e então buscou aporte na mídia para que houvesse uma crítica aos mais radicais do regime e um enaltecimento das políticas de abertura. O que está em jogo, portanto, não é a derrubada da ditadura, até porque o jornal continua realizando duras críticas aos

²⁰ Em junho de 1983 foi formado a Frente Suprapartidária, a qual aglutinava setores da oposição, movimentos sociais e movimentos da classe trabalhadora. Entra frente foi formada para promover e dar liga à campanha pelo voto direito, que só ria tomar notoriedade no ano de 1984.

movimentos mais radicais que possuem essa finalidade; o ideal defendido em suas páginas, como veremos durante este capítulo, é garantir uma transição negociada e pacífica.

Fica evidente que a postura adotada pela Folha de defender a democracia em nada se aproxima de uma consciência política e ideológica ou até uma auto reflexão de suas ações nos tempos de defesa da ditadura, mas sim, que se configurou uma mudança em prol dos interesses de mercado, conquista de leitores e um acordo com o presidente Geisel. Sobre isso, demonstra Napolitano:

Ao “radicalizar” sua posição liberal, a FSP acabou se consolidando como principal articuladora de uma frente democrática informal que se constituiu no final dos anos 70 e que atingiu seu ápice durante a campanha das “Diretas-Já”, momento que coincidiu com a expansão comercial do jornal, superando seus concorrentes diretos, hesitantes em apoiar tal campanha. (NAPOLITANO, 2002, p. 157).

Logo, o trabalho de reedição e reestruturação do jornal aliado com as vozes e ideias circulantes, as insatisfações populares, seus desejos de aumentar as vendas e a oportunidade de afinar um discurso democrático com as propostas de distensão do governo Geisel, atingiram o objetivo econômico do jornal ao colocá-lo como um dos maiores veículos jornalísticos da década de 80 em âmbito nacional. Além disso, também conseguiram se consolidar como principal jornal a defender a democracia.

Mais do que se consagrar como porta voz da abertura política e da democracia, a Folha de S. Paulo se coloca como jornal isento e detentor da honestidade (portanto, o conteúdo, de acordo com o próprio jornal, é “verdadeiro”). Sua máxima “de rabo preso com o leitor” foi pensada para ser a essência desta “nova” Folha de São Paulo. De acordo com Ruth P. A. Vianna:

Na luta para conquistar o primeiro lugar em vendagem, em 1985 o jornal lançou uma campanha publicitária pela independência editorial, com o slogan “Folha de S. Paulo: de rabo preso com o leitor” [...]. No ano seguinte, investiu ainda mais em seus apelos publicitários, ao trocar o “rabo preso” por um slogan bem mais explícito: “O jornal que mais se compra. E que nunca se vende”. (VIANNA, 1992, p. 40).

Essa postura vai garantir à Folha essa identidade de isenção, sempre buscando mostrar aos seus leitores que dá espaço a todas as vozes da sociedade. Porém, como veremos mais adiante, a prática discursiva nos aponta caminhos de silenciamento e exclusão, ainda que o jornal tente nos apresentar que todas estas falas estão presentes em suas páginas.

Nas palavras da própria Folha seu editorial, desde a sua criação (em 1920), fazia campanha pela democracia, a começar pela defesa do voto secreto. De acordo com Folha:

A primeira campanha publicitária de monta foi criada dois anos após a derrota das Diretas, pela pequena agência do jornal à época, Jarbas Publicidade. Luiz Frias, hoje presidente do Grupo Folha, pediu algo que indicasse como o jornal “não tem rabo preso com ninguém”.

“De rabo preso com o leitor”, criação do publicitário Jarbas de Souza, veio daí. Mais ainda que “O jornal das Diretas” virou o bordão que resume a **Folha** e seu projeto, de independência em relação a governos e partidos. Coincidiu com o momento em que o jornal alcançou a maior circulação no país, o que a própria publicidade creditava ao fato de estar “comprometida só com você, que é leitor”. A campanha sugeria uma espécie de contrato, que ajuda a entender a longevidade do bordão.

“Se ainda não é assinante, temos certeza de que a partir deste anúncio você vai prestar mais atenção ao comportamento da Folha. E aí será a nossa grande chance de ficar com o rabo preso com você e tê-lo como assinante”. (SÁ, 2016, não paginado).

Ao realizar o chamado “Projeto Folha”, o jornal traça sua história editorial a partir de seu próprio ponto de vista, contando os fatos de forma autobiográfica. Em suas palavras, ao descrever seu projeto editorial no ano de 1981, o jornal assume sua “honestidade” e pacto com a “verdade”, construindo, portanto, sua própria história e sua própria imagem ao leitor:

Podemos dizer hoje que o projeto vem dando certo: é indubitável que a “Folha” é hoje um jornal mais influente, mais forte e mais conhecido do que era na década passada e mesmo nas décadas anteriores. Parece especialmente fora de dúvida que a Folha vem prestando, em concreto, um serviço útil à democracia pela publicação honesta dos fatos e pela divulgação honesta de ideias em artigos ou em debates realizados no jornal. (PROJETO..., 1981 apud PIRES, 2008).

Portanto, esta breve história do grupo Folha é essencial para entendermos as matérias que virão a seguir, uma vez que sua análise se dá também com a revisão de sua trajetória. A metodologia de obtenção das fontes deu-se através do uso das palavras-chave “saque” e “Santo Amaro” no próprio filtro de busca do web site da Folha de São Paulo. A partir da seleção de matérias de acordo com as palavras-chave citadas acima, realizamos uma análise quantitativa com a leitura das matérias e, posteriormente, as agrupamos de acordo com as categorias que se mostraram recorrentes nas páginas e edições analisadas. As matérias relacionadas nesta busca serão devidamente analisadas com aprofundamento mais adiante. A leitura

das matérias possibilitou a definição de quatro categorias de análise: **Categoria 1** – Violência dos integrantes das manifestações conhecidas como “saques”; **Categoria 2** - repressão policial; **Categoria 3** – Caos e discurso do medo e; **Categoria 4** - Falas e ações políticas que expressam conflitos de poderes. No anexo 1 estão descritas as matérias de acordo com os dias em que foram veiculadas. Essa divisão de categorias trouxe a possibilidade de enxergar, em um primeiro momento, as intencionalidades do jornal ao produzir tais matérias.

A forma com que a Folha de S. Paulo vai tratar o caso dos saques de Santo Amaro apresenta duas características importantes; a primeira é a nítida mudança do discurso com o passar dos dias e a segunda é a fragmentação editorial do jornal, que, com a mudança de discurso ocorrida, trará ênfases diferentes a alguns aspectos considerados importantes para o jornal, de acordo com sua recorrência e interligações entre as matérias. Logo no dia 06/04/83, podemos perceber que cada página se destina a um assunto, explorado de forma repetitiva e trazendo não só falas dos jornalistas que realizaram as reportagens, mas também muitas autoridades policiais e políticas.

No dia 05/04/83 surgem as primeiras manchetes com relação ao evento surpreendente (às autoridades políticas, policiais e civis) ocorrido no dia anterior em São Paulo, no Largo 13 de Maio. O tom dado logo no título já nos traz o sentimento de medo e caos. O que se entende por caos é a confusão criada na cidade por conta da violência e da rapidez com que os saques ocorreram. O caos pressupõe o medo, portanto, uma fala de crime que aponta aos manifestantes o rótulo de criminosos que estão desestruturando a ordem estabelecida, estão tirando o sossego da cidade. Sob essa fala, apresenta a palavra caos sempre que há medo, distúrbios e tumultos ocorrendo na cidade de São Paulo por causa dos saques.

Na primeira página do primeiro caderno nos deparamos com as manchetes: “Manifestação de desempregados em Santo Amaro degenera em violência contra o comércio; muitos feridos; 70 presos” e “Um dia de saque e pânico”. Na chamada da matéria, lia-se:

Lojas e supermercados saqueados e depredados, mais de 100 feridos leves, 70 presos, pânico – foi este o saldo das manifestações que, durante todo o dia de ontem, atingiram a área central de Santo Amaro, zona Sul da Capital.

[...] Os protestos começaram por volta de 8 horas, quando realizou uma concentração no largo 13 de Maio, convocada oficialmente pelo Movimento contra o Desemprego e a Carestia, com a participação do

escritório político do deputado federal peemedebista Aurélio Peres, ligado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil).

[...] “O nosso objetivo é organizar um movimento de envergadura a nível nacional”, declarou José Lima Soares, um dos promotores da passeata, que culpou a polícia pelos incidentes [...] “A polícia rompeu o acordo, começou a prender e espancar o pessoal, e aí não teve mais jeito, virou uma coisa espontânea”. Segundo ele, o protesto fugiu do controle do Movimento contra o Desemprego e a Carestia. (UM DIA DE SAQUE..., 1983, p. 1).

A matéria acima, que constitui um breve resumo do conteúdo destrinchado em páginas seguintes, nos apresenta uma situação grave e violenta, com direito a depredações e falta de controle. No entanto, diversas falas se misturam e ganham lugar no corpo da matéria. O texto iniciará trazendo a descrição das depredações e violências, anunciando pessoas detidas e ações de saques ocorridas em Santo Amaro. O que nos chama a atenção é que a manifestação, que posteriormente parece descambar em situações de violência, fora atribuída ao Movimento contra o Desemprego e Carestia e contava com a participação do representante parlamentar do PMDB Aurélio Peres mas, no entanto, o jornal lhe atribui sua ligação com o PC do B, partido político que ainda encontrava-se na ilegalidade. O texto também apresenta José Lima Soares como líder do movimento, que atribui a violenta ação da polícia como estopim para a revolta popular. Embora a liderança fora atribuída a José Lima Soares, logo adiante ele afirmou que o protesto saiu do controle do Movimento contra o Desemprego e Carestia.

Sobre o aparecimento da fala de José Lima Soares nas páginas do jornal Folha de S. Paulo, Foucault nos acrescenta suas análises à respeito desse fato. Embora o jornal aparente dar espaço à todas as vozes circulantes, apresentando-se como um jornal plural, Foucault no adverte que há uma tática discursiva utilizada para as diversas falas veiculadas no jornal. E a prática adotada para apresentar José Lima é a de vincular à este personagem a imagem de falta de capacidade de controlar seu próprio grupo, dando a impressão de que este não estaria apto a firmar-se a frente de um movimento social expressivo.

Não só com José Lima Soares esta ferramenta discursiva de desqualificar aquele que emite uma fala, mas durante as reportagens outros também serão incluídos nessa prática. Sobre isso, discutirei mais profundamente no final do capítulo.

Figura 9: Manchetes da Folha de S. Paulo

Terça-feira, 5 de abril de 1983 LOCAL 13

Distúrbios na zona Sul

Passeata acaba em saques e quebra-quebra

Uma pessoa ficou seriamente ferida, mais de 100 receberam ferimentos leves...

O delegado geral de Polícia, Henrique Guimarães Pereira, informou que até o 11.º Distrito Policial foi atacado e pedradas pelos manifestantes...

Acrescentou ter sido informado de toda a manifestação pela recém-criada Divisão de Comunicação Social...

À noite, mais saques e um popular baleado

Pelo menos até as 20h30 de ontem, seis supermercados e cinco padarias haviam sido totalmente saqueados...

As novas depredações começaram após as 18 horas, quando um grupo de pessoas em maioria formado por menores...

Dal em diante, numa espécie de reação em cadeia, os distúrbios se alastraram por todo o bairro...

A partir desse momento, as poucas viaturas do Tático Móvel que se encontravam naquele bairro...

Enquanto isso, em outros locais no Jardim São Luís, outros grupos organizados de pessoas ensaiavam depredações...

"FIGUEIREDO PAGA" De fato, a revolta dos moradores era incontornável, a ponto de a multidão ameaçar até mesmo os jornalistas que estavam trabalhando no local...

A situação ficou mais tensa na rua João Fernandes Camêsa Nova Jr., onde um outro grupo de moradores...

Movimento tende a repetir-se, diz Lula

Embora os coordenadores do Movimento Contra o Desemprego e a Carência tenham apelado à presença do presidente...

Este acha que de nada adiantaria as promessas e os pedidos de paciência, por isso a ação do povo já se esgotou e o estado de fome não tem explicação...

Lula iniciou da Silva, na passagem prevista para hoje, até o final da tarde de ontem Lula não tinha conhecimento de qualquer manifestação a se realizar nesta manhã...



De início, os manifestantes saquearam algumas merceadorias. Depois, a multidão saqueou metade do supermercado no Jardim São Luís.

Organizadores alegam descontrol

Tudo começou com uma passeata contra o desemprego, iniciada às 8 horas no largo 13 de Maio, em Santo Amaro...

Um trem e a aglomeração na rua, transformados em barricadas. Vários comerciantes gritam os manifestantes para se passarem dos ônibus...

O motorista de uma Variant branca para e quer saber o que está acontecendo. "É isso aí, minha gente, vamos buscar a comida que é nossa..."

Até manequins de loja são levados. A multidão se fez encorajando. Durante cerca de 20 minutos o policiamento ficou debaixo de pedras...

ACORDO ROMPIDO Marcada para as oito horas da manhã por um Movimento contra o Desemprego e o Custo de Vida...

Amadeu Fernandes de Oliveira - "Pindaola e meu nome artístico é Lili, diz para o outro policial, Alceu Martins da Silva, seu sobrinho...

Há um constante avanço-recuo de policiais e manifestantes, da ponte do Socorro, chegando a informação de que um grupo havia roubado oito botões de gás de um caminhão...

Em meia hora, aproximadamente, a calma voltou à região, sendo que os soldados da FM chegaram a receber ordens para subir nos caminhões "espinha de peixe"...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Entre discursos, a adesão "punk" A violência aumentou. Várias lojas da Avenida foram saqueadas e destruídas...

Falta condução, Santo Amaro para Filas se formavam em torão dos poucos ônibus que sobreviveram no centro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Polícia Federal não interveio, mas Tuma permaneceu informado O movimento dos desempregados em Santo Amaro é localizado, restrito ao bairro...

Além destas menções, a matéria da capa também traz a fala do policial, afirmando que reprimirá quaisquer movimentos de saques e onda de violência. Também aparece a fala do então governador do Estado, Franco Montoro, afirmando que criará novas frentes de trabalho e que esta agitação não conduz a nenhum resultado. O presidente da República, João Figueiredo, aparece na terceira pessoa, representado por seu porta voz, afirmando que esse tipo de movimento não tem geração espontânea. Porém, o lugar dedicado a estas falas ocupa um espaço menor do que a parte dedicada a elucidar o caos e a violência que ocorreram em São Paulo.

Na página 13 (apresentada acima), direcionada ao assunto da manchete da capa, aparecerão um total de oito espaços destinados a tratar dos saques, todos eles trazendo fragmentos de informação com temas diferentes (Figura 9). É importante salientar que o tema dos saques rendeu duas páginas inteiras do jornal e uma coluna no espaço nomeado de “folha educação”, embora o tema em nada se aproximasse do título de sua seção. Podemos destacar desta página alguns aspectos extremamente importantes: o jornal traz a todo momento o controle do movimento atribuído a grupos ligados aos setores de esquerda, como o PC do B, o PT e os movimentos sociais, com o Movimento contra o Desemprego e a Carestia. Além disso, também deixa muito presente a ideia e a sensação de confusão, que dará ao leitor o sentimento de pânico. Aparece também, com muita ênfase, o confronto entre manifestantes e Polícia Militar, sempre trazendo à tona a violência repressiva com que o corpo de segurança agiu contra os manifestantes. Muitos grupos de luta apoiarão o movimento contra o desemprego e a carestia, mas também trarão a bandeira da espontaneidade. Nenhum setor político ou social assumiu a autoria do movimento e nem afirmaram insuflar nenhum manifestante.

Organizadores alegam descontrole.

Tudo começou com uma passeata contra o desemprego, iniciada às 8 horas no largo 13 de Maio, em Santo Amaro, que logo degenerou em atos de violência contra os motoristas que reclamaram do congestionamento e saques de várias lojas comerciais.

[...] A intermediação do deputado federal peemedebista Aurélio Peres, ligado ao PC do B e que se apresentou em meio à verdadeira praça de guerra de Santo Amaro como enviado do governador Franco Montoro [...], também fracassou. A essa altura, pouco antes de uma da tarde, a situação havia fugido completamente ao controle, tanto dos organizadores de uma passeata contra o desemprego como da polícia, dos partidos e das instituições em geral.

[...] José Lima Soares, membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo e um dos organizadores da manifestação, entrou em contato com o tenente Mateus, da PM, para explicar como faria o ato de protesto. “A polícia rompeu o acordo, começou a prender e espancar o pessoas e ai não teve mais jeito, virou uma coisa espontânea”, tentava explicar o nervoso Soares, diante do Supermercado Ao Barateiro, na rua Herculano de Freitas, totalmente saqueado e depredado.

Em uma Kombi com alto-falantes, Soares e outros líderes do Movimento contra o Desemprego e a Carestia continuavam circulando entre viaturas da polícia com sirenas ligadas, anunciando uma nova manifestação hoje, à mesma hora e no mesmo largo 13, com a participação de Lula e deputados dos partidos de oposição. Mas, em meio ao tumulto, ninguém conseguiu ouvir o que eles diziam nem os apelos de Aurélio Peres [...]

[...] Sebastião Santos, pintor industrial desempregado há três anos, pai de dois filhos, faz um comício no meio da rua: “Enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Nem quebrando eles ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia. Tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego, querem-me pagar o que ganhava em 80. Não dá”.

[...] Nos orelhões não sobrou um fonte para contar a história. Sirenes ligadas, pneus rangendo, a polícia vai e vem [...] e chega a notícia tão temida por todos: “A tropa de choque vem vindo”.

[...] O drama deles [dois palhaços que foram dispensados do serviço] e de milhares de outras pessoas no largo 13 de Maio é encontrar um ônibus que os leve de volta a uma das inúmeras vilas e jardins de Santo Amaro, a periferia de São Paulo que abriga a maior cidade nordestina do Brasil. (ORGANIZADORES..., 1983, p. 13).

A Oposição Sindical Metalúrgica, tão citada no jornal, nasce em 1967-68 com o objetivo de colocar-se como nova frente sindical contra o chamado sindicato pelego, que era braço da ditadura militar. Sobre o surgimento desta Oposição, Sader nos apresenta os documentos do I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica:

- a) o sindicalismo atrelado que sempre fora utilizado para demagogia e entorpecimento das iniciativas organizativas livres da classe ou como instrumento da repressão estava atuando só como organismo policial e repressivo;
- b) Muitos operários dispostos a lutar pela classe eram barrados no sindicato, e os problemas da classe se acumulavam por causa do arrocho salarial, péssimas condições de trabalho, perseguições, etc. (SADER, 1988, p. 226).

Vemos que esta se coloca como alternativa aos sindicalistas biônicos, responsáveis por instaurar a ordem policial e a repressão nos sindicatos. Buscam renascer as forças trabalhadoras como movimento para a melhoria das condições de vida em trabalho. Após muitas lutas, repressão e perseguição, na década de 80 a Oposição Metalúrgica ainda continuará existindo e aumentará seu prestígio diante dos trabalhadores.

Na matéria apresentada acima, podemos ver, logo no título, que o jornal já deu como confirmado que os movimentos dos saques possuíam um organizador, mas que este não conseguiu conter seu grupo. Ao ler a matéria, nos deparamos com uma passeata que ocorrera às oito da manhã, mas que rapidamente deflagrou-se em saques e violência e entendemos que, na verdade, o que possuía organização eram as passeatas e não os atos de violência em si. O jornal também aponta que Aurélio Peres, embora ligado a grupos de esquerda, também fracassou ao tentar conter os manifestantes.

José Lima Soares, citado na primeira página como líder do Movimento contra Desemprego e Carestia, aparece reiterando sua fala da capa do jornal, afirmando que o descontrole ocorreu por conta do excesso de violência da polícia, que havia quebrado o acordo pré-estabelecido de não agressão. José Lima Soares e Aurélio Peres foram ineficientes na tentativa de controlar os manifestantes, aparecendo aí então a fala que remete ao descontrole.

O interessante desta reportagem não está só na enfática e repetitiva apresentação da ineficiência dos próprios líderes, mas, também, as falas de alguns participantes do movimento afirmando que a depredação é o único jeito que estes encontram de chamar a atenção do governo. Podemos perceber que o texto jornalístico apresenta um confronto em “tempo real”, como se o repórter estivesse transitando entre o caos e trazendo informações de quem estivesse por perto. Não há cenário descrito, apenas menções de violência que deixaram marcas por onde passaram, como a descrição de um orelhão quebrado. Além disso, o caos instaurado pelos saques mostrou-se inimigo da própria população, que ficou sem condução para retornar às suas casas.

Já na página 14 podemos perceber novamente o aparecimento da violência com que os manifestantes agiam, trazendo com muita recorrência a ideia de caos (categoria 3) urbano que se instalou em Santo Amaro. No entanto, o jornal não deixa de trazer, ao mesmo tempo, que este problema foi gerado devido à crise e ao alto índice de desemprego, apontando esta crítica diretamente ao governo federal. Então, as críticas aparecem em duas frentes: Os manifestantes agem com demasiada violência, mas também são reflexos dos problemas econômicos e sociais que ocorrem no Brasil neste período.

“AGRESSIVIDADE”- “É um movimento bastante agressivo por reivindicação de trabalho”, declarou Vanderlei Macris depois de ter

estado em contato com os manifestantes. “Isso mostra a grave situação do pão e demonstra a urgência com que o Poder Central deve tomar alguma medida em favor dos trabalhadores. Compreendemos essa agressividade, devido à calamitosa situação em que se encontra o trabalhador. Alguns manifestantes, ao fazerem reivindicações, pedira-me água e comida”, observou. (GRUPO..., 1983, p. 14).²¹

No entanto, o que nos chama a atenção na página 14 são as ações dos manifestantes que, embora questionadas diversas vezes, se apresentaram importantes no que diz respeito ao exercício político. Na reportagem “Grupo de 300 vai até a Assembleia Legislativa”, temos a descrição de uma dessas ações, que foi exercida por aproximadamente 300 pessoas cujo objetivo era conversar com os deputados para chegar a alguma solução. A primeira descrição do fato mostra que, através do uso da força e da violência, os manifestantes tentaram invadir a Assembleia e, devido à grande pressão, conseguiram ser atendidos pelo deputado citado acima, Vanderlei Macris. Os manifestantes, no entanto, não entraram na Assembleia, permanecendo em um local conhecido como “plenarinho”. O evento realizado de improviso e às pressas contou com diversas pessoas sentadas no chão, algumas cadeiras e mesas e um microfone no qual diversos manifestantes se pronunciavam. Uma das falas interessantes é a que elucida uma discrepância entre políticos e desempregados: “Os deputados já almoçaram, aqui ninguém almoçou. Queremos comida, quem vai dar?” (GRUPO..., 1983, p. 14).

Essa frase traz o núcleo do movimento, afirmando que o desempregado está com fome. Em algumas outras vezes, a questão da fome será apresentada por ser o ponto crítico da reivindicação. Nesta reportagem, as falas dos manifestantes e do deputado do PMDB encontram-se exatamente na questão da fome. No entanto, não deixaram de pronunciar a violência e a agressividade dos manifestantes.

Alguns dirigiram palavras agressivas aos políticos.

[...]

O deputado Valdir Trigo, do PMDB, pediu calma, em seu discurso, argumentando que, “por causa das arruaças, tomamos pau 20 anos. É preciso organizar o movimento de modo coerente”.

[...]

Os manifestantes, ao saírem da Assembleia Legislativa, apedrejaram alguns ônibus da CMTC que passavam defronte do Palácio 9 de julho. Em um ponto, no parque Ibirapuera, o grupo cercou quatro ônibus da CMTC e subiu pelas portas da frente aos gritos de “ninguém paga” e “toque para Santo Amaro”. (GRUPO..., 1983, p. 14).

²¹ Vanderlei Macris, então Deputado Estadual eleito pelo PMDB.

Por fim, o último ponto desta reportagem será o fato de que um dos desempregados é apontado como um dos líderes do movimento. No entanto, de acordo com seu relato, o que podemos entender é uma espontaneidade. Não havia organização prévia, nem algum outro movimento político consolidado encabeçando as manifestações.

Em sua maioria, os manifestantes contaram ter tido a ideia da passeata conversando com filas de agências de emprego. “Pensamos em fazer uma manifestação”, conta Severino Ramos da Silva, um dos organizadores, “e trocamos ideias com os outros trabalhadores. Marcamos uma reunião no largo 13 de Maio. Inicialmente só havia 50 pessoas, mas nós começamos a gritar palavras de ordem e, em pouco tempo, havia uma centena de pessoas, desempregadas como nós”. Segundo ele, “a Igreja não participou”. (GRUPO..., 1983, p. 14).

Esse trecho nos aponta que havia uma grande dúvida acerca do início do movimento, com diversas teorias proferidas por pessoas integrantes de grupos variados. É interessante apontar, que na página anterior (página 13), o líder do movimento era José Lima Soares, embora o jornal não diferencie o movimento que rumou à assembleia do movimento que desembocou nos saques. Este fato de não diferenciar o movimento ficou evidente nas páginas do jornal, que nos dá a impressão de que todos os manifestantes e todas as manifestações tinham o objetivo de causar o caos e todos desembocaram nos saques.

No decorrer da página, apresentam-se com recorrência o caos instaurado na cidade juntamente com a incerteza de calmaria e o medo na população, a violência com que os movimentos foram reprimidos pela polícia e também a fala de personalidades políticas não pertencentes aos altos escalões (governador e presidente).

Já temos na página a descrição dos saques que ocorreram, assim como o modo com que essa ação foi realizada. Novamente, a invocação do caos se espalha por ao longo do texto e traz a sensação de pânico:

Pelos corredores entre a parede e as duas portas de aço arrombadas, um corre-corre de gente desesperada para levar o que conseguisse, nos carrinhos, nas cestas, em caixas, em sacos plásticos, nas prateleiras de ferro arrancadas das paredes ou nos braços. Vários vidros de compota de pêssego e algumas latas de óleo já se haviam arrebetado no chão, que ficou liso, provocando tombos dos saqueadores mais afoitos. A maioria eram crianças e mulheres. Os maridos ficavam do lado de fora, pegando as mercadorias pelas brechas de uma outra porta de aço semi-arrombada. (MEU DEUS..., 1983, p. 14). (GRUPO..., 1983, p. 14).

Essa descrição, próxima ao de um roteiro de cena de filme, traz com uma certa teatralidade os fatos que ocorreram dentro dos mercados saqueados. É possível imaginar uma aglutinação de pessoas carregando o máximo que conseguiam de mercadorias, com a ajuda de membros da família (filhos, maridos, esposas etc.). Na descrição, não havia nenhum trabalhador e/ou representante da loja. O texto descreve também que, assim que as mercadorias das prateleiras e gôndolas acabaram, as pessoas rumaram direto ao estoque no final do supermercado, levando tudo o que havia lá dentro. Objetivamente, podemos conectar esse evento ao advento do desemprego e da fome, além de relacionarmos com o capítulo 1 deste trabalho, o qual anunciava que a inflação atingia os mais altos níveis e o desemprego, também em uma conta que prejudicava cada vez mais as classes mais baixas.

Ao longo da página e das matérias nela contida, podemos perceber a repetição do caos e da confusão.

Armadas de pedras, paralelepípedos e pedaços de pau, mais de 100 pessoas tentaram invadir, às 17 horas, o 11º Distrito Policial para libertar cerca de 70 manifestantes detidos durante os tumultos [...].

[...]

[...] Um grupo de aproximadamente 200 pessoas desceu em direção ao largo Treze e outro caminhou em direção à avenida João Dias. Mais tarde, cerca de 20 horas, foi depredado o supermercado Mini Box.

[...]

[...] Um [dos menores presos e levados à FEBEM] dos quais foi preso quando jogava uma pedra na vidraça da delegacia. (MANIFESTANTES TENTARAM..., 1983, p. 14).

[...] Quando a polícia chegou havia apenas um gerente assustado explicando que tinha cerrado as portas quando tomou conhecimento da boataria que corria pelo bairro: 'Todos diziam que aqui é que estava a comida deles'. As portas de aço cederam facilmente á fúria da multidão.

[...]

Perto dali, no Parque Santo Antonio, a menos de 3 quilômetros, outro supermercado MiniBox [...] havia sido saqueado meia hora antes.

[...]

[...] No Gonçalves Sé da estrada de Itapecerica, além do saque, que não chegou a se realizar porque a polícia chegou a tempo de impedi-lo, vários ônibus foram apedrejados, ao mesmo tempo em que se tentava entrar no supermercado. Isso acabou gerando brigas entre os populares, que se sentiram agredidos, quando voltavam para suas casas, após o trabalho. (TROPA..., 1983, p. 14).

Os trechos trazidos acima explicitam o tanto que os saques pipocaram por diversos lugares quanto a violência que os manifestantes utilizavam para conseguir

atingir objetivos. Além disso, é possível ver também o medo expressado através do gerente do mercado. Juntamente com as ações dos manifestantes, a repressão será um ponto extremamente recorrente e claro nessa página.

No meio da confusão, depois que uma pedra quebrou uma vidraça do prédio, um investigador apelidado de “Tarzã” disparou um tiro para o alto e a correria foi geral.

[...]

[...] Soldados da Tropa de Choque intervieram e, no tumulto que se formou, vários tiros foram disparados. O estudante Jorge Arruda, quando saía do Senai, foi agarrado, espancado e teve seu braço torcido pelos policiais. O mesmo aconteceu com Manoelito Conceição Nascimento, que recebeu muitos golpes e caiu praticamente desmaiado na porta da delegacia [...].”

[...]

[...] [Fala de José Lima Soares, tido como organizador do movimento] ‘Se continuar a provocação da polícia, se vier de novo esta repressão, sem a qual nada teria acontecido hoje (ontem), pode haver um confronto direto’, advertiu. (MANIFESTANTES TENTARAM..., 1983, p. 14).

O terceiro elemento recorrente na página 14 é o fato de apresentar políticos que participavam do movimento e também a ligação de seus partidos, indiretamente, às manifestações.

[Manoelito, estudante citado acima que foi agredido por policiais] caiu praticamente desmaiado na porta da delegacia, depois de ser socorrido pelo deputado estadual do PT, Paulo Diniz.

[...]

APELO A MONTORO – Enquanto a violência diminuía nas ruas, um grupo de deputados, vereadores, advogados do PMDB e do PT tentava controlar a situação mantendo o diálogo com o delegado Roberto Julião. [...] Segundo a vereadora Erundina de Sousa e o deputado estadual do PMDB Paulo Sogalar, os manifestantes são desempregados que não têm lideranças e que estão apenas desesperados de fome. (MANIFESTANTES TENTARAM..., 1983, p. 14).

“Apoiado principalmente pela oposição do Sindicato dos Metalúrgicos, ele logo começou a ganhar força com a adesão de outras entidades e políticos de partidos de oposição”, contou [José Lima] Soares. Entre essas adesões, citou Fernando do Ó, da oposição sindical da Zona sul, a deputada federal do PT, Irma Passoni, o “Pessoal do Grajaú” (um bairro de Santo Amaro onde, recentemente, ônibus foram depredados e incendiados) [...].

[...]

Para a manifestação de hoje, o líder do movimento anunciou a presença do presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e de vários deputados dos partidos de oposição. (ORGANIZADOR..., 1983, p. 14).

[...] O deputado Valdir Trigo, do PMDB, pediu calma, em seu discurso, argumentando que, “por causa das arruaças, tomamos pau 20 anos. É preciso organizar o movimento de modo coerente. (GRUPO..., 1983, p. 14).

De fato, os partidos que mais aparecem são os da oposição, com direito a falas e opiniões, além de demonstrações de ajuda aos manifestantes de forma legalizada. Na página 13 há também um espaço dedicado exclusivamente à fala de Lula, que na época era presidente do PT. De acordo com a base de dados integrada do Acervo do CPDOC-FGV, no ano de 1982, Lula foi candidato a governador de São Paulo, competindo com Franco Montoro do PMDB. A importância da presença de Lula na reportagem no jornal é que, além de ser oposição à ditadura militar, ele também possuía um grande número de pessoas que o enxergavam como representante dos trabalhadores frente às organizações patronais e também ao governo. De acordo com o CPDOC-FGV:

Os discursos de campanha de Lula [para governador de São Paulo em 1982] tiveram como eixo central o acesso da classe trabalhadora ao poder, associando a luta pela ampliação dos direitos de cidadania ao conteúdo de classe das propostas do partido, expresso no *slogan* “Trabalhador vota em trabalhador”. O *slogan* explicitava também a tentativa de Lula e do partido de se diferenciar do restante das oposições (em especial do PMDB, sucessor do MDB), combatendo a proposta de “voto útil” no candidato opositor com maiores chances de vitória — no caso, o peemedebista Franco Montoro. O principal instrumento de propaganda eleitoral na campanha de Lula para o governo estadual foi o comício. A campanha foi lançada em 21 de abril de 1982 com um comício para 15 mil pessoas no bairro operário de Santo Amaro, na capital. Na reta final da campanha, Lula conseguia reunir cem mil paulistanos em um comício, e um público superior a 20 mil pessoas em algumas cidades do interior. Seu sucesso nos debates na TV era comprovado pelas pesquisas, algumas das quais o apontavam como o candidato de melhor desempenho. (BADARÓ, 2009, não paginado).

O ponto que nos interessa no trecho acima é extrair a informação de que o bairro de Santo Amaro foi extremamente importante, tanto para a consolidação política de Lula quanto para sua força como líder Sindical. Como explorado no primeiro capítulo, a importância do renascimento dos sindicatos e ações sindicais desvinculadas do governo foi a de que a classe trabalhadora podia novamente lutar por melhores condições de trabalho e de salário. Lula quebrou com a chamada “presidência biônica” dos sindicatos, atrelados às forças do governo vigente e não à vontade dos trabalhadores. Outra informação relevante para esta pesquisa, em

relação ao trecho citado acima, é que Lula era oposição a Franco Montoro (PMDB), que foi eleito para governar São Paulo e assumiu o cargo em 1983.

Acerca da atuação de Lula nos sindicatos da grande São Paulo, sua bibliografia nos comprova que sua presença era fundamental e decisiva para que a classe trabalhadora visse neste personagem um forte representante. Sua presença na Folha de S. Paulo é de suma importância, uma vez que ele não representava somente um forte líder dos trabalhadores e dos sindicatos, mas também representava a luta contra a ditadura militar e a repressão arbitrária dos opositores.

[Lula foi] Eleito presidente do sindicato [em 1975]. O arbítrio da prisão e tortura do irmão despertaram Lula para o autoritarismo da ditadura militar. No sindicato, a expectativa de um presidente decorativo, comandado pelo antecessor Paulo Vidal, foi frustrada por Lula, que rompeu com ele e se aproximou dos militantes ligados às organizações por local de trabalho das grandes fábricas montadoras de automóveis da região.

Em seu primeiro mandato como presidente do sindicato, Lula investiu numa postura independente, recusando-se a negociar em conjunto com a Federação dos Metalúrgicos do Estado e recorrendo dos dissídios junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). (BADARÓ, 2009, não paginado).

Notamos então que Lula não só se colocou como porta voz dos trabalhadores, mas também posicionou-se contra a tutela sob a qual viviam os sindicatos desde a instauração de ditadura militar em 1964. Além disso, também firmou-se, como já dito, no campo de luta contra a ditadura militar, unindo então as forças sindicais com a bandeira de luta contra a repressão. Podemos perceber que a figura de Lula começa a tomar prestígio à medida que as pressões por melhores salários e condições de trabalho aumentam e passam a ser decisivas em um discurso contra o governo federal. Unido a discursos e ações combativas, Lula também se posiciona em prol da abertura democrática, sendo uma importante voz a compor o quadro de insatisfeitos com o governo militar, desejosos de democracia.

O nome escolhido [para a presidência do sindicato de São Bernardo do Campo] foi o de Luis Inácio Lula da Silva, o Lula. Dessa vez não houve chapa de oposição. Embora ainda ofuscado pela presença de Paulo Vidal, Lula contava com maior simpatia nas fábricas. [...]

A diretoria sindical foi renovada, com o ingresso de novos diretores, que haviam se ressaltado no trabalho de base, em eleições ocorridas em fevereiro de 1978. Ainda desta vez não houve chapa de oposição, e Lula, cujo prestígio se consolidara, foi reeleito presidente. No seu discurso de posse, ele recolhia o sentimento de revolta difusamente presente entre os metalúrgicos de sua base e o projetava na discussão sobre a “abertura democrática”. (SADER, 1988, p. 298).

Obviamente que essa força será repreendida pela ditadura, uma vez que a prisão de Lula deu-se por conta uma greve realizada por 41 dias (citada no primeiro capítulo) e por ser ele o representante dos trabalhadores, embora não tenha participado da convocação da greve. Essa atitude foi fundamental para que a confiança dos trabalhadores em Lula aumentasse. Em contra partida, alimentou as forças repressivas do governo.

Os operários não quiseram formar uma comissão que poderia ser depois vítima de represálias da empresa [Scania]. O único interlocutor era o diretor da base do sindicato, que devido a essa condição dispunha de imunidade. A diretoria do sindicato foi chamada pela empresa com o intuito de fazê-la recomendar aos operários a volta ao trabalho, dada a ilegalidade do movimento. Lula recusou-se a isso e realizou uma assembleia na empresa para ouvir suas reivindicações, e nesse processo, o sindicato assumiu a representação dos grevistas na negociação. (SADER, 1988, p. 301).

Na Folha de S. Paulo, Lula, como adversário de Montoro na eleição para governador, opina sobre o movimento na matéria intitulada “Movimento tende a repetir-se, diz Lula”. Já conhecido como líder sindical e também presidente do novo partido, o Partido dos Trabalhadores, Lula afirmou que não sabia da realização de nenhuma manifestação marcada para a manhã daquele dia. Afirmou ainda que o que ocorreu foi resultado espontâneo dos problemas que os trabalhadores enfrentam e que este tipo de manifestação acontecerá a nível nacional. Suas críticas ao governo federal e também a situação de crise em que o Brasil se encontra são muito importantes em um jornal da importância e notoriedade que tem a Folha de São Paulo, uma vez que ainda em uma ditadura militar, seria perigoso emitir quaisquer conteúdos que apontassem uma oposição ao Estado. Lula afirma também que de nada adiantarão os pedidos de paciência ao povo e também as promessas feitas nesta situação, pois o povo já está muito impaciente com a situação em que vive. Por fim, o então presidente nacional do PT afirma que a situação só melhorará quando houver uma inversão das prioridades políticas econômicas do país. No final da reportagem, Lula aponta soluções que podem resolver o problema de desemprego, como o investimento no setor de prestação de serviços e obras públicas e também que o governo estadual promova o assentamento do homem no campo, acabando com o êxodo rural.

Sua menção ao governo estadual ganha muita importância quando, afinal, ele este foi concorrente do atual governador de São Paulo. Foi durante o mandato de

Montoro que deflagrou-se a ação dos saques e até então a presença de Lula no jornal não era tão grande quanto o tema da violência dos manifestantes e da repressão policial. Na página 14, um trecho da reportagem menciona que advogados do PT e do PMDB tentariam entrar em audiência com Montoro para solicitar uma audiência sobre o caso. Porém, os advogados foram atendidos pelo secretário de assuntos políticos e não teriam ainda tido contato com o governador em si.

Já a página 15 é diferente das duas anteriores, pois não tem seu espaço totalmente dedicado ao assunto. Nesta página (nomeada em seu cabeçalho como “educação”) há a primeira informação vinda do governo Montoro através de seu secretário de imprensa. Montoro afirmou que vai tomar medidas emergenciais para gerar empregos. Pelo teor da reportagem, percebemos que o governador, assim como o jornal e os demais grupos citados, foi surpreendido com o que ocorreu em Santo Amaro no dia anterior. Através de seu assessor de imprensa, Montoro afirmou também que não fazia ideia de quem haveria partido a autoria dos saques e das manifestações ou se partiram de geração espontânea dos cidadãos.

Ainda nesta página, em um outro espaço, podemos ver que a ação do governo federal foi também não se manifestar sobre o ocorrido e, diferente de Montoro, nem através de porta vozes. “Segundo o porta voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, o presidente não fez qualquer comentário”. (FIGUEIREDO NÃO..., 1983, p. 15).

Para outro representante do Planalto, o ministro do trabalho Murilo Macedo, não houve geração espontânea, mas também não opinou sobre possíveis infiltrações nas manifestações. “**BRASÍLIA** – ‘Acho que essas coisas não têm geração espontânea. Invasão de supermercados e passeatas não começam de uma hora para a outra’”. (PARA MACEDO..., 1983, p. 15).

Segundo Reinaldo de Barros, ex prefeito de São Paulo, Franco Montoro não age frente ao caos que se instalou em Santo Amaro. Nitidamente ligado ao governo federal, ele estivera dois dias antes no Palácio do Planalto, conversando com assessores do presidente Figueiredo. Reinaldo de Barros também foi um dos candidatos ao governo de São Paulo, perdendo pra Montoro. Em sua fala, afirma que Montoro está deteriorando o estado de São Paulo (embora Montoro tenha assumido o cargo naquele ano).

Com seus dez milhões de habitantes e essa falta de ação do novo governo, tudo tende a se deteriorar. Enquanto os políticos discutem quem será o prefeito, a cidade vai se acabando, os problemas continuam os mesmos e até agora não surgiu nenhuma novidade no front. Eu acho que é a falta de pessoas em determinados locais que está causando todos esses problemas. Portanto, sou da opinião que o governador Montoro está fazendo mal ao Estado. (MONTORO NÃO..., 1983, p. 15).

Para finalizar o dia 05/04/83, na seção “Opinião”, há uma nota sobre o que ocorreu no dia anterior. Abaixo, trago os trechos que vão ao encontro dos grupos previamente selecionados, separados por conteúdos.

Evitar o Desespero

Os distúrbios e violências em que degenerou ontem uma manifestação contra o desemprego, iniciada na região de Santo Amaro [...] mostram o grau de exasperação de setores da população mais afetados pela crise econômica.

[...]

Não faltam, em tais episódios, os que procuram aproveitar a situação para torná-la mais grave. Isso é inevitável.

[...]

[...] A situação, no entanto, é de emergência nacional, e está a exigir das autoridades federais, estaduais e municipais, acima mesmo das limitações orçamentárias, esforços conjuntos para a criação de frentes de trabalho nos centros mais populosos.

Por outro lado, é responsabilidade das lideranças políticas e sociais envidar o máximo de esforços para evitar que o movimento reivindicatório desborde de seu leito pacífico e ordeiro, descambando para o saque, a agressão e a desordem.

[...]

[...] A atitude da Polícia Militar, que felizmente não abusou da força para restabelecer a ordem, evitou que os incidentes de ontem assumissem proporções talvez trágicas.

Mas é evidente que a sociedade não pode ficar à mercê de desordens desse tipo, sejam quais foram as motivações. A manutenção da ordem exige prudência, mas também firmeza e decisão. (EVITAR..., 1983, p. 2)

No trecho acima podemos ver com extrema clareza o discurso que prega que as manifestações sejam realizadas de forma ordeira e pacífica. Sobre estas repetições da necessidade da manutenção da ordem, Foucault a apresenta como parte de um dos procedimentos discursivos de repetições utilizados como forma de dizer claramente uma mensagem que já foi propagada antes, mas sob a forma silenciosa. Sobre isso, a constante associação dos saques com a linguagem do caos, conseqüentemente desemboca em uma expressiva defesa da ordem, mas de forma indireta. Quando o jornal passa a utilizar a palavra “ordem” é então que expõem sua linha política, defendendo que as ações ocorram sem conflito e

seguindo uma ação ordeira. Veremos ainda neste capítulo como o discurso da ordem está vinculado ao procedimento de repetição defendido por Foucault.

A todo momento o caos tão execrado pelo autor do texto compôs as matérias redigidas pelo jornal na totalidade do dia 05/04/83. Mais do que apenas condenar as violências ocorridas, o autor também afirma que está nas mãos das autoridades governamentais de todas as instâncias resolver as mazelas da sociedade que acabam desembocando em manifestações as quais, segundo o autor, foram inflamadas pelos “os que procuram aproveitar a situação para torná-la mais grave”. Esta afirmação aponta para a criminalização de ações de agentes políticos e movimentos sociais que participam destas manifestações, uma vez que é função das lideranças “envidar o máximo de esforços para evitar que o movimento reivindicatório desborde de seu leito pacífico e ordeiro, descambando para o saque, a agressão e a desordem”. Sobre a questão da autoria do texto, novamente cito Foucault para nos ajudar a compreender qual a sua importância. De acordo com o mesmo, o autor na verdade não é aquele que assina o texto, mas sim o que agrupa um conjunto de textos, sendo possível somente veicular ideias que vão de encontro aos interesses deste “autor”, no caso a Folha de S. Paulo. Sobre isso, Foucault nos apresenta:

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, com unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. (FOUCAULT, 1996, p. 26).

No trecho que diz respeito à repressão, fica evidente que há uma dissonância entre a fala do autor da opinião e a fala do jornal. Pudemos perceber que ao longo da edição, diversas ações de violência exacerbada da polícia foram denunciadas. O autor, portanto, ao afirmar que a polícia não utilizou a violência para a contenção dos manifestantes nega a fala do jornal.

Por fim, mais uma vez o tema de caos instalado na cidade aparece permeando a fala de que os cidadãos viraram reféns nas mãos de manifestantes violentos e agitadores que causam desordem. É interessante associar a fala de que a manifestação é legítima se feita de forma ordeira com o discurso do governo Figueiredo de manutenção de uma abertura “lenta gradual e segura”. A democracia, portanto, virá sob a forma de ordem pré estabelecida pela política de abertura,

caminho pelo qual a sociedade deverá percorrer se desejar conquistar o voto direto e o exercício da liberdade.

3.2 Reedição da edição: a guinada política

No dia 06/04/83, haverá uma perceptível guinada no editorial do jornal, com o aparecimento das falas de autoridades políticas, evidenciação da violência das manifestações, críticas a ação e ineficiência da polícia e o desaparecimento de personagens tão marcantes da edição anterior: José Lima Soares, Lula e trechos de entrevistas com os participantes dos movimentos. O perfil que está se desenhando na edição do dia 06/04/83 será de suma importância para a compreensão da Folha de São Paulo no contexto assumido por esta pesquisa.

Já na capa do jornal – “A violência se alastra e Montoro pede ordem” - aparece um personagem que permaneceu oculto na edição anterior. Franco Montoro, o governador de São Paulo, passou a existir como sujeito ativo da ação, logo no título, como defensor da ordem diante da violência dos saques. Sobre a edição anterior, podemos aferir que Montoro aparece representado por seu porta voz e uma pequena nota no final das matérias acerca dos saques. Um pronunciamento realizado por Montoro na noite do dia 05/04 abriu caminhos para que o jornal lhe concedesse, além de espaço garantido no jornal, uma fala que vai ao encontro da ordem e também à fala democrática.

A situação agravou-se ontem em São Paulo: voltaram a ocorrer saques e depredações de estabelecimentos comerciais, não apenas na zona Sul mas também no centro da cidade; em vários bairros, quase todas as supermercados fecharam, diante de boatos de ataques iminentes; aproximadamente mil pessoas tentaram invadir o Palácio dos Bandeirantes, chegando a derrubar o gradil; a polícia interveio com energia, reprimindo os tumultos e fazendo mais de 300 prisões; um homem morreu, baleado durante um saque no Jardim São Luís. (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

O primeiro parágrafo da capa nos traz mais uma vez a ideia e a sensação de caos demonstrando, numa narrativa de frases curtas, de que forma foram surgindo em diferentes pontos as manifestações e os saques. A violência descrita em relação à ação dos manifestantes é muito evidenciada na fala do jornal. Há também, mais uma vez, a fala que aponta a repressão aos movimentos, fala esta marcada pelo

adjetivo “energia” para denotar a força e violência com que os policiais exerceram suas ações. No entanto, fazendo uma referência ao título, a mudança na forma com que o jornal abordará os saques do dia 06/04 é trazer de modo muito expressivo a fala de Franco Montoro.

À noite, falando por uma rede de rádio e televisão, o governador Franco Montoro denunciou a existência de um “plano concertado de diversos grupos, com o objetivo de tumultuar a reorganização democrática”. E advertiu: “Fique a população tranquila. A ordem pública será mantida”. Disse também que espera proporcionar 40 mil novos empregos através das medidas que está adotando. (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

Na fala de Montoro, embora resumida para compor a capa, podemos perceber que a primeira opinião a ser proferida foi no caminho de encontrar culpados e atribuir-lhes o objetivo de desestabilizar seu governo, conquistado de forma democrática através do voto direto. Além disso, Montoro também anunciou que vai adotar medidas para sanar a crise do desemprego. Essa fala torna-se importante por contrastar com o Montoro exibido pelo jornal no dia anterior. Mais falas e presenças do governador de São Paulo rechearão o jornal no dia 06/04, como veremos a seguir.

Mais um ponto de análise nessa matéria debruça-se sobre os conflitos explicitados entre governo federal e o governo do estado de São Paulo. Acomodada logo abaixo do parágrafo em que reside a fala de Montoro, há a fala tanto do presidente, Figueiredo, quanto de um dos seus ministros, Delfim Netto. De acordo com o índice bibliográfico da Fundação Getúlio Vargas, Delfim compôs a cúpula do governo em um momento de muitas crises sociais e econômicas. Sua imagem ficou marcada devido a suas políticas econômicas.

Apesar de ocupar o cargo de ministro do Planejamento, Delfim Neto atuou efetivamente como um ministro da Fazenda, formulando as principais estratégias econômicas do governo e interferindo praticamente em todos os problemas nacionais.

Sua passagem pelo Ministério do Planejamento foi marcada pelo descontentamento de diferentes segmentos da sociedade, que buscavam seu afastamento. “Estamos a fim da cabeça do Delfim” foi um dos versos mais proclamados em todas as manifestações políticas do país nesse período. A política econômica do governo Figueiredo teve como resultados mais visíveis os quatro anos consecutivos de uma inflação de aproximadamente 100%, a grande recessão e o agravamento do quadro de miséria, além do aumento da dívida externa. Política econômica sem credibilidade, governo sem credibilidade. Ainda assim, Delfim manteve-se no cargo até o final do mandato presidencial, recebendo total apoio do general João

Batista Figueiredo e de outros setores militares, como o grupo ligado ao ex-presidente Médici. As críticas a sua atuação partiam de adversários históricos, como os sindicatos e partidos de oposição, mas também surgiam de aliados tradicionais, como os empresários e os parlamentares governistas. (MAYER; LEMOS; CORREIA, 2009, não paginado).

A atuação de Delfim, a partir da fala acima e do trecho retirado do jornal, nos dá a impressão de se sobressair em relação às falas do então presidente do Brasil, João Figueiredo.

Além do aparecimento da fala de Figueiredo e de Montoro, há também as falas de mais dois governadores; do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Os nomes citados aparecem através de uma reunião realizada entre os três governadores para debater a crise dos saques que ocorrera em São Paulo. Durante esta edição, a reunião será exaltada de forma repetitiva para evocar o tom de urgência da questão e também que, sem a interferência do governo federal, os três dirigentes de estado buscam solucionar a crise do desemprego que percorre o Brasil inteiro. É fala recorrente que tanto Brizola quanto Tancredo estão receosos diante da possibilidade de ocorrerem movimentos semelhantes aos saques em seus respectivos estados.

Em nota conjunta, os três governadores lançaram “um apelo à população para que se mantenha em calma, evitando manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia” (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

Em relação às páginas seguintes, apresentarei trechos que se conectam com a seleção prévia anunciada no início deste capítulo. É interessante frisar que o dia 06 de abril abarcará um volume significativamente maior de matérias dirigidas ao assunto dos saques em relação ao dia anterior e também aos dias que se seguirão. O tom adotado na edição inteira difere substancialmente daquele que apareceu no dia 05 de abril. O número de páginas dedicadas ao assunto, contando com a capa, será cinco no total. Na página 9 podemos observar que metade da folha é ocupada pelo tema em questão e a outra metade tem seu espaço dedicado aos assuntos da Associação de Funcionários do Estado de São Paulo.

Montoro garante que a ordem será mantida.
“Fique a população tranquila – acrescentou. Os trabalhadores, os empresários, os comerciantes podem ficar seguros. Reafirmando minhas profundas convicções democráticas, declaro que a ordem pública será mantida”.

Em Brasília, o presidente João Batista Figueiredo determinou ao ministro do Exército, Válter Pires, que colocasse o 2º exército de prontidão [...] “o Presidente está muito preocupado com os incidentes em São Paulo e tomou essa decisão por cautela. Há o temor de que essa situação se degenere para o resto do País. Mas por enquanto é uma medida cautelar e assim tem que ser vista”.

Os governadores Franco Montoro, Tancredo Neves (Minas Gerais) e Leonel Brizola [...] distribuíram nota à tarde, apelando “à população para que se mantenha em calma, evitando manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia”.

[...]

Ontem à noite, centenas de manifestantes enfrentaram, na praça da República, policiais de uma tropa de choque, reforçados, às 21 horas, por seis viaturas da Rota. (MONTORO GARANTE..., 1983, p. 6).

De acordo com os fragmentos acima, podemos perceber a recorrência dos assuntos anunciados no resumo contido na capa do jornal. Traz novamente diversos fragmentos ainda inexplorados em relação aos conflitos políticos entre a esfera federal e estadual. A sequência de fatos evidencia que é somente o governador quem está tentando solucionar o problema de São Paulo e que o governo federal apenas colocou seus exércitos de prontidão caso fosse necessária uma interferência. Vale ressaltar que há uma lei que impede a atuação da repressão federal dentro dos estados caso o governador não autorize. No entanto, baseado na lei de segurança nacional, caso o conflito ameace a integridade do país, o governo federal fica incumbido de ordenar seus exércitos a intervirem no problema. A fala do governo federal vai ao encontro da fala de Montoro ao afirmar, no próximo espaço da página, que os desejosos de desestabilização de seu governo pretendem causar uma situação que provoque a intervenção do exército federal e assim minar as possibilidades democráticas que o período promete.

Estão querendo intervenção – [...] “Já há notícias nos jornais que falam da possibilidade de uma intervenção, seria uma violação da vontade popular. São 5 milhões de cidadãos que me colocaram no governo. Não serão as manobras de alguns homens que irão impedir o povo de realizar, através de um governador eleito, o seu programa”, afirmou [Montoro]. (ESTÃO QUERENDO..., 1983, p. 6).

É possível aproximar aqui a intenção do jornal Folha de S. Paulo de trazer o discurso da defesa da democracia, desde que realizada sob a ordem que foi determinada por Geisel (abertura lenta, gradual e segura), com a fala de Montoro. É nessa fase da história que a Folha de S. Paulo noticiará o evento dos saques para, concomitantemente, promover-se como porta voz da ideia de democracia. Montoro e

Folha de S. Paulo parecem possuir um discurso afinado com a ordem e defesa dos princípios da democracia. A postura do governador será de suma importância para que a Folha coloque em prática a sua nova linha editorial. Em contrapartida, é possível observar no discurso do porta-voz do governo federal que, embora a intervenção seja uma possibilidade remota, esta não será descartada caso os saques demonstrem perigo ao país.

Pouco antes, o líder do governo [federal] na Câmara, deputado Néelson Marchezan, que esteve no palácio do Planalto, considerou a situação como 'O começo do caos'. Mais tarde, o porta-voz da Presidência, Carlos Átila, afastou a possibilidade de intervenção federal no Estado, mas lembrou a "existência constitucional das chamadas salvaguardas. (FIGUEIREDO COLOCA..., 1983, p. 10).

Além das falas que evidenciam um conflito político, também podemos encontrar trechos que nos remetem ao caos instalado na cidade de São Paulo. A descrição dos conflitos traz novamente a ideia de que a cidade não está segura e que há, a todo momento, a iminência de uma nova onda de saques e violência.

Essa intencionalidade do jornal, de evidenciar a mensagem de caos, é corroborada pelo constante aparecimento das falas de Montoro e pela exagerada repetição da defesa do discurso da ordem. Ao mesmo tempo em que há a pregação da ordem, há também a necessidade de reforçá-la por meio das atitudes dos manifestantes veiculadas pelo jornal. Nas fotos desta edição, podemos perceber cenas de violência e a constante multiplicação dos tumultos que ocorreram na cidade ao longo do dia. Resgatarei na página 10 alguns destaques dessas falas que denotam as análises realizadas acima.

Manifestantes tentam invadir Palácio e derrubam gradis.
Os manifestantes começaram a se reunir às 8 horas da manhã no largo 13 de Maio, em Santo Amaro. Durante quase duas horas, uma multidão, que em alguns momentos chegou a ter mais de duas mil pessoas, desceu pelas ruas Adolfo Pinheiro, Santo Amaro e Avenida Morumbi. [...] O supermercado Peg-Pag, na rua João Dias, terminou sendo depredado por cerca de cem integrantes da passeata e seis deles foram presos.
[...] Ainda nas proximidades do Palácio começaram as cenas de depredação: semáforos destruídos, pedras contra vidraças das luxuosas mansões do Morumbi, sacos de lixo abertos e jogados no meio da rua. (MANIFESTANTES TENTAM..., 1983, p. 10).

Figura 10: Manifestantes derrubam gradis



Os manifestantes derrubaram parte dos gradis do Palácio dos Bandeirantes. No início, a PM só observou.

Fonte: Folha de S. Paulo, 06 abr. 1983, p. 10.

Podemos então perceber como se configura o discurso da necessidade da ordem e de sua importância para que não haja a intervenção do governo federal e também que não se prejudique os caminhos da abertura política.

Ainda na mesma página, há um elemento extremamente interessante a ser trazido para essa pesquisa. Franco Montoro recebeu em seu Palácio uma comissão de desempregados para discutir sobre o problema do desemprego. A partir desta reunião, transcrita em partes para o jornal, podemos perceber pontos relevantes para compor a análise da Folha.

Comissão [de desempregados] – Viemos aqui conversar com o governador. Reivindicamos jornada de 40 horas semanais, sem redução de salário, estabilidade no emprego e, imediatamente, um passo (condução), direito a assistência médico-social e direitos sindicais por um ano para os desempregados. [...]

Montoro – “Estamos no governo há apenas duas semanas [...] ainda estamos constituindo o governo [...]. O problema que vocês estão sentindo, eu estou sentindo. É o problema do desemprego, que é grave, data de alguns anos. É toda política econômica que tem de ser mudada.” (MANIFESTANTES TENTAM..., 1983, p. 10).

Deste trecho do diálogo podemos perceber que o eixo principal da discussão é o desemprego, uma vez que a comissão reivindica direitos não só aos empregados, mas também aos desempregados. Posta esta questão, Montoro afirma que o desemprego é fruto de uma política econômica anterior, ou seja, é resultante

da política do governo federal. Fica evidente mais uma vez o conflito existente entre o governo federal e o governo estadual.

Indo além da observação e análise do tema “desemprego” e “conflito de poderes”, é importante ressaltar que a comissão que representa os desempregados não terá seus integrantes nomeados. Há uma intencionalidade clara do jornal de superestimar a figura do governador em detrimento de outros sujeitos. Lembramos-nos então que, na edição anterior, a aparição de figuras ligadas aos desempregados e às manifestações ocorridas em São Paulo no dia 4 de abril era extremamente visível nas páginas do jornal. Personalidades importantes como José Lima Soares e Luis Inácio Lula da Silva marcaram presença na Folha de S. Paulo, além do aparecimento de pequenas entrevistas realizadas com manifestantes. Já na edição do dia 6 de abril podemos perceber que estas personalidades não aparecerão mais nem as entrevistas com manifestantes e participantes dos movimentos. Houve um silenciamento dos grupos que integraram as manifestações de São Paulo.

As únicas referências que ainda possuímos são de alguns integrantes do PT e do PMDB, que por vezes tentam auxiliar e até ordenar os movimentos, mas fica nítido que estes não conseguem garantir ordem aos manifestantes.

O diálogo – em alguns momentos áspero e confuso – durou cerca de 20 minutos. O deputado federal José Genuíno Neto (PT) disse ao governador que tentou conversar com os soldados da tropa de choque e foi agredido. “Mostrei a carteira de deputado, junto com o Paulo Frateschi, eles chutaram as carteiras e disseram: saiam da frente que a gente vai bater. Estou com marcas no corpo”, afirmou. (MANIFESTANTES TENTAM..., 1983, p. 10).

No trecho acima, além de trazer exemplos de como aparecem os integrantes de partidos que de alguma forma estão envolvidos com o movimento, podemos perceber uma dura fala contra a repressão. Mais uma vez explicamos a extrema recorrência do tema “repressão” nas páginas do jornal a partir de sua história. Uma vez defendida a democracia e, conseqüentemente, o fim da ditadura, é necessário questionar os seus aparelhos de funcionamento como a existência de uma polícia de atitudes austeras e violentas, marcada por uma truculência característica de uma ditadura. Questionar a polícia é também questionar o aparelho repressivo e, por analogia, a ditadura em si. Sobre a fala repressiva, também temos exemplos advindos da reunião entre a comissão de desempregados e o governador Montoro.

Comissão – “Como você explica a repressão ao trabalhador, de ontem para hoje? Em Santo Amaro, ontem, todo mundo viu que o movimento era ordeiro, até que às 11 horas começou a repressão violenta. Negociamos um acordo com o tenente Mateus e logo em seguida desceram o cacete nos trabalhadores. E aqui no Palácio fomos reprimidos com a tropa de choque. A desordem não veio de nós, veio do conjunto da repressão”

Montoro – “Esse diálogo é importante. Se não houver necessidade, a polícia não intervirá. Agora, se houver abuso... então a polícia... Vamos apurar isso. A polícia terá também de cumprir o seu dever. Eles são trabalhadores como nós. Vamos entender-nos. (MANIFESTANTES TENTAM..., 1983, p. 10).

Novamente podemos perceber a fala da repressão que se apresenta durante todo o corpo textual da edição do dia 6 de abril pelas razões explicitadas acima. Mais uma vez lembrando que, embora haja um forte questionamento à forma com qual a polícia agiu, temos simultaneamente a condenação das ações de baderna vindas dos manifestantes. A fala de Montoro será fundamental para reiterar com força o discurso da ordem. O jornal utiliza o artifício da fala de terceiros para reforçar seu próprio discurso, fazendo com que tal fala se repita exaustivamente afim de transmitir sua mensagem. A ordem instantaneamente se liga ao caos provocado pelos manifestantes em Santo Amaro e no centro da cidade de São Paulo.

Comissão – “A gente veio do largo 13 de Maio até o Palácio dos Bandeirantes. Milhares de trabalhadores que começaram a se organizar para evitar saque, quebra-quebra. Está todo mundo desempregado”. [...]

Montoro – “Estou em reunião com os secretários para examinar todos esses problemas. [...] Foram suspensas todas as medidas judiciais, para encontrarmos uma solução de entendimento. Vamos, com ordem, evitar que se faça em São Paulo aquilo que muita gente está interessada, dizendo que vamos fazer baderna, desordem, bagunça.” (MANIFESTANTES TENTAM..., 1983, p. 10).

Como apresentado na análise acima, a fala de Montoro sobre a ordem será muito exaltada pelo jornal, aparecendo a todo momento a defesa de uma calma ao se realizar passeatas, reivindicações e manifestações. Ainda sobre o tema de utilizar a fala de terceiros para reiterar a ideia de ordem, a fala de Dom Paulo Evaristo Arns sobre o ocorrido será fundamental para composição de um discurso afinado, tanto do governador de São Paulo, quanto de um personagem que participava ativamente de movimentos sociais contra carestia.

Paulo Evaristo Arns foi uma figura de extrema importância para as lutas contra a miséria e por justiça social. Foi um dos mais importantes representantes da

igreja a enfrentar o Estado ditatorial e denunciar as mazelas impostas desde 1964 no Brasil.

Em 1970 dom Paulo Evaristo Arns torna-se arcebispo de São Paulo. Em janeiro de 1971 dois agentes pastorais que atuavam na região sul – padre Giulio Vincini e a assistente social Yara Spadini – foram presos sob a acusação de terem distribuído panfletos denunciando a morte do operário Raimundo Eduardo da Silva, que se encontrava preso no hospital militar de São Paulo. Informado que haviam sido torturados, dom Paulo protesta, reclama das autoridades fazendo do tema dos direitos humanos, em face aos arbítrios do Estado Militar, sua mais insistente reivindicação. Quando, em 1975, o jornalista Wladimir Herzog foi morto sob torturas infligidas na prisão, o culto ecumênico celebrado na catedral da Sé constituiu-se numa extraordinária manifestação política que desafiou o regime. (SADER, 1988, p. 146).

Novamente a utilização da fala de terceiros para evidenciar e/ou reforçar a opinião do jornal aparece personalizada em dom Paulo Evaristo Arns. Aproveitando-se de seu prestígio perante os trabalhadores e as classes mais baixas, recorreu-se ao apelo deste cardeal para frisar a importância de se realizar um movimento sem violência. Logo na capa da edição do dia 6 de abril, há uma menção à postura adotada por Arns:

O cardeal-arcebispo dom Paulo Evaristo Arns pediu “que as soluções sejam propostas de imediato e encaminhadas com a rapidez possível”, e concluiu: “Fraternidade é a solução, Violência é caminho para o caos”. (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

A fala de Arns reaparece na página 11 na reportagem intitulada “Igreja reconhece a angústia, mas critica violência”. Nesta reportagem, a fala de dom Paulo Evaristo Arns aponta para a importância de políticas que resultem na melhoria de vida do trabalhador e também que as manifestações ocorrem em resposta às políticas econômicas vigentes.

“Fraternidade é a solução. Violência é o caminho para o caos”, afirmou o arcebispo de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, em nota distribuída ontem, na qual, todavia, reiterava a posição que “o povo tem direito ao trabalho e ao salário justo”. Adverte que, sem estas condições, “a fome e a tensão provocadas pela procura inútil de trabalho ameaçam transformar nossa cidade num palco de violências incontrolláveis”. (IGREJA..., 1983, p. 11).

Embora a inevitável repetição ocorra, ela se faz fundamental para reafirmar as intencionalidades presentes no jornal e de que forma são realizadas, fazendo uso de artifícios jornalísticos. Além de reiterar a fala da necessidade da ordem, Arns

também aponta para as questões apresentadas acima em relação à política econômica. Ainda na mesma reportagem, o presidente da CNBB²² aponta uma fala mais crítica ao governo federal.

Em Itaiçi, ao comentar os atos de violência, o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, declarou que “a abertura ainda não chegou à economia”. Para ele, é necessário que as autoridades examinem “as razões profundas dessas explosões, as causas do desemprego e o modelo econômico, pois não basta apenas manter a semestralidade dos salários”. (IGREJA..., 1983, p. 11).

O comentário do presidente da CNBB explora algumas questões importantes e discutidas no capítulo 1 deste trabalho. A questão do desemprego e da crise profunda em que o País está mergulhado é a causa primeira dos saques que ocorreram em Santo Amaro e no centro de São Paulo. A fala que denota uma culpabilização ao governo federal torna-se emblemática, não somente por seus conteúdos, mas também pela época em que fora proferida, pois cabe lembrar que ainda nos encontramos em uma ditadura militar.

Para encerrar a análise em torno da reportagem sobre a posição de uma ala mais combativa da igreja, o jornal termina com o mesmo teor utilizado para iniciar a matéria: apelo à não violência e contestação do caos.

Todavia [o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida] ressaltou que a Igreja reprovava os atos de violência registrados em São Paulo, “e isso confirma nossa grande preocupação ao lançarmos o tema da Campanha da Fraternidade com a frase: Fraternidade Sim, Violência não”. (IGREJA..., 1983, p. 11).

Está começando a se desenhar uma permanência da fala de ordem através de todas as páginas destinadas ao tema dos saques. Embora haja uma constante repetição, é importante apresentá-las nas formas em que aparecem. Já encontramos a defesa das manifestações ordeiras e da disciplina dos manifestantes na seção de opiniões (05/04/83), reiteradamente no discurso de Montoro e agora a partir do comentário de Arns e membros da CNBB. É imprescindível traçar o perfil apontado pelo jornal pois, a partir desta ótica, entendemos que, para a Folha, a democracia vem sob a égide da ordem. Só se consegue chegar à abertura política utilizando disciplina.

²² Conferência Nacional de Bispos do Brasil.

No que diz respeito à repressão, este tema também se apresentará de forma abundante no jornal do dia 6 de abril. Além dos trechos já apresentados por esta pesquisa, trago alguns outros, presentes ao longo da edição. Na página 10, a reportagem intitulada “PM vai agir sem medo de crítica” traz o discurso policial, em primeira pessoa, sobre sua própria atuação para conter os manifestantes e saqueadores.

“A polícia militar sempre foi acusada de violência, mas agora vai agir sem medo de críticas”, afirmou ontem à noite o secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel.
[...] As ordens, segundo ele, “são de permitir manifestações pacíficas, mas diante de desordens a polícia agirá com todo rigor para cumprir seus deveres constitucionais”. (PM VAI....., 1983, p. 10).

Há então, por parte da polícia, o reforço de um discurso de truculência, afirmando o rigor nas ações que buscam combater o caos causado por manifestantes. É importante ressaltar que quando a polícia fala de si há o discurso do respaldo constitucional, que a direciona à obrigação de manter a ordem. Novamente o discurso da ordem reaparece nas páginas do jornal.

Ainda sobre este tema, é interessante trazer a declaração do líder do PMDB na Câmara Federal, que se opõe ao governo federal, acerca das ações da polícia militar.

O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, afirmou que o “aparelho policial de São Paulo está defasado e desajustado da realidade, obrigando a uma revisão em profundidade até mesmo de comportamentos, para evitar os vícios que vêm de longe”. Para o líder peemedebista, a polícia deve agir de forma preventiva, “de tal forma que não se responde violência com a violência”. (DIREÇÃO..., 1983, p. 11).

Freitas Nobre aponta para mais uma crítica à ação da polícia, crítica esta que, devido à sua recorrência, expõe uma insatisfação do jornal em relação ao assunto. Voltando à Folha de São Paulo, há uma matéria de extrema importância pois explícita, de forma atípica, a consternação da redação com a violência policial sofrida pelos repórteres que foram a campo cobrir as manifestações.

Ação da polícia atinge imprensa
Os repórteres fotográficos Fernando dos Santos, da ‘Folha’, Isaias Feitoria, do ‘Jornal do Brasil’, foram agredidos com cassetetes de borracha e tiveram seus equipamentos danificados por policiais [...].
Os jornalistas estavam fotografando alguns ônibus da CMTC que foram apedrejados no bairro, quando policiais cercaram os dois,

arrancaram seus equipamentos e aos gritos disseram que deveriam estar fotografando os tumultos do largo 13 de Maio, e não policiais. À tarde, no largo 13 de Maio, policiais agrediram os repórteres Paulo Sérgio Scarpa, da 'Folha', e Pedro Luis Ronco, da Rádio Bandeirantes, que teve o braço esquerdo quebrado. Apesar de ter se identificado como repórter, exibindo o documento profissional, Paulo Sérgio Scarpa foi agredido com um cassetete de borracha em uma das pernas, enquanto o PM o advertia para que não denunciase o fato ao major Gaião, comandante do 1º BPM, presente nas imediações, o que foi feito". (AÇÃO..., 1983, p. 12).

A denúncia trazida pela Folha de S. Paulo exhibe a gravidade da violência policial e contradiz a fala da própria polícia ao afirmar que suas ações só seriam rigorosas em casos de grandes agitações. Os repórteres que realizavam seu trabalho foram censurados por estarem denunciando estas ações. A atitude da Folha, que na década de 60 e 70 apoiava a ditadura, é mais uma marca que expressa sua guinada em prol de um discurso democrático, dentro de todos os padrões mercadológicos discutidos no início deste capítulo. É uma atitude de subversão vir a público e denunciar a ação truculenta da PM.

Os trechos apresentados acima abrangem alguns exemplos de como a ação da Polícia Militar foi realizada no dia 5 de abril (e veiculadas no jornal no dia seguinte). É sempre notório o tom adotado em relação ao caso e é muito importante ressaltar que houve críticas advindas de diversas frentes: manifestantes, governo estadual e até integrantes do corpo jornalístico da Folha de S. Paulo. Tais críticas não visam apontar apenas a polícia, mas também a ditadura militar, que exige que as ações em prol da ordem sejam realizadas de forma bruta.

Em relação aos conflitos, incluindo a instância federal de governo *versus* o governo estadual, diversas passagens trazem um debate realizado no interior das páginas. Sobre os trechos já citados nesse capítulo, apresento um deles para estabelecer uma análise. Quando Montoro reafirma que há infiltrados que desejam desestabilizar seu governo, está se referindo àqueles que agem tentando boicotar a democracia com que tal governador foi eleito. Sobre este aspecto, Montoro expressou sua apreensão em relação a uma possível intervenção do exército, ligado ao governo federal, na cidade de São Paulo. Se a intervenção ocorresse, a democracia correria risco, uma vez que o estado democrático não conseguiria atravessar sua primeira crise; e sua eficiência quanto a um modelo político seria duramente questionada.

Aparece com repetição o jogo político de atribuição de culpas e responsabilidades de ambos os governos. Aqueles que são pró-governo federal anunciam que é obrigação de Montoro solucionar a crise instaurada em seu estado, enquanto os opositores atribuem a ocorrência dos saques às políticas econômicas do governo federal. Em uma carta a respeito dos fatos em São Paulo, PMDB e PTB²³, partidos de oposição ao governo de Figueiredo, trazem à tona a questão política e a culpabilização do governo federal.

1º - [representantes do PMDB e PTB] Que lamentam que a política econômica do Brasil, conduzida pelo governo federal, haja criado uma situação social grave, marcada pelo desemprego e por salários insuficientes;

[...] 3º - Manifestam sua confiança em que o governo de São Paulo, livre e expressivamente eleito pelo povo, saberá manter a ordem e a tranquilidade dos paulistas e será capaz de garantir o diálogo democrático num clima de respeito". (INTERPRETAÇÕES..., 1983, p. 10).

Nesse texto, há o enaltecimento do governo Montoro enquanto representante da expressão democrática da população de São Paulo e também a confiança que depositam em tal governo. Por outro lado, há a crítica ao governo federal em relação à situação criada por motivos econômicos. Já o líder do governo federal na Câmara aponta a culpa para Montoro.

Marchezan admite que há "estímulos à agitação".

Brasília – Em entrevista à imprensa, ele ressaltou três pontos, refletindo a posição do governo federal: 1) – a responsabilidade pela manutenção da ordem em São Paulo é exclusivamente do governo do Estado; 2) – o governo federal não está se omitindo, mas não há nada que se faça prever a adoção, por organismos federais, de quaisquer medidas relacionadas aos incidentes de ontem e de anteontem; 3) – o governo federal acompanha com apreensão o desenrolar dos acontecimentos.

Indagado sobre a hipótese de intervenção federal caso continuem os incidentes, Marchezan afirmou: "Não se cogita disso. Apenas, a intervenção é uma medida prevista na Constituição".

O líder do PDS ironizou as declarações do governador Montoro, segundo as quais a responsabilidade pelo descontentamento popular em São Paulo cabe ao governo federal por sua política econômica: "Ficar propondo panaceias, como faz o governador Montoro, não resolve nada. Se ele postulou o governo de São Paulo é porque se considerava apto a exercer a função. Ou será que se tornou governador para escolher o que quer administrar e o que deseja é que o governo federal administre?" [...]. (MARCHEZAN ADMITE..., 1983, p. 11).

²³ Partido Trabalhista Brasileiro.

A declaração do líder do governo federal traz um tom ácido ao tratar sobre o assunto. Afirma que Montoro quer atribuir suas responsabilidades ao governo federal e exime-se de resolver qualquer problema maior que ocorra em seu estado. Essa fala se contrapõe à visão do PMDB e o PTB, de que os saques em São Paulo somente eclodiram por conta da insatisfação com o modo como a economia brasileira é conduzida, deixando transparecer que as classes mais baixas dos trabalhadores estão sofrendo com o desemprego e os baixos salários. Cabe lembrar que a crise que ocorre no Brasil a partir do final da década de 70 será um dos fatores chaves para o nascimento de novos movimentos em busca de melhores condições de emprego, habitação, saúde, educação etc. E também influenciará no renascimento de movimentos adormecidos devido às perseguições políticas e às medidas contra o fortalecimento de ideologias.

Ainda em relação ao conflito entre os governos, é interessante apresentar que o PT trará sua posição. O PT, embora ainda não possua um histórico de grande impacto no Brasil, representa a oficialização das forças dos trabalhadores sindicais e intelectuais, grupos extremamente perseguidos e combatidos na ditadura militar. A existência do PT já causa desconforto naqueles que possuem o estereótipo de classes perigosas, tendo como líder máximo o Lula, sindicalista, operário e preso pela ditadura por conta das greves que ocorreram no ABC.

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a responsabilidade é do governo instalado no país há 19 anos, e não de um governador que está no cargo há três semanas. (MARCHEZAN ADMITE..., 1983, p. 11).

Na página citada, haverá dois assuntos importantes: os conflitos entre governos e também a presença de comerciantes e representantes das confederações comerciais. Em relação aos conflitos entre os governos, por diversas vezes aparecem acusações de ambos os lados, atribuindo sempre a culpa ao outro. É importante trazer a informação de que nenhuma vez o governo federal, personalizado pelo próprio presidente, João Figueiredo, vem a público dar seu parecer sobre a situação. Este é sempre representado por ministros, secretários e autoridades, mas nunca exibe uma fala em primeira pessoa.

Em relação aos comerciantes, podemos perceber novamente a evocação do caos e do perigo ao comércio; e conseqüentemente, à economia do País. Há uma crítica a Montoro na direção que o governo deveria se preocupar em restabelecer a

ordem em detrimento da criação de empregos. De acordo com a Associação Comercial de São Paulo, o mais importante no momento é a contenção do caos.

Comércio pede garantias e ameaça fechar

A Associação Comercial de São Paulo advertiu ontem, em nota oficial, que se o governo não restabelecer a ordem até hoje recomendará aos seus associados que fechem suas portas para preservar seu patrimônio e suas pessoas.

[...] em vez de um plano de emergência para criar empregos o governo Montoro deveria ter anunciado um plano de emergência para manutenção da ordem pública, já que se “misturou desemprego com anarquia”. E comentou que “o governo poderia ter detectado nas fontes os responsáveis pelos distúrbios se não tivesse perdido o Dops”. (COMÉRCIO..., 1983, p. 11).

Aparece então na nota do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, a necessidade de manter a estrutura típica da ditadura: espionagem dos “elementos perigosos” que podem desbancar a ordem pública. Anunciou ainda que sua preocupação não é com o desemprego e nem com medidas que busquem amenizar este problema, mas sim com o caos que se estabeleceu em São Paulo, com a invasão, saque e depredação de estabelecimentos comerciais. Para Afif, o compromisso de Montoro é com a ordem e não deve ser condescendente com a “baderna” que pairou sobre a cidade no dia 5 de abril. Ainda na linha de defender os órgãos repressivos, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) complementa a declaração de Afif.

O vice-presidente da FIESP, Nildo Masini, considera “muito perigosas as manifestações e depredações dos desempregados” em São Paulo, pois “denotam uma grande tensão social”. Ele é favorável a uma intervenção mais drástica da polícia, “toda vez que o patrimônio público e privado seja posto em risco”. Para Masini, “estas manifestações não levam a nada e as reivindicações justas dos trabalhadores devem ser feitas através de suas entidades de classe”. (PARA A FIESP..., 1983, p. 11).

Aqui, neste comentário, fica claro que não há, novamente, preocupação com a situação dos trabalhadores desempregados, mas sim com o caos que se instala em São Paulo. Defende que haja uma ação rigorosa da polícia para que as manifestações violentas sejam contidas. Há também a evocação da ordem, uma vez que admite manifestações de trabalhadores apenas por intermédio de seus sindicatos, afirmando que os trabalhadores que foram às ruas contra a fome e o desemprego não serão ouvidos. Essa fala torna-se importante, uma vez que na

mesma edição o jornal denuncia atos de truculência desmedida e desnecessária em diversas situações.

Para finalizar as matérias do dia 6 de abril, a mais extensa edição sobre os saques, apresento algumas cartas aos leitores.

Irreconhecível

Quem viu o governador Franco Montoro ontem, de manhã e de noite, na televisão, primeiro com seus colegas de Minas Gerais e Rio de Janeiro, depois sozinho, lendo uma mensagem à população paulista, há de ter percebido a evolução sofrida em seu comportamento. [...]

O Franco Montoro que apareceu à noite na TV era outro – na ênfase com que proclamou defender a integridade física e o patrimônio público e o particular de todos os cidadãos. A voz serena e firme inspirava confiança. Estava irreconhecível. (IRRECONHECÍVEL, 1983, p. 2).

Esta carta enviada pelo leitor Oswaldo Peralva retrata uma importante ação do jornal em conectar as cartas de leitores com o conteúdo publicado sobre o episódio, de forma que um legitima o outro. O teor da carta de Oswaldo é importante na medida em que este profere palavras fortes a favor da postura de Montoro ao tratar do assunto. Defender o governador é, em segunda instância, defender o regime democrático através do qual foi eleito. Devemos ter em mente que as cartas enviadas por leitores são escolhidas pelo próprio jornal e tais escolhas expressam intencionalidades. Fica evidente, a partir dos documentos trazidos acima e da observação do percurso traçado até aqui, que há uma defesa tanto do governo de Montoro quanto da democracia.

As próximas cartas vieram do Rio de Janeiro. A razão da escolha desta carta será analisada a seguir.

Quem paga a baderna

Não só o governador de São Paulo está em sérias dificuldades neste momento. O daqui do Rio de Janeiro também está, ainda que em grau bem menor.

[...] É evidente que não há agitador capaz de convencer pessoas que vivam em condições humanas a deixarem suas casas para ocupar um terreno ainda que devoluto. Existem carências de habitação, de alimentação, de saúde e de emprego em todo o Brasil. O responsável? Bem, em 1964 muita gente saiu às ruas para “exigir um basta ao descalabro”. Pois naquela época o culpado era o governo federal, talvez porque legitimado pelas urnas. Ninguém com um mínimo de boa fé atribuirá a falta de casas ao “socialismo moreno” de Brizola ou o desemprego, os saques e depredação à democracia de Montoro. Quem o fizer estará deixando a descoberto a matriz do problema. (QUEM PAGA..., 1983, p. 2).

Já a carta de José Silveira, do Rio de Janeiro, expressa também que os problemas que ocorrem tanto em São Paulo quanto em seus estado têm origem no governo federal e não é de responsabilidade dos governadores. Tal carta evidencia sua importância, uma vez que Montoro reuniu-se com Brizola (governador do Rio de Janeiro) e com Tancredo (governador de Minas Gerais) para que juntos pudessem traçar um plano de ação para tentar frear o desemprego e gerar postos de trabalho. A opinião de um carioca em relação ao assunto não demonstra apenas o apoio à política de Montoro, mas também que a democracia é a solução. No entanto, a baderna realizada para manifestas insatisfações pode fazer com que a democracia tarde a chegar e defendeu, portanto, o discurso da ordem.

A última carta nomeada veio de Brasília, residência oficial do governo federal.

A crise econômica brasileira é o reflexo da crise internacional. Nossa inflação seria o resultado desse reflexo e o desemprego a consequência mais funesta da situação.

Esse, resumidamente, é o raciocínio de setores do governo, para justificar o quadro de dificuldades com que se debate o País. Mas o raciocínio, pelo visto, só é aplicável aos problemas que afetam a União.

Quando eclodem, como sucedeu agora em São Paulo, manifestações violentas promovidas pelas vítimas da crise econômica e das repercussões sociais do desemprego – a fome em milhares de lares e a falta de perspectiva de repercussão da conjuntura -, não falta quem, na esfera federal, queira responsabilizar politicamente o governo paulista, de oposição, pelos acontecimentos. [...] Tais impressões, no entanto, se circunscrevem aos meios políticos situacionistas, interessados em tirar proveito de um eventual desgaste do governo de oposição naquele Estado. (REFLEXOS..., 1983, p. 2).

Nesta carta, assim como nas outras e ao longo das páginas da edição, há mais uma vez a menção aos conflitos entre governo federal e governo estadual. O leitor faz a crítica ao afirmar que, para suas crises financeiras, o governo de Figueiredo utiliza a crise internacional como justificativa. Quando é a vez de Montoro justificar os saques trazendo à tona os problemas econômicos, a cúpula do governo federal não aceita e afirma que o governador é o único responsável. Estes debates que ficaram extremamente evidentes na edição do dia 6 de abril serão fundamentais para nos direcionar as reais intenções da Folha de S. Paulo e também que posição ela adota em relação ao caso.

Por fim, o texto intitulado “Abertura em Crise” faz uma breve análise da conjuntura política e social em que se enquadra o Brasil naquele momento.

As manifestações de desempregados, ocorridas nos últimos dois dias, demonstram de forma aguda o enorme estado de tensão social que perpassa por quase todas as camadas da população brasileira e, em especial, as camadas populares.

Este estado de tensão social tem-se manifestado, no correr dos anos, das mais variadas maneiras, inclusive na forma de voto oposicionista. Indubitavelmente, a crise econômica que o País atravessa tem aprofundado de modo dramático as insatisfações em relação à ordem social vigente.

[...] o desenvolvimento econômico brasileiro apoiou-se em duas alavancas principais: de um lado, na exclusão de grande parte da população das suas benesses, fato que é facilmente verificável consultando-se os dados existentes sobre a distribuição de renda [...]

[...] A insatisfação popular não será, neste caso, tão visível. Mas não deixará de existir e de crescer.

O que se teme é que, para preservar a atual política econômica, se comprometa o processo de abertura política que vivemos. O endurecimento do regime seria um preço alto demais a pagar pela autossuficiência e antocomplacência dos responsáveis imediatos pela condução da vida econômica da Nação. (ABERTURA..., 1983, p. 2).

Neste texto, fica evidente que o autor (que não é identificado) buscou traçar um histórico de erros cometidos nas medidas econômicas que o governo federal escolheu para colocar em prática. O constante arrocho dos que habitam a base da pirâmide social trouxe à tona uma grande insatisfação. A dificuldade de se manter com os salários e o desemprego são causas diretas da política econômica e também das manifestações que ocorreram em São Paulo. O autor ainda teme que a democracia esteja ameaçada para que uma nova tentativa de resolução por parte do governo desemboque em mais anos de ditadura.

Pudemos perceber que esta edição foi emblemática para entendermos a essência da Folha de S. Paulo e observar como usa as suas ferramentas jornalísticas para levar uma mensagem ao leitor que vai além de simplesmente mantê-lo informado. Os destaques realizados de acordo com o tema da matéria deixaram claro que o novo projeto de jornal começa a tomar corpo no momento em que a necessidade da democracia se manifesta subjetiva e objetivamente no jornal. A escolha de matérias que elucidem este fato e até mesmo uma projeção de Montoro como alguém que parece tomar as decisões certas, são significativas no ponto em que mostram uma “esperança” na democracia. A aparição recorrente do discurso de ordem e necessidade de manutenção da paz também nos dá a ideia de que esta democracia virá somente sob a égide da ordem e da disciplina, sendo as manifestações empecilhos para que esta democracia venha a se realizar. O jornal

também utilizou diversas falas que apontavam para o apelo à ordem e que somente com ela é que chegaríamos a um consenso. No entanto, torna-se simbólico quando, em meio a um discurso de ordem, um trabalhador afirme que somente será ouvido se causar baderna. Portanto, existem duas ideias antagônicas que perpassam as questões das manifestações, muito embora o discurso que prevalece é o da defesa incessante da paz nas manifestações.

3.3 Os ventos da calmaria se aproximam

Passada a edição do dia 6 de abril, a situação em São Paulo começa a tomar o seu desfecho e a calmaria começa a aparecer na cidade. É importante ressaltar que o caos instaurado no espaço público é extremamente subversivo, uma vez que a ditadura militar prima pela ordem e pelo silêncio. Sobre este assunto, escreveu Sader:

Na experiência cotidiana dos trabalhadores nesse período [décadas de 70 e 80] esteve presente uma desarticulação de espaços públicos de expressão popular e sua paciente refeitura por caminhos que prenunciam a eclosão dos movimentos sociais. Assistimos tanto ao fechamento de espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizavam experiências sem incidência direta na institucionalidade política. (SADER, 1988, p. 115).

O autor também afirma que não só as autoridades estavam incumbidas de transformar o espaço público em local de ordem, mas também a sociedade ajudou a cooperar com essa situação. Sobre isso, podemos afirmar que o discurso imbuído na Folha em relação à ordem é resultante deste histórico social de rechaçar tudo o que é desordeiro, tudo o que provoca uma desestruturação e causa medo.

Os espaços públicos se fecham para o debate político e o reconhecimento da legitimidade de interesses diversos e agentes diversos. Os conflitos existentes são ofuscados quando não reprimidos e as ações coletivas aparecem sob o signo da desordem e do perigo. [...] Com a instauração da ditadura militar, os interesses e aspirações brotados na sociedade passaram a ser sufocados em nome de uma racionalidade que pretendia falar pelos interesses nacionais. (SADER, 1988, p. 116).

Portanto, a ressignificação do espaço público como palco de luta que pertence ao trabalhador será aceita somente a partir dos movimentos pelas Diretas,

enquanto, antes disso a ocupação das ruas pelas “classes perigosas” terá uma conotação negativa. Embora não seja objeto desta pesquisa, é importante ressaltar que de, 1984 a 1985, a ação de tomar as ruas será recebida com alegria pela Folha de S. Paulo, fazendo com que este jornal fique conhecido como “o jornal das diretas”, como já foi discutido no princípio deste capítulo.

Ao retornarmos às fontes, devemos entender que, para o jornal, este assunto será extremamente válido e interessante para a construção de sua nova identidade; irá explorá-lo até que não haja mais fatos a debater e/ou veicular. No dia 7 de abril, os saques continuam estampando a primeira página do jornal, mas agora o título afirma que a violência diminuiu, mas ainda aconteceram momentos de tensão na cidade de São Paulo.

A violência diminui mas a tensão continua

Um forte esquema policial conseguiu evitar que se repetissem ontem em São Paulo os tumultos e saques registrados segunda e terça-feira. A cidade, todavia, viveu um dia de grande tensão. Em Santo Amaro, foco inicial dos incidentes, soldados da PM ocuparam as principais vias, impedindo qualquer concentração. No centro, onde quase todo o comércio permaneceu fechado, eclodiram à tarde choques violentos na área da Praça da Sé. A polícia utilizou cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, cavalos e viaturas para dispersar os grupos, formados principalmente de office-boys e curiosos. (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

Podemos ver que está se desenhando uma ação policial na direção de impedir que os novos saques e tumultos aconteçam, ao invés de reprimi-los quando já estão ocorrendo. A escolha de inserir este trecho segue a linha traçada na edição anterior, onde nas últimas páginas, alguns caminhos para uma mudança tática da polícia foram apontados. A ação repressiva visa estabelecer novamente a ordem nas ruas e ser intolerante com os quebra-quebras. Franco Montoro havia baixado no dia anterior uma portaria que impedia a organização de grupos sem que houvesse aviso prévio para a polícia com ao menos 24 horas de antecedência.

No entanto, diferente da edição do dia 6 de abril, vemos que as manifestações ocorrem de forma mais contida. O que podemos perceber nesta fala inicial do dia 7 é que o jornal não deixou de chamar a atenção para o caos, embora este fosse muito menos expressivo do que os outros dias de saques. Além disso, há, mais uma vez, a denúncia de violência policial no trecho explicitado acima, uma vez que os manifestantes não estavam realizando qualquer ato ilegal, a não ser de

parecerem agitadores em potencial. Logo, podemos afirmar que esta matéria se encaixa nas categorias de maior evidência (caos e repressão policial).

Os personagens que aparecem também com muita evidência no dia 6 de abril reaparecem no dia 7 e apresentados da mesma forma: Figueiredo representado por seu porta-voz e Montoro fazendo a defesa da democracia.

Em Brasília, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, informou que o presidente Figueiredo recebeu relatório identificando doze integrantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil) como participantes dos incidentes em São Paulo. [...]

O governador Franco Montoro visitou a Assembléia Legislativa, onde se reuniu com os líderes de todos os partidos. “Eles não prevalecerão”, declarou, referindo-se aos “inimigos da democracia”, responsáveis pelos tumultos na Capital. Disse ainda que “duas medidas fundamentais” já estão sendo tomadas para enfrentar a crise: criação de frentes de trabalho e arrecadação de alimentos para a distribuição aos desempregados. (A VIOLÊNCIA..., 1983, p. 1).

Não ficou restrito à edição anterior o perfil de ambos os políticos. Porém, temos um novo elemento a acrescentar na discussão e também podemos perceber que a construção textual evidencia uma intencionalidade.

A aparição dos partidos de esquerda (PT e PC do B) será vista de forma suspeita aos órgãos do governo e também por uma parcela da sociedade que rechaça a extrema esquerda e o radicalismo com que exercem suas ações. Não é surpresa que haja algum tipo de acusação a esses dois partidos, uma vez que não ficou clara na edição anterior quais eram as forças por trás dos saques que ocorreram em São Paulo. Ainda na edição do dia 6 de abril, a fala de Paulo Maluf, contrariando os demais políticos que assumem não saber de onde vieram as lideranças das manifestações, há uma dura acusação ao PT e ao PMDB, de que ambos os partidos foram responsáveis pelas ações.

Maluf responsabiliza PMDB e PT

“Está confirmado que todo esse quebra-quebra, todo esse movimento organizado, partiu da residência de do escritório de deputados e líderes do PMDB e do PT”, afirmou o deputado e ex governador Paulo Maluf, ao comentar ontem os incidentes registrados em São Paulo, quando acusou o governo do Estado de estar “mancomunado com agitadores profissionais”.

Indagado se era a favor de intervenção federal em São Paulo, Maluf foi lacônico: “Só estou analisando os fatos. (MALUF RESPONSABILIZA..., 1983, p. 11).

Logo, percebe-se uma linha de analogia de baderna aos movimentos de esquerda. O PC do B será um dos maiores ícones da resistência contra a ditadura militar. De acordo com o dicionário biográfico da FGV – CPDOC:

Considerando-se o verdadeiro continuador do PCB — fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil e em 1961 alterado para Partido Comunista Brasileiro — o PCdoB, como todos os partidos comunistas, foi constituído com o objetivo de promover a derrubada do sistema capitalista e, através da revolução proletária, realizar a passagem ao regime socialista. Distinguiu-se do PCB por seu alinhamento à China (até a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976) e à Albânia, em lugar da União Soviética, o que o levou a adotar uma estratégia política própria: externamente, defendeu o confronto com os países capitalistas, enquanto o PCB defendia a coexistência pacífica, e, internamente, propôs-se a preparar a luta armada, enquanto o PCB defendia o caminho pacífico para a revolução brasileira. (PARTIDO COMUNISTA..., 2009, não paginado).

É importante ressaltar a parte em que se aponta o radicalismo por parte do PC do B, enquanto o PCB agia de forma pacífica para atingir seus objetivos. Tais ações culminaram na perseguição dos aparelhos repressivos da ditadura aos seus integrantes. Muitos foram mortos e torturados durante as ações, enfraquecendo o movimento político de tal partido. A guerrilha do Araguaia, uma das suas mais famosas ações, foi rigorosamente combatida, tendo sido eliminada quase a totalidade de militantes presentes. Cabe ressaltar também que o PC do B ainda encontrava-se na ilegalidade em 1983, embora o bipartidarismo já havia acabado.

O PCdoB continuou a defender uma ação política voltada para a preparação da luta armada no Brasil, a ser deflagrada “no momento oportuno, com o objetivo imediato de liquidar o regime militar e de implantar um governo de unidade popular. (PARTIDO COMUNISTA..., 2009, não paginado).

No que diz respeito à fonte, podemos ver que a forma com que foi colocada a informação a respeito do PC do B é relevante, pois após o porta-voz do governo Figueiredo anunciar um relatório que contém a participação do PC do B nas ações em São Paulo, aparece a fala de Montoro afirmando que “‘Eles não prevalecerão’[...] , referindo-se aos ‘inimigos da democracia’, responsáveis pelos tumultos na Capital.”. Essa construção é importante porque induz o leitor a relacionar ambas as orações, dando o sentido de que os agitadores inimigos da democracia são os integrantes do PC do B.

Na página 5 da edição de 7 de abril, a notícia dos saques aparece de forma diferente em relação aos dias anteriores. Já não há mais uma página inteira

dedicada a tratar do episódio. Parece que ele vai se esvaindo aos poucos. Nesta página, há uma gama de notícias, aparentemente sem conexão com o tema em questão; e a manchete faz uma abordagem já bastante explorada pelo próprio jornal desde a primeira divulgação dos saques.

Os distúrbios visam à desestabilização

Segundo Tancredo Neves, o presidente Figueiredo concorda com este ponto de vista sobre as agitações em São Paulo.

O governador de Minas, Tancredo Neves, afirmou ontem que o presidente Figueiredo, com quem esteve durante 40 minutos, também concorda com seu ponto de vista de que os distúrbios ocorridos em São Paulo foram dirigidos e comandados com o objetivo de desestabilizar a ordem política brasileira no momento, não somente daquele Estado.

[...] O clima político e social é favorável às forças desagregadoras, "interessadas realmente na desestabilização da ordem democrática"; (OS DISTÚRBIOS..., 1983, p. 5).

Podemos ver então que a desestabilização, fala atribuída antes a Montoro, expandiu-se e alcançou a opinião do presidente Figueiredo. Tancredo Neves, aquele que se encontrou com Montoro para discutir medidas que poderiam melhorar o quadro social, aparece agora conversando com o Presidente, realizando o ofício de articular as ideias. Começa a surgir o consenso de que essas manifestações, provocadas por agitadores da ordem, possam atrapalhar o processo de abertura democrática.

Podemos notar que um governador que defende a democracia estava conversando com o presidente de uma ditadura, que se comprometeu a realizar a abertura de forma controlada. É interessante perceber que há sim uma aposta na abertura, mas não que esta ocorra de modo revolucionário, de forma a abalar as estruturas políticas já existentes. A abertura deve chegar, e de fato chegou, com ordem, disciplina e legalidade. O tom dado nesta reportagem também já está se configurando para a busca de agentes que possam ter inflamado as massas e incentivado o caos, tom este que parece estar se desenhando nesta edição do jornal. No entanto, é cedo para realizarmos tal afirmação.

O constante apelo à manutenção da ordem parece ter surtido efeito na sociedade, afirma o título e o subtítulo da matéria da página 11.

Menos distúrbios num dia de tensão

Montoro recebe solidariedade e 2º exército reconhece que o governo estadual retomou o controle da ordem"

Vários pontos amanheceram fortemente policiados. Na praça da Sé, registraram-se confrontos entre manifestantes e policiais e um menor

perdeu dois dedos ao tentar devolver uma bomba de gás lacrimogêneo.

“Eles não prevalecerão”, disse o governador Franco Montoro, na Assembléia Legislativa, ao receber a solidariedade de 11 deputados federais [...]. Ele atribuiu os saques e depredações “a agitadores cuja identificação está sendo feita”. Em Santo Amaro, foram presos dois estudantes da Convergência Socialista, que distribuíam panfletos incitando a população à revolta. (MENOS DISTÚRBIOS..., 1983, p. 11).

Mais uma vez nos deparamos com personagens que compõem o ideário do medo ao encontrar no corpo do texto a menção a dois jovens da Convergência Socialista. Mais uma vez a construção do texto induz o leitor a entender que este grupo está participando dos movimentos de forma ativa, intencionando-se construir a versão de que organizações socialistas e comunistas estão por trás deste evento. Além disso, é interessante ressaltar que no título e no subtítulo temos duas informações que a princípio parecem paradoxais, mas após uma análise, compreendemos que a intencionalidade é afirmar que Montoro está conseguindo restabelecer a ordem e afastar a possibilidade de uma intervenção do exército subordinado ao governo federal. A ideia que está presente é que Montoro está conseguindo provar que um governo eleito democraticamente pode ser bem sucedido e manter a organização social nos espaços públicos e privados, do modo que a ditadura e a repressão padronizaram.

No decorrer da página vemos diversos elogios às ações de Montoro, vindas até do exército comandado pelo governo federal. Alguns exemplos:

Outro apoio recebido ontem pelo governador foi a reunião convocada por dom Paulo Evaristo Arns com representantes das comunidades eclesiais de base, aos quais o cardeal pediu empenho para a redução das tensões da periferia. À tarde, Montoro foi informado que o 2º exército, cuja as tropas já estavam de prontidão, reconheceu a retomada do controle da ordem pelo governo estadual

[...] Ao deixar a Assembléia, Montoro ainda falou rapidamente aos jornalistas, afirmando que recebeu as manifestações de apoio “com emoção e alegria de ver compreendido o meu esforço de levar a abertura democrática com tranquilidade, paz e justiça social”.

[O general, ex-comandante do 2º exército e hoje ministro do Superior Tribunal Militar] Dilermando acha que Montoro agiu certo.

As últimas providências adotadas pelo governador Franco Montoro para assegurar a manutenção da ordem em São Paulo mereceram ontem o elogio da liderança do governo no Senado.

Sarnei *[sic]* Crê – “Eu acredito na palavra do governador Franco Montoro. [...] Todos nós estamos contra isso [agitações para desestabilizar o governo] independente de siglas partidárias, e solidários com o governador no sentido da manutenção da ordem pública”. O comentário foi feito ontem em São Paulo pelo senador

José Sarnei *[sic]*, presidente nacional do PDS. (MENOS DISTÚRBIOS..., 1983, p. 11).

Podemos perceber que há um esforço para dar ao leitor a sensação de que o governador Montoro se sobressaiu em um difícil conflito logo nos primeiros momentos de seu governo. Esta percepção é importante para a afirmação já mencionada neste trabalho, de fazer com que ícones da democracia tragam esperança e confiança à população. Outro aspecto que também se integra ao eixo de conflitos entre os governos federal e estadual é a questão da intervenção militar no estado de São Paulo.

Na edição do dia 6 de abril, como já discutido, havia um impasse envolvendo a questão da intervenção do governo federal no estado de São Paulo. Embora Carlos Átila tenha afastado esta possibilidade, o mesmo não descartou a ação. Já no dia 7 de abril, a fala é mais contundente ao anunciar que não haverá intervenções.

Maximiano afasta a possibilidade de intervenção
Brasília – “É coisa de radicais”. O comentário é do ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, e foi feito ontem a propósito dos acontecimentos em São Paulo. De acordo com o ministro, em nenhum momento o governo cogitou de intervenção federal. “Quem é que falou nisso?”, indagou aos repórteres, acrescentando que as Forças Armadas só entrarão em operação se o governo pedir. (MAXIMIANO AFASTA..., 1983, p. 11).

Considerando esta tensão encerrada, o então ministro da Marinha comunica enfaticamente que em nenhum momento o governo federal cogitou a ação de intervir com seus exércitos no estado de São Paulo. A impressão dada no dia 6 é que essa possibilidade estaria perto de se concretizar caso os saques não fossem dominados e a ordem restabelecida.

Ainda sobre os conflitos envolvendo Figueiredo e Montoro, o título da página 12 continuará com o clima de conciliação entre os governos, apesar do que foi dito acima sobre a questão da intervenção. A página inteira está ocupada com assuntos que dizem respeito aos saques, trazendo novamente os personagens que compuseram as páginas dos jornais nos dias 5 e 6 de abril.

Macedo promete integração a Pazzianotto
Durante uma hora, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e o secretário do Trabalho estadual, Almir Pazzianotto, discutiram ontem em São Paulo a violência e medidas a serem tomadas para atenuar o desemprego.

Enviado pelo presidente Figueiredo para acompanhar de perto a situação em São Paulo, Macedo afirmou que haverá, de imediato, um trabalho integrado entre os postos de colocação do Serviço Nacional de Emprego (Sine), do ministério e da Secretaria do Trabalho para centralizar as ofertas de emprego. (MACEDO PROMETE..., 1983, p. 12).

Sobre este aspecto, é importante ressaltar que, no dia 6 de abril, o porta-voz da presidência Carlos Átila, havia concedido uma entrevista afirmando que o governo federal não poderia destinar recursos ao governo do estado, uma vez que este já dispunha de todas as condições para realizar as medidas necessárias.

O apoio do governo federal a Montoro foi afastado pelo porta-voz, ressaltando que “o Estado dispõe de todos os meios necessários para manter a ordem pública”. (FIGUEIREDO COLOCA..., 1983, p. 10).

Neste clima de conciliação não há mais espaço para evidenciar rugas entre governos e nem sugerir falta de apoio recíproco. Unindo as duas falas, podemos ver que há uma mudança importante, que se configura como um apoio firmado entre governo federal e estadual para buscar melhorias para o Brasil. É sob esse clima que a possibilidade da democracia vai se formando, pois está cada vez mais distante o tom de que governos democráticos não conseguirão realizar seu trabalho com maestria, a exemplo de Montoro.

Na página 12, o tom principal que podemos perceber é o de início de uma união para que haja a melhoria das condições de vida em São Paulo, na qual estão envolvidos o governo federal, o governo estadual, as federações representantes de empresário, movimentos de trabalhadores, sindicatos e também alguns representantes da igreja. Todos os grupos são categóricos ao afirmar que os agitadores que buscaram agir com violência possuíam o objetivo de desestabilizar o governo. Podemos aferir estas afirmações, relatadas de diferentes modos e sob diferentes perspectivas nas reportagens “Dom Avelar vê risco de manipulações”, “Fiesp culpa agitadores profissionais”, “Sem nuvem, o céu não tem encanto”. Há um clima de calma que passou a emanar de todos os envolvidos no problema, exceto um: Lula. Na fala do presidente do PT, ainda há um tom severo nas críticas a Montoro e ao Figueiredo. Lula destoa do tom empregado na página e assinala sua personalidade de maior radicalismo. Lembramos que, na edição anterior, não apareceu o nome de Lula, que voltou a ser citado na edição presente.

Lula critica governo e rebate acusação

“O governador Montoro tinha duas alternativas: ir ao encontro da massa ou ir de encontro à massa. E ele optou em colocar a Polícias nas ruas, contra o povo”.

A afirmação foi feita ontem em São Paulo pelo presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, ao analisar os movimentos de rua verificados na capital. Lula acusou Montoro de “falta de iniciativa no momento exato”, mas atribuiu a responsabilidade pela origem das manifestações ao governo federal “em razão da política econômica que é contrária aos interesses do povo”. (LULA CRITICA..., 1983, p. 12).

As duras críticas vindas de Lula são importantes pois, como já discutido anteriormente, este personagem representa tanto um partido que possui origens de esquerda quanto os trabalhadores sindicalizados. Atrelar a imagem de Lula ao radicalismo vai ao encontro de todo esforço do jornal em pregar a paz e a ordem. Lula representa o contrário desses conceitos, um possível ameaçador à organização política e à ordem social. Em sua entrevista, Lula também rebate as acusações de que integrantes do PT foram causadores das desordens ocorridas em São Paulo, em mais um discurso ácido.

A infiltração de petistas nos movimentos também foi negada pelo dirigente do partido, alegando que “se todo o pessoal fosse do PT teríamos ganho as eleições”.

Na opinião de Lula, em vez de se procurar quem iniciou o movimento, “todos deveríamos estar preocupados em encontrar soluções”. Mas observou que “está faltando um interlocutor que converse com o povo. Não é oferecendo mais 40 mil empregos, enquanto outros milhares continuarão desempregados, que o problema será solucionado”. (LULA CRITICA..., 1983, p. 12).

A descrição de cenas de caos, um dos eixos explorados neste trabalho, se apresentará novamente na última página do dia 7 de abril, dedicada ao tema dos saques. Embora o título “Pimentel assegura manutenção da ordem” sugira a ideia de que a ordem está restabelecida, é notório que, na página, alguns confrontos violentos serão evidenciados e terão um teor muito grande de repressões policiais. Sobre a elocução do caos, destaquei os seguintes trechos:

Pelo rádio, a tropa de choque, cavalarianos e viaturas da Rota receberam a ordem de dispersar as milhares de pessoas, depois que garotos derrubaram um “orelhão” na esquina com a rua Barão de Paranapiacaba.

[...]

Vários incidentes foram registrados nas imediações. Os manifestantes gritavam “Abaixo Figueiredo, queremos emprego”, e xingavam os PMs. Às 16 horas começou o confronto mais sério com os policiais atingidos por pedras, pedaços de pau e ferro das barracas derrubadas e reagindo com bombas.

[...]

[...] a população viveu um dia tenso nas ruas do centro. A maioria mostrava-se indignada com os baderneiros, e apoiava a atuação da polícia. Por volta das 13 horas, os policiais reprimiram um grupo de pessoas que tentavam depredar uma loja da galeria Nova Barão. (POLÍCIA OCUPA..., 1983, p. 13).

Embora a ordem começasse a aparecer como um alento aos cidadãos atemorizados com os saques que ocorreram nos dois dias anteriores, como podemos perceber, o caos ainda não havia se retirado totalmente do cotidiano da cidade. As classes perigosas que participaram deste movimento popular estavam sendo devidamente investigadas e monitoradas incluindo a ajuda do jornal, que rechaça qualquer movimento de violência. Sobre isso, a foto que estampa a página 13 nos traz evidências importantes.

Figura 11: Três cenas na cidade



Fonte: Folha de S. Paulo, 07 abr. 1983, p. 13.

Figura 12: Destaque da matéria "Três cenas na cidade"

TRÊS CENAS NA CIDADE

O rapaz de cabelos encaracolados e oxigenados foi visto ontem, pela primeira vez, às 14 horas, na esquina da rua Barão de Itapetininga com a rua Marconi, no centro da cidade, atirando pedras contra lojas comerciais (na primeira foto ele aparece segurando uma pedra na mão esquerda). Logo depois, às 14h30, ele foi preso na rua Barão de Itapetininga (foto do centro). Nosso fotógrafo verificou ainda que ele foi colocado numa viatura da Rota que estava estacionada perto da Biblioteca Municipal. O mesmo jovem foi identificado mais tarde, às 17 horas, na praça da Sé, em plena escadaria do Metrô (foto à direita), liderando um pequeno grupo de rapazes e atirando uma marmitta nos soldados da cavalaria, aos gritos: "Toma, comida pra vocês."

Fonte: Folha de S. Paulo, 07 abr. 1983, p. 13.

O tema da repressão também voltará a ser exibido sob forma de denúncia da violência policial, mas ressaltando que as táticas de ocupar os espaços e impedir aglomerações está surtindo efeito.

Polícia ocupa a Sé e evita aglomerações

A polícia reprimiu ontem, com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral e a golpes de cassetetes, as aglomerações na praça da Sé, no terceiro dia consecutivo de distúrbios na capital. Luis Carlos Ramos, 16 anos, perdeu dois dedos na explosão de uma bomba e foi socorrido pelos funcionários do Metrô. [...] Às 14h10, no Pátio do Colégio, um trombadinha foi preso, com violência, por cavalarianos. O metalúrgico José Antônio de Camargo, que fora ao escritório da Cohab, apanhou do PM nº 2236, mesmo depois de mostrar os documentos e de explicar que ia para o metrô. (POLÍCIA OCUPA..., 1983, p. 13).

Além das repressões físicas, a portaria que regulamentava reuniões e aglomerações, baixada por Montoro, também foi decisiva e chegou a ser aplicada quando surgiram informações de que a comissão Pró-CUT realizará uma assembleia. Como pode ser percebido em: “Essa reunião será ilegal e, portanto, não será admitida.” (PIMENTEL ASSEGURA..., 1983, p. 13).

Por fim, podemos perceber que o perfil traçado ao longo do dia 7 de abril foi no caminho da conciliação para a resolução dos problemas e também na linha de tentar descobrir quais grupos organizaram os saques. Os elementos apresentados como componentes de movimentos de esquerda serão apontados como os encabeçadores.

Sindicalistas são intimados

Dirigentes do Sindicato dos Químicos foram intimados a prestas depoimentos no 7º Distrito Policial (Lapa), segunda-feira, em virtude de denúncias de que a Kombi LF-1552, de sua propriedade, dotada de alto-falante, foi usada para convocar a população a participar das manifestações em São Paulo. (SINDICALISTAS SÃO INTIMADOS, 1983, p. 13).

O foco nos grupos citados acima serão decisivos para entendermos quais são as intenções do jornal ao trazer estes personagens para suas páginas. A exaltação da forma de conduzir a política e, conseqüentemente, a abertura, ficará restrita à Montoro, agora em conciliação com o governo federal. A analogia simplória, mas muito corriqueira, principalmente em um período de medo de elementos comunistas, faz com que o PT, PC do B, sindicatos, movimentos sociais etc. sejam agrupados como sinônimos de caos e não de ordem, que, segundo o jornal e os demais defensores da passagem branda à democracia, é o caminho correto ao progresso.

Já na edição do dia 8 de abril, os saques, como de costume desde o dia 5, ainda estampam a capa do jornal. Mas, dessa vez, o título - “Um dia de paz na cidade” - , a foto e o corpo do texto denotam a paz e a ordem tão aguardadas desde que os saques ocorreram na cidade de São Paulo:

A forte presença policial nos pontos estratégicos praticamente garantiu a volta do Centro à sua rotina diária; o comércio abriu as portas e o movimento de pessoas nas ruas foi intenso durante todo o dia. (UM DIA DE PAZ..., 1983, p. 1).

Figura 13: “Um dia de paz na cidade”



Folha de São Paulo, 08 abr. 1983, p. 1.

A paz voltou ontem a São Paulo, garantida pela presença ostensiva de forças policiais no Centro e em Santo Amaro. Não houve incidentes nem saques. O comércio funcionou normalmente, embora ainda sob tensão provocada pelos acontecimentos do início da semana. (UM DIA DE PAZ..., 1983, p. 1).

Podemos perceber, portanto, que o clima de São Paulo está controlado e a força policial está garantindo a segurança e a integridade das ruas, dos cidadãos e do comércio. É a presença do Estado na garantia do “bem comum”. A partir dos títulos das capas desde o dia 5 podemos traçar um perfil interessante, que demonstra a mudança gradativa do clima da cidade de São Paulo:

05/04 – Um dia de Saques e pânico

06/04 – A violência se alastra e Montoro pede ordem

07/04 – A violência diminui mas a tensão continua

08/04 – Um dia de paz na cidade

A partir destas matérias, podemos perceber como o problema foi controlado por Montoro, o único personagem a aparecer no título. A partir da leitura do jornal do dia 7 de abril, percebemos que os elogios à gestão do peemedebista se encontrarão

com os resultados confirmados no dia 8: Montoro conseguiu garantir a ordem. É, portanto, uma vitória para a democracia o fato de que o primeiro governador de São Paulo eleito democraticamente desde 1964 tenha obtido êxito em sua tarefa de garantir a segurança de todos.

Ainda na matéria da capa, outro elemento interessante a ressaltar é que os grupos de esquerda, acusados de orquestrarem as ações desde o dia 5, manifestam-se e afirmam que não participaram com o objetivo de causar violência ou incitar o caos.

João Amazonas, líder o PC do B (Partido Comunista do Brasil), repeliu as denúncias sobre a participação da organização nos tumultos, considerando-as “mais uma manobra para desmoralizar e isolar os comunistas”. A convergência Socialista também negou qualquer responsabilidade pelas manifestações. E a comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) garantiu não ter organizado ou estimulado incidentes. (UM DIA DE PAZ, 1983, p. 1).

Em relação às repressões ocorridas para frear as ações dos manifestantes, o discurso final irá na contramão do que o jornal apresentou desde a primeira cobertura do evento.

[O secretário de segurança Manoel Pedro Pimentel] acrescentou que a repressão às manifestações foi “absolutamente democrática e legítima.” (UM DIA DE PAZ, 1983, p. 1).

No entanto, não foi esta a confirmação que tivemos ao longo das análises página a página, com demonstrações de abuso de poder, violência desmedida, feridos e até repressão ao direito da imprensa, como denunciado pela Folha em relação às agressões dos seus funcionários. Porém, quando chegamos à página 12, o novo comandante da Rota profere frases que demonstram a truculência na qual suas ações são baseadas.

[...] sobre a forma de agir dos seus integrantes, considerada violenta, afirmou: ‘Eu nunca ouvi dizer que ao marginal se deva dar outro tratamento que não seja o de prendê-lo com absoluta eficiência’. Acrescentou, porém, que “os excessos e irregularidades serão apurados devidamente”.

Ferrarini refutou críticas aos excessos cometidos pela corporação, alegando que “como toda polícia, ela vai aos locais onde está havendo tiroteio e é difícil chegar com um buquê de flores para cada uma das pessoas e pedir por favor que não façam mais isso”.

Sobre a atuação da polícia nos tumultos ocorridos na cidade nos últimos dias, o comandante da Rota preferiu não fazer comentários, alegando ser um problema afeto ao comandante geral, “que foge à nossa análise”. (NOVO COMANDANTE..., 1983, p. 12).

Embora o discurso do novo comandante da Rota, aparentemente, não tenha sido direcionado às ações dos saques, podemos perceber que o *modus operandi* de ação da polícia é realizada de forma rigorosa.

Com o mesmo tom de pacificação das massas, Montoro se pronuncia novamente, mas desta vez:

“O governo agiu com serenidade e energia. Hoje posso assegurar que há ordem em todo o Estado de São Paulo. Faço um apelo a que vocês nos ajudem, levando este espírito de tranquilidade, não aceitando provocações e, principalmente, denunciando as manobras. Estão telefonando, mandando notícias às rádios, televisões, a toda imprensa, procurando atingir escolas, pretendendo paralisar a vida pública, para tentar voltar a um regime autoritário que o povo repele”. (NÃO ACEITEM..., 1983, p. 13).

A forma adotada para se dirigir ao público foi justamente a de afirmar com convicção que a ordem estava estabelecida, mas que ainda havia tensões no ar. Parece que o discurso acerca de quem provocou o tumulto retornou ao estilo adotado na primeira edição, apresentando indefinições quanto à autoria dos saques. Enquanto os grupos de esquerda se defendem das acusações, diversas autoridades vão na direção de que ainda não se tem comprovações quanto à autoria, e alguns mais incisivos afirmam que as agitações partiram destes mesmos grupos de esquerda.

Já na página 14, temos uma informação essencial para a compreensão da ocorrência dos saques, mas agora de forma anterior ao episódio. Há uma minuciosa descrição do provável momento em que aglutinações de desempregados buscam se formar, indo ao encontro do que a historiografia sobre o tema defende como veracidade.

Da luta pela liderança, só sobrou o descontrole.
 TREZENTAS VAGAS – No final da semana passada, circulou o boato de que a indústria Q – Refres – Ko S.A abriria inscrições na manhã de segunda feira, para preencher 300 vagas. A rua Galeano de Castro, a três quarteirões do comitê Aurélio Peres, onde fica o departamento de seleção da fábrica, amanheceu repleta de desempregados. [...] O plano inicial [de Aurélio Peres para organizar manifestações contra o desemprego] era de convocar os desempregados da fila da Q – Refres – Ko para uma manifestação na escadaria da matriz de Santo Amaro, distante quatro quarteirões, no largo 13 de Maio. Após discursos, os trabalhadores deveriam se dispersar para retornar no dia seguinte, quando participariam de outro protesto.
 [...] já na porta da fábrica, logo após os desempregados serem informados que era mentira a existência das 300 vagas. “O pessoal ficou uma fera e foi direto para o largo 13 de Maio”, conta José

Carlos [desempregado em busca de emprego]”. (NITRINI, 1983, p. 14).

Trazer este fato para o jornal é afirmar a espontaneidade do movimento que se iniciou devido a uma falsa notícia, que revoltou os trabalhadores. As aglomerações formaram-se e começaram a crescer exponencialmente. No entanto, o autor da reportagem preferiu percorrer o caminho de acusações a Aurélio Peres, aos PC do B, ao PT, a Oposição Sindical, à UNE²⁴, à Convergência Socialista etc. A tentativa clara desta reportagem é de atribuir a tais movimentos a culpa pelo ocorrido. No entanto esta posição não se firmará no jornal diante das demais falas, embora fique muito evidente que a recorrente menção a tais grupos é fruto da intencionalidade de se condenar tanto a esquerda quando a baderna, fato também discutido neste capítulo.

Ele [Aurélio Peres] retornou rapidamente ao largo 13 de Maio, pretendendo assumir o controle das massas. A esta altura, surgiram várias tendências do movimento sindical tentando coordenar os manifestantes. Fernando do Ó Veloso, ex candidato a deputado estadual pelo PT [...] membro da Oposição sindical da zona sul e Aldo Rebelo, ex presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ex candidato a deputado federal pelo PMDB, com apoio do PC do B, saíram na corrida para retomar o controle da situação. (NITRINI, 1983, p. 14).

Esta tentativa de criminalizar os movimentos, já citada, será uma das marcas que aparecerá no jornal do dia 8 de abril. Embora tais grupos possuam espaço para se defender de acusações, a ordem discursiva da Folha induza o leitor a crer que estes grupos tiveram alguma participação.

Para finalizar esta edição, retorno com uma informação contida em todas as edições do jornal a respeito do saque: o fato de que o governo federal ainda mantém o 2º exército de prontidão. Embora a possibilidade de intervenção fosse totalmente refutada, podemos entender que esta repetição significa que, embora o governo federal não esteja atuando, está sempre monitorando o que ocorre no País, característica firmada desde 1964 com os órgãos de repressão, espionagem e catalogação de dados de elementos suspeitos de ações subversivas. Sobre este fato, completa Cassiana Buso Ferreira:

As declarações e procedimentos oriundos dos gabinetes federais exerciam sobre o governo paulista dupla pressão. Primeiro porque delegavam ao governo Montoro a responsabilidade pelo controle e

²⁴ União Nacional dos Estudantes.

punição dos manifestantes e, segundo, por revelarem a incômoda vigilância mantida pelos agentes do governo federal, indicando, de diferentes formas, a possibilidade do recrudescimento do autoritarismo. (FERREIRA, 2009. p. 117).

A presença do Estado autoritário estava sempre demarcada pelas ações de espionagem e catalogação dos integrantes das manifestações, mesmo com o fechamento do Dops. Além disso, o governo federal, mesmo que através de terceiros, pronunciava-se demonstrando preocupações quanto ao crescimento das manifestações em âmbito nacional. A presença da polícia nas ruas, portanto, representará fisicamente a presença do estado (governador de São Paulo) e invoca antigas percepções de segurança, uma vez que a polícia é sinônimo de ordem e respeito, heranças da ditadura militar. O 2º exército foi então o símbolo de algo maior, que embora demonstrasse sinais de desgaste, ainda estava presente permeando o País para garantir que a abertura política não trouxesse consigo o fortalecimento dos movimentos de esquerda.

No dia 9 de abril, uma novidade estampa a capa da Folha de São Paulo, trazendo um pronunciamento do próprio Figueiredo, que até então só havia se comunicado através de representantes.

“É preciso que possamos também operar a restauração do clima político no País”, afirmou ontem o presidente Figueiredo, numa alusão aos distúrbios ocorridos em São Paulo e outras cidades, nos últimos dias, em discurso feito durante visita ao forte Príncipe da Beira, no Estado de Rondônia. (FIGUEIREDO QUER..., 1983, p. 1).

É interessante notar que se trata de um presidente que representa a ditadura militar e o autoritarismo. Sua declaração pode ser compreendida sob a frase “abertura lenta, gradual e segura”, ou seja, o Estado estará guiando e controlando a abertura política no País até o fim, que ocorrerá apenas quando estas autoridades entenderem que é necessário. No mais, o acordo que está prestes a ser firmado entre o governo federal e o governo do estado de São Paulo serão expostas sempre com muita visibilidade, em claros esforços para conter os ânimos sociais provocados pelos problemas de origem econômica.

Até 2ª, Montoro pedirá audiência com o Presidente
O governador de São Paulo, Franco Montoro, enviará um pedido de audiência ao presidente Figueiredo, no máximo até segunda-feira. [...]Montoro deverá pleitear do Presidente a liberação de verbas para a execução ou continuidade de várias obras no Estado, garantindo a abertura de novas frentes de trabalho para amenizar o problema do desemprego. (ATÉ 2ª..., 1983, p. 5).

Podemos visualizar então uma sincronia de discursos e esforços para que a calma continue prevalecendo ante as tensões e embates sociais. Por seu lado, o presidente pede calma e também afirma que é essencial manter a ordem para que a democracia seja alcançada; e também age no sentido de amenizar as pressões sociais, ao anunciar medidas (paliativas) para solucionar aos poucos o problema do desemprego.

“É essencial que, pelo exemplo do equilíbrio e da moderação, a classe política restaure e preserve a confiança do povo brasileiro na funcionalidade das instituições democráticas, em sua eficácia como instrumento de promoção da prosperidade e da felicidade de cada cidadão” [afirmou Figueiredo]. (FIGUEIREDO QUER..., 1983, p. 1).

Já na página 11 da edição do dia 9 de abril, nos deparamos com opiniões opostas em relação ao governo Montoro. De um lado, dom Paulo Evaristo Arns elogia a ação do governador, trazendo alguns pontos importantes como o questionamento do rigor da repressão que foi derramada sobre os manifestantes. Do outro lado, o PT, com mais um discurso ácido que mira a ação do governador. Em nota, o PT afirma que o governador foi incompetente e o seu comportamento foi desastroso. Também foi na linha de criticar a forte repressão sofrida pelos trabalhadores evidenciada nas próprias reportagens do jornal. Além disso, também traz o assunto da ação antidemocrática tomada por Montoro, de proibir reuniões de trabalhadores ao ar livre, sendo esta ação a caracterização do “retrocesso político incompatível com as promessas da campanha eleitoral”. (PT FAZ..., 1983, p. 11).

Novamente o PT destoa dos mais, aparentando refutar-se a buscar um consenso, algo tão aclamado nas páginas do jornal e que aparece de diversas formas (falas de terceiros, discursos de reportagem, organização das matérias etc.). E ainda assim, mais uma vez, explica-se em relação à participação nos saques, já que há uma convincente associação da baderna em seu nome. Sobre isso, o PT afirma:

O Partido dos Trabalhadores não estimulou e nem estimulará “quebra-quebra” e saques. E achamos possível que haja dentro destas manifestações a ação de provocadores da direita que espalham boatos e procuram instaurar o pânico entre a população. (PARTIDO EXPLICA..., 1983, p. 11).

No dia 12 de abril, aparece a consolidação da notícia que afirmava um encontro entre Figueiredo e Montoro para criar saídas para os problemas sociais mais urgentes. Na capa, um princípio de tumulto de trabalhadores em São Paulo

trouxe novamente a sensação de insegurança. As medidas anunciadas pela aliança entre o governo federal e o governo estadual ocorrem de modo a tentar apaziguar os ânimos dos exaltados desempregados. Dada a urgência da situação, o jornal exhibe em letras garrafais que tal encontro entre os governos ocorrerá no dia seguinte. No entanto, o que nos interessa nesta pesquisa é compreender de que forma os saques foram relatados na Folha de S. Paulo. Logo, os desdobramentos posteriores na política e na economia evidenciam que, apesar de os saques terem sido condenados com veemência, as ações extremas resultaram em ações rápidas do governo estadual para buscar melhorias aos desempregados existentes em grande número no Brasil. Não podemos afirmar que o movimento foi vitorioso no objetivo a que se propôs, mas é indiscutível o fato de que o movimento deu uma importante visibilidade às questões do desemprego e da fome que afligiam o trabalhador desde o final dos anos 70.

3.4 Nas entrelinhas do discurso: o caso do jornal Folha de S. Paulo

Sobre as táticas utilizadas pelo jornal, trago, em primeiro lugar, a sua remodelagem editorial como decisiva em um processo de construção de um discurso que aponta para a democracia e para a possibilidade da abertura política. Percebemos então que algumas ferramentas discursivas foram utilizadas para conquistar o desígnio descrito acima. Sobre este aspecto, Michel Foucault evidenciará que o discurso pode ser construído e que neles existem perigos e poderes característicos. Portanto, todo discurso é “controlado, selecionado, organizado e distribuído por um certo número de procedimentos”. (FOUCAULT, 1996, p. 9). O autor também afirma que um dos campos onde o discurso e o poder exercem os mais temíveis poderes é justamente no campo da política.

Também podemos trazer um ponto crucial da análise destas fontes no que tange às repetições. Segundo Foucault:

[...] os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de falas que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 1996, p. 22).

Dada essa análise, retomo o que afirmei no começo como metodologia de agrupar as principais recorrências textuais durante as edições analisadas para esta pesquisa. As categorias e ideias expressas que configuram as permanências do que já foi dito são fundamentais para compor a análise da Folha de S. Paulo.

Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entretanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 1996, p. 25).

Sobre isso, podemos afirmar que o jornal direciona nossos olhares para as questões que normalmente não os direcionaríamos. A questão da intensa patrulha realizada sobre o governo de Montoro, a questão da ordem como princípio máximo de garantia de democracia e a indefinição quanto aos atos que ocorreram em São Paulo, são alguns exemplos nos quais podemos expressar este direcionamento intencional do olhar. Além de extrair as permanências selecionadas pelo jornal, é importante observar também, sob o prisma do discurso expresso por Foucault, quem é aquele que profere o discurso, ou seja, quem é autor.

Em um jornal não se personifica aquele que fala, ou seja, quem redigiu notícia ou o detentor da opinião emitida. No entanto, no início deste capítulo, indiquei que o autor, a Folha de S. Paulo como um corpo inteiro jornalístico, passava por significativas mudanças no âmbito ideológico, mas com um claro viés mercadológico. Como já citado neste capítulo, o autor é aquele que agrupa todas as notícias em seu veículo e também busca afinar tudo o que foi escrito com a sua ideologia. Portanto, não está expressa a ideia pessoal de cada jornalista que redigiu a reportagem, mas sim a ideia do jornal como todo, do perfil que o jornal escolheu para se apresentar aos leitores.

Quando, durante a pesquisa, trouxe à tona algumas técnicas de diagramação para trazer inquietações ao leitor, Foucault complementa nossa análise ao passo que afirma que a:

organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao autor. Ao do autor, visto que uma disciplina se define por um domínio dos objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos. (FOUCAULT, 1996, p. 30).

Sobre esta afirmação, retomo o trecho mencionado neste capítulo a respeito das alusões às possíveis participações dos movimentos de esquerda nos saques,

embora esta tese nunca tenha se confirmado. O jogo de palavras e a construção do texto se apresentam de forma intencional pela evidente escolha de métodos a partir de um “jogo de regras”.

No que diz respeito às falas presentes nas páginas do jornal, a princípio pode-se ter a sensação de que todos possuem vozes ativas, mas no entanto, através dos métodos citados acima, adiciono o conceito da interdição do discurso. Sobre isso, Foucault reitera: “[...] que qualquer um não pode falar qualquer coisa”. Sobre isso podemos elucidar o destaque dado pelo jornal às falas de maior importância e também o desprestígio dado às falas menos interessantes, tudo isso envolvido em um jogo de intencionalidades. Podemos trazer como exemplo a recorrência do discurso de Montoro durante as edições e também dos comentários sobre tal personagem. Podemos nos lembrar também que as falas dos desempregados, manifestantes e integrantes de partidos de esquerda estão incutidos em uma semântica da invalidade ou da radicalidade, conceitos claramente rechaçados pelo jornal. Como exemplo deste caso, destaco as falas atribuídas ao PT, que estão sempre em um universo de radicalidade e fora de um consenso comum e ainda tem de se explicar a todo momento, caracterizando as acusações de baderneiros. Outro exemplo é a descaracterização da comissão que conversará com Montoro na edição do dia 6 de abril. Sobre esta comissão: não há nome dos integrantes, não há continuidade da negociação nos dias seguintes e nem é dada importância às suas reivindicações, que ficaram perdidas, como meras sugestões ao governador.

Além dos exemplos acima, podemos inserir a definição de “rituais da palavra” (FOUCAULT, 1996, p. 39) como forma de traçar um estereótipo acerca dos comportamentos e signos de determinados grupos. Ao decifrar a mensagem do jornal, percebemos que os desempregados que executam os saques possuem como ação o imprevisto e impulsos ao sabor das direções dos atos de seus companheiros. O modo como são retratados influencia no entendimento que o leitor constrói sobre estes, que estão sempre exercendo ações violentas e inconsequentes. Sobre estes rituais, também é interessante ressaltar a rebeldia com que os movimentos de esquerda são retratados. Esta rebeldia vai lhes custar sérias acusações de encabeçarem um movimento tido como ilegítimo tanto pelas autoridades quanto pelos civis, tendo no jornal um veículo poderoso de representação dos grupos.

Temos então, a partir da observação de vários aspectos do discurso, principal ferramenta da mídia escrita, o entendimento de como se deu a reprodução dos

saques dentro do *corpus* do Jornal Folha de São Paulo. Ao destrinchar suas ações, intencionalidades e metodologias, podemos afirmar que este veículo se lançou em uma cobertura jornalística de um evento para, através dele, legitimar certos aspectos relevantes à nova construção editorial/ideológica do jornal. Cobrir os saques trouxe à Folha a possibilidade de contestar a baderna como caminho escolhidos pelos integrantes dos movimentos e também, a partir de ressignificações e reconstruções, enaltecer Franco Montoro como um forte representante da democracia, tão defendida nas linhas e entrelinhas do jornal.

A ordem, imposta como caminho legítimo para a obtenção de uma abertura política, foi defendida de forma contundente e exaustiva. O jornal não se coloca como alcunha da revolução, mas sim como defensor da abertura “gradual, lenta e segura” profetizada pelos próprios chefes de estado da ditadura militar.

A sua guinada como porta-voz da democracia foi extremamente fundamentada sob a égide dos saques que se iniciará em Santo Amaro, uma vez que este evento possibilitou à revista explorar o assunto de forma a cativar o leitor. Como foi dito no início deste capítulo, a história da Folha prova que ela foi defensora da ditadura militar, praticando a autocensura, veiculando edições que exaltavam ações dos governos militares e, no caso da Folha da Tarde, material já extinto do grupo Folha, há denúncias e afirmações de que havia empréstimo de seus carros para transportar presos políticos às prisões e locais de tortura.

Com a astuta percepção de Octávio Frias de que o regime caminhava para o seu fim, resolveu então mudar sua forma de se apresentar e as ideias que iria veicular, mas não mudou sua essência de seguir as tendências das ideias correntes para angariar cada vez mais leitores e assim aumentar seu lucro. Por fim, o objetivo mercadológico foi alcançado e na história oficial da Folha consta como ferrenha defensora da democracia, enquanto na história extra-oficial conste que sua defesa se deu por motivos de mercado.

CONCLUSÃO

Após analisar ambos os veículos, fica possível entender a totalidade das matérias analisadas aqui neste trabalho tanto da revista *Veja* quanto do jornal *Folha de S. Paulo*. Em primeiro lugar é essencial demonstrar que ambos utilizaram práticas discursivas no sentido de buscar silenciar vozes díspares de suas opiniões.

O objetivo desta pesquisa concretizou-se a partir das análises das fontes aqui citadas, buscando nestas as intencionalidades abarcadas nas estratégias discursivas das páginas da revista *Veja* e do jornal *Folha de S. Paulo*. O que busquei analisar foi a forma com que se deu a abordagem dos saques, buscando também atrelar esta abordagem com os projetos políticos-midiáticos inerentes aos veículos pesquisados.

Para a historiografia que buscou compreender o que foram de fato os saques que ocorreram na região de Santo Amaro, há o entendimento de que foi um movimento angariado por Aurélio Peres, deputado integrante do PMDB, mas que mantinha laços com o PC do B, uma vez que este partido ainda encontrava-se na ilegalidade no período compreendido nesta pesquisa. Embora o movimento tenha iniciado com uma tentativa de organizar uma passeata contra a carestia e desemprego, alguns grupos começaram a se descolar da passeata e iniciando por espontaneidade uma onda de saques aos supermercados, quitandas, etc. Portanto, essa espontaneidade verificou-se quando os próprios organizadores não conseguiram mais delimitar as ações.

As ações duraram três dias, iniciando-se no dia 4 de abril de 1983. Os saques foram duramente reprimidos pela polícia e conseguiram instaurar na cidade um verdadeiro clima de instabilidade, uma vez que a ação não ficou circunscrita apenas à região de Santo Amaro, mas também propagou-se para o centro de São Paulo, periferias da Zona Sul e ao Palácio dos Bandeirantes.

Os saques possuíram então uma importância significativa por diversas frentes, uma vez que representou um movimento que não contou com lideranças políticas, escancarou uma situação social de precariedade e desespero e também apontou para as ações compreendidas pelos participantes como justiça social, uma vez que se as políticas econômicas e sociais não foram capazes de resolver o desemprego, a fome, a alta taxa de juros, os trabalhadores buscariam seus

alimentos por sua própria iniciativa, ou seja, configurava-se em uma forma de justiça social.

Diferente do que foi retratado nas páginas do jornal Folha de S. Paulo e revista Veja, os desempregados reivindicavam vagas de trabalho e pensavam que através de ações radicais conseguiriam chamar a atenção das principais autoridades políticas do país. Embora houvesse um discurso muito forte apontando na direção de que as ações radicais não trazem frutos, percebemos que alguma movimentação para reverter a situação foi realizada, uma vez que esforços do governador de São Paulo e do presidente do Brasil rumaram para buscar soluções para o desemprego.

Ao fim dos saques, que terminariam tanto por fortes repressões policiais quanto por acordos e promessas entre governantes e integrantes do movimento, o movimento foi importante por acrescentar à defesa as abertura política e a sua agilidade, para que movimentos desta natureza não ocorressem mais. Além disso, os saques configuraram-se na força que os movimentos sociais possuíam, uma vez que um grupo de desempregados conseguiu agitar o país.

Nos dias de veiculação dos saques que ocorreram em Santo Amaro, os ares da democracia começaram a surgir com timidez no jornal Folha de S. Paulo e na revista Veja. Essa aparição da fala democrática está ligada a uma ideia contrária, a de que é necessária a existência da ordem para que haja a possibilidade da distensão democrática. Portanto a tese da democracia é ponto de oposição às ações dos manifestantes. Em relação às análises comparativas realizadas entre a Veja e a Folha de S. Paulo, dedico os parágrafos abaixo.

Em relação ao silenciamento em Veja, afirmo com base nas fontes analisadas que a fala de Joaquinção pretende atuar como unificadora e representante dos trabalhadores, mas após compreendermos a trajetória deste personagem, percebemos que este não se trata de um mero trabalhador. Joaquinção representa a intervenção do Estado no sindicato, repressões e perseguições. A partir de sua fala podemos entender que há este silenciamento dos trabalhadores em prol de um enaltecimento da fala de Joaquinção.

Na entrevista concedida, os trabalhadores participantes dos saques aparecem caracterizados por Joaquinção como classe perigosa e sem rumo, que não respeita a ordem estabelecida. Em nenhum outro momento há a presença de fala de trabalhador. A fala de Joaquinção será reiterada por diversas vezes nas páginas de Veja, caracterizando os manifestantes como violentos, sem rumo e

razão. Portanto, para reforçar sua fala, a Veja recorre a entrevista de um representante de um sindicato conservador e pelego, símbolo de passividade diante dos demais sindicatos que começam a mudar sua perspectiva. A ordem está presente na palavra de Joaquinção, assim como nas páginas da revista Veja,

Já na Folha de S. Paulo esse aspecto do silenciamento é explorado com mais cautela, uma vez que, diferente da revista Veja, aparecem falas de trabalhadores e participantes do movimento. No entanto essa aparição ficará basicamente restrita à edição do dia 5 de abril. Após essa edição os trabalhadores também aparecem citados por outros sujeitos, muitas vezes integrantes de partidos políticos. Além disso recebem por diversas frentes críticas em relação a atuação na luta por melhores condições de vida. No entanto a violência das manifestações é vinculada às mazelas do desemprego em uma crítica direta ao governo federal e suas políticas econômicas e sociais.

Sobre a prática de apontar um personagem importante como porta voz dos demais, Marcondes Filho nos traz à luz desta questão:

Na personalização espelha-se a matriz do discurso burguês, de forma geral, tal como se vê também na historiografia e nas ciências sociais. As determinações histórico-estruturais dos fenômenos, como responsáveis pela ocorrência no que se refere à política e à economia sobre o dia-a-dia são desprezadas. (MARCONDES FILHO, 1996, p. 43).

Podemos inserir nesta análise a presença do economista Celso Furtado, personagem que também aparece em Veja de forma a corroborar as intenções da revista em apontar uma saída negociada com o regime militar e rumar à democracia. Em um forte contraponto com a personificação de agentes a reiterar e reforçar a fala presente no projeto editorial da revista, devemos trazer a personificação das “classes perigosas” como ameaças iminentes ao Estado militar e conseqüentemente a ordem. Nesse ponto nos lembramos da condenação de grupos e esquerda e sua culpabilização pelo movimento que culminou nos saques em Santo Amaro e São Paulo. Sobre este fato também nos aponta Marcondes Filho:

O outro lado da moeda da personificação (positiva) dos fatos sociais como produto de políticos, administradores, economistas, etc., é a perseguição personalizada de agentes dos males sócias caracterizada no recurso ao bode expiatório. (MARCONDES FILHO, 1996, p. 44).

Este artifício de jogar nos grupos de esquerda a responsabilidade pelas manifestações violentas busca interagir com o leitor na intenção de fazê-lo entender que tais grupos precisam ser combatidos, caso contrário o projeto de abertura democrática não ocorrerá. É incutir no ideário social que a esquerda, apesar de reprimida pela ditadura, ainda se configura em perigos aos novos caminhos do Brasil.

Retornando ao personagem Joaquinção que aparece em *Veja*, é imprescindível comparar sua presença a de Lula na *Folha de S. Paulo*. Joaquinção representa o braço do Estado, portanto está personificando a ordem. Sua fala vai de encontro às intencionalidades jornalísticas da revista ao defender fortemente a repressão como controle dos movimentos sociais mais radicais. A revista *Veja* repudia a radicalidade e não relativiza em nenhum momento as ações dos manifestantes, ignorando sua situação precária em uma época de crise econômica.

Já em *Folha de S. Paulo* aparece a fala de Lula como personagem político a defender os trabalhadores e também que políticas sociais sejam realizadas para estancar o desemprego e a fome, tão presentes naquele contexto. Sobre a presença de Lula, Napolitano nos traz a clareza da intenção de *Folha* em inseri-lo em suas páginas:

Para conseguir a hegemonia naquele contexto, que assistia ao incremento da participação popular organizada na medida do próprio enfraquecimento do regime militar, os liberais deveriam superar os limites do seu discurso, que enfatizava a mudança puramente institucional e, de uma forma ou de outra, incorporar os temas e demandas dos movimentos sociais (justiça social, participação decisória, liberdade sindical, etc.). (NAPOLITANO, 2002, p. 157).

O que Napolitano nos apresenta é o fato do discurso liberal buscar uma hegemonia ao também emitir que a mudança que ocorreria com o advento da democracia atenderia às demandas da esquerda no que se refere às políticas de melhorias de vida às classes mais atingidas pela crise. Sobre isso a *Folha de S. Paulo* nos traz com muita clareza e objetividade as promessas de Montoro em relação às medidas para conter o desemprego. Como pudemos observar no capítulo 3, há uma extrema defesa do PMDB como partido da esperança de uma transição ordeira e negociada que propunha a hegemonia trazida acima na citação. Além das soluções apresentadas por Montoro para conter a fome o desemprego, também apresentarão uma negociação com o governo Figueiredo para que tais políticas

sejam viáveis, apresentando esse caráter da transição negociada onde vozes da democracia e vozes da ditadura emendam um diálogo afinado.

Sobre esta questão política devemos observar que é somente no jornal Folha de S. Paulo que aparece uma ampla defesa de Montoro e do PMDB. Na revista Veja a linha editorial adotada ao tratar dos saques rumou na direção de defender uma maior repressão do governo federal e o rápido reestabelecimento da ordem. O nome de Montoro e suas ações aparecem de forma mais tímida que em Folha de S. Paulo.

Outra questão que também não foi mais profundamente abordada na revista Veja foi o conflito envolvendo as esferas federais e estaduais do poder. Diferente do que vemos em Folha, Veja direciona apenas algumas críticas à aparente desordem política na cúpula do governo federal, fazendo uma analogia a desordem que ocorreu em São Paulo, no sentido de defender que haja o restabelecimento da ordem tanto na política quanto na sociedade.

A Folha elucida também com muito enfoque a questão destes conflitos entre governo federal e estadual, trazendo sempre à tona a questão da intervenção policial em São Paulo caso Montoro não controlasse os saques e os quebra-quebras. A todo momento diversos participantes de ambos os governos atribuem a culpa da eclosão do movimento ao outro; na fala do governo estadual a culpa é do governo federal que não garantiu condições mínimas de amparo aos trabalhadores desempregados, além das políticas econômicas que culminaram em um forte desemprego. Já o governo federal atribui a leniência de Montoro em cuidar da repressão das massas rebeldes e restaurar a ordem estabelecida nos espaços públicos, a qual sempre foi garantida pela ditadura militar.

No que diz respeito ao tom adotado nos discursos, é interessante ressaltar que a revista Veja apresenta um tom ácido ao tratar do caso, utilizando diversos adjetivos depreciativos ao se referir aos manifestantes. O discurso da Veja fica muito claro e escancarado.

Já na Folha de S. Paulo não é possível, em um primeiro momento, entender quais os seus objetivos e opiniões, embora estas estejam sempre presentes em suas páginas. O jornal trabalha com um discurso mais suave e caminha muitas vezes na direção oposta ao de Veja em relação às opiniões defendidas. Por diversos momentos a Folha de S. Paulo criticou o uso de uma repressão violenta por parte das autoridades policiais. Essa prática coincide com a citação de Pilagallo (2012, p. 214) ao apresentar que houve um acordo entre Otávio Frias e Ernesto Geisel para

que houvesse uma crítica à linha dura dos militares. Portanto, a maior representação da linha dura estava nas ações e violências policiais. Assim sendo, há uma diferença discursiva brusca em relação a repressão.

Outra questão importante é perceber quem são os personagens de maior destaque em ambos os veículos. Na *Veja* é possível perceber a forte presença de representantes do empresariado / comerciantes. As diversas falas de donos de lojas saqueadas nos traz essa evidência. Essa prática resulta do forte viés propagandístico e mercadológico da revista *Veja*, evidenciada desde o seu nascimento na carta ao leitor apresentada no segundo capítulo. Portanto, defender essa categoria é também defender seus interesses econômicos. Fica evidente também que o público para que a revista *Veja* se direciona é aquele que possui ideais mais conservadores, que bradam a força policial e a forte presença do Estado. Além disso não devemos esquecer que o público da revista *Veja* no ano de 1983 é integrantes das altas camadas da sociedade, camadas ocupadas também por empresários e comerciantes. Atender aos interesses desta classe é também atender aos interesses de seus principais leitores, como nos apresenta Chicarino:

[...] há que se considerar que era para esse público alvo que a revista *Veja* produzia o seu conteúdo, e é a partir de valores e ideias por eles compartilhados que constituirá o seu projeto político midiático". (CHICARINO, 2015. p. 65).

Já na Folha de S. Paulo as falas de políticos serão privilegiadas e apresentando sua diversidade, recorrendo aos secretários, porta-vozes, ministros, representantes, etc. Há nas últimas edições analisadas do jornal um tom de conciliação entre ambas as forças políticas já mencionadas.

Em relação ao uso da palavra "porta-voz", Marcondes Filho também elucida esta questão no campo da linguagem e da técnica. Segundo o autor, este artifício ocorre para firmar a fala e garantir neutralidade da matéria.

O uso de formas linguísticas, ou seja, o uso de tom oficial, de formulações anônimas tipo 'fontes bem-informadas', 'porta-voz oficial', da forma passiva neutralizante, do tempo condicional operam no sentido de favorecer num comportamento receptivo. A transmissão noticiosa que usa tais figuras de linguagem tenta passar imagens neutras, oficiais, sérias e indiscutíveis com o mesmo tom dos comunicados do governo, que se não correspondem à verdade, pelo menos possuem um tom direto, restritivo, imperativo". (MARCONDES FILHO, 1996, p. 48).

Sobre o aspecto dos personagens presentes em ambos os veículos fica claro o tom do distanciamento das massas, dialogando sempre com as camadas mais privilegiadas pela sociedade. Em relação a representação dos grupos de esquerda como grupos perigosos e também responsáveis pelos saques que ocorreram, podemos considerar característica igual em ambos os veículos. Tanto Veja quanto Folha de S. Paulo constroem seus discursos na tentativa de apresentar tais grupos como ameaçadores à ordem estabelecida e conseqüentemente aqueles que podem culminar no fracasso do processo e abertura democrática. Sobre isso, podemos perceber o recorrente tom adotado clamando por ordem, afim de demonstrar à sociedade que é apenas com organização ordeira que conseguiremos obter a tão aguardada abertura,

Finalmente em relação aos saques, podemos perceber que ambos os veículos buscaram criminalizar tal movimento, mas com enfoques e práticas diferentes. Em Veja podemos observar que não há qualquer justificativa para que estes ocorram, uma vez que se o trabalhador está com problemas, este deve buscar agir por intermédio do sindicato, que é uma ferramenta institucional e que vai garantir a ordem na negociação de soluções. Não é aceitável, portanto, nenhum movimento social realizado sobre a quebra das regras e desordem.

No jornal Folha de S. Paulo podemos observar também a condenação do movimento, mas por diversas vezes o jornal apresenta que este resultou do desespero do trabalhador acerca das condições que estes sujeitos encontra-se. A linguagem do caos é forte em ambos os veículos, demonstrando a violência com que agiam os manifestantes. Mas na Folha de S. Paulo outra versão para a ocorrência da violência é apresentada, quando trazem a fala de José Lima Soares de que os manifestantes só reagiram daquela forma em resposta à violenta repressão policial, uma vez que os manifestantes estavam marchando com ordem.

Por fim, resalto aqui que a pesquisa concluiu que ambos os veículos são representantes de camadas sociais bem definidas, trazendo discursos de naturezas e essências diferentes, mas que apontaram caminhos iguais como resultado; a contenção das classes perigosas e a criminalização dos movimentos sociais de esquerda são marcas semelhantes em ambos os veículos. A defesa da ordem como manutenção da distensão institucionalizada também é característica de ambas as mídias, ficando claro que se delineia em 1983 um apoio amplo da democracia como solução aos problemas sociais e econômicos, embora tanto Veja quanto Folha de

S. Paulo estejam interessadas na questão de vendagem e lucro da revista, demonstrando seus interesses nas entrelinhas de seus discursos. Em Veja o discurso é ainda mais conservador do que na Folha, assumindo clara defesa das ações da ditadura, chegando até, antes do período aqui recortado, a defender a candidatura de Figueiredo ao posto de presidente da república. Essa ação claramente esta condizente com os rumos do governo e de seus desejos para o futuro do país.

Outra característica irrefutável que aparece tanto em Veja quanto na Folha é a expressa defesa da ordem. Ordem ao tratar da questão da abertura e ordem ao reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Não há em nenhum dos veículos o enaltecimento da radicalização da luta ou então a defesa da quebra de estruturas para que se imponha uma ordem social igualitária ou não excludente. Portanto tanto Veja quanto Folha de São Paulo caminham na direção de defender de forma irrestrita a transição negociada da abertura lenta, gradual e segura.

As ações de Veja e de Folha foram necessárias para que a partir de um clima de caos se fizesse uma brecha para a defesa de uma democracia liberal apontada como solução dos levantes sociais. Além disso ambos os veículos promoveram com força os ventos da abertura defendidos pelos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Portanto, repousa em suas páginas a defesa da transição negociada sem a interferência de setores mais radicais; a transição, como diz a palavra, seria realizada de forma não abrupta e que garantisse a ordem como ação para esta democracia que estava por chegar. Concluindo, o papel tanto do jornal Folha de S. Paulo e da revista Veja no cenário nacional foram essenciais para a disseminação da política de distensão do governo e outras ações. Foram essenciais também no que tange à construção através de um prisma ideológico em relação aos saques, associando-o com baderna, ação de esquerda e desestabilização do governo.

Ao leitor de veículos integrantes de um projeto liberal percebemos que a história tanto de Veja quanto da Folha de S. Paulo são decisivas em suas personalidades e modo com que exercem a ação jornalística, cada uma com seus interesses diferentes. Suas trajetórias envolvendo projetos editoriais, contratação e afastamento de jornalistas, adequação às vozes da maioria de seus leitores e alinhamento com o governo são características que nos permitem entender todas as razões apontadas acima.

REFERÊNCIAS²⁵

4 DE ABRIL de 1983. **Revista Veja**, São Paulo, 13 abr. 1983. Edição nº 762. Editora Abril, p. 22.

A VIOLÊNCIA diminui mas a tensão continua. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 2.

A VIOLÊNCIA se alastra e Montoro promete ordem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 1.

ABERTURA em crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Opinião, Primeiro Caderno, p. 2.

AÇÃO da polícia atinge imprensa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

ATÉ 2ª, Montoro pedirá audiência com o Presidente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 5.

BADARÓ, Marcelo. **Luis Inacio da Silva**. Verbete. Material publicado pelo dicionário biográfico da FGV – CPDOC. [2009]

BELLINGIERI, Julio Cesar. A Economia no Período Militar: crescimento com endividamento (1964-1984). **Revista FAFIBE Online**, Bebedouro-SP, v. 1, 2005.

BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo, Trabalhar e Viver**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de Muros: Crime, Segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CASTILHO, Edmilson Peres. **A contribuição da habitação popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do complexo habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)**. Tese (Doutorado), Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHICARINO, Tathiana Senne. **A disputa por um projeto político hegemônico: o caso da revista Veja na transição democrática (1974-1985)**. Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CIVITA, Victor. **Revista Veja**, São Paulo, 11 set. 1968. Edição nº 1, Editora Abril, Carta do editor, p. 20-21.

²⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

COMÉRCIO pede garantias e ameaça fechar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

CYSNE, Rubens Penha. A Economia Brasileira no Período Militar. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 207, mai.-ago. 1993.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5. Fatos e Imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. FGV-CPDOC, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

DIREÇÃO do PMDB manifesta apoio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

ESTÃO QUERENDO intervenção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 6.

EVITAR o desespero. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Opinião, Primeiro Caderno, p. 2.

FALTOU UMA boa gestão. **Revista Veja**, São Paulo, 30 mar. 1983. Edição nº 760, Editora Abril, Entrevista: Celso Furtado. Entrevistador: Marco Antônio de Rezende, p. 5-6.

FERREIRA, Cassiana Buso. **Representações de intolerância na imprensa escrita**: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983). Dissertação (Mestrado), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO COLOCA em prontidão 2º Exército. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

FIGUEIREDO NÃO comenta, apenas ouve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 15.

FIGUEIREDO QUER restauração do clima político. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 1.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais no Brasil** – A construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Editora Loyola, 1995.

GRUPO de 300 vai até a Assembléia Legislativa. **Folha de São Paulo**, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

Guido, Cristina. **Celso Monteiro Furtado**. Verbete. Material publicado pelo dicionário biográfico da FGV-CPDOC. [2009]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

IGREJA reconhece a angústia, mas critica violência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

INTERPRETAÇÕES equívocas repelidas por oposições. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

IRRECONHECÍVEL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Opinião, Primeiro Caderno, p. 2.

JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais Urbanos Numa Época de Transição: Limites e Potencialidades. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Ed. Loyola, 1976.

KUSHNIR, Beatriz. **Demitrio Carta**. Verbete. Material publicado pelo dicionário biográfico da FGV – CPDOC. [2009]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/demitrio-carta>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

LULA CRITICA governo e rebate acusação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 12.

MACEDO PROMETE integração a Pazzianotto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 12.

MALUF RESPONSABILIZA PMDB e PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

MANIFESTANTES TENTAM invadir Palácio e derrubam gradis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

MANIFESTANTES TENTARAM invadir uma delegacia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

MARCHEZAN ADMITE que há “estímulos à agitação”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

MAXIMIANO AFASTA a possibilidade de intervenção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORREIA, Maria Letícia. **Antônio Delfim Neto**. Verbete. Material publicado pelo dicionário biográfico da FGV – CPDOC. [2009]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MENOS DISTÚRBIOS num dia de tensão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

MEU DEUS, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

MIRA, Maria Celeste. **O Leitor e a Banca de Revistas**: A segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Ed. Olho D'água/FAPESP, 2001.

MONTORO GARANTE que a ordem será mantida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 6.

MONTORO NÃO age, afirma ex-prefeito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 15.

NÃO ACEITEM provocações, adverte Montoro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Juruá, 2002.

NEGROS dias de abril. **Revista Veja**, São Paulo, 13 abr. 1983. Edição nº 762, Editora Abril, p. 26-34.

NITRINI, Dácio. Da luta pela liderança, só restou o descontrole. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

NOVO COMANDANTE da Rota promete rigor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 12.

O EPICENTRO da tensão social. **Revista Veja**, São Paulo, 13 abr. 1983. Edição nº 762, Editora Abril, p. 30-31.

ORGANIZADOR culpa violência policial e faz advertência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

ORGANIZADORES alegam descontrole. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

OS DISTÚRBIOS visam à desestabilização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 5.

OS NÚMEROS do medo. **Revista Veja**, São Paulo, 6 abr. 1983. Edição nº 761, Editora Abril, p. 102.

PARA A FIESP, a polícia precisa ser drástica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

PARA MACEDO, ações não têm geração espontânea. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 15.

PARTIDO COMUNISTA do Brasil (PC do B). Verbete. Material publicado pelo dicionário biográfico da FGV – CPDOC. [2009]. Disponível em: <
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PARTIDO EXPLICA “onde esteve”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma. São Paulo: Editora três estrelas, 2012.

PIMENTEL ASSEGURA a manutenção da ordem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa Ditadura e Democracia** – A construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha. Dissertação (Mestrado), Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PM VAI agir sem medo de crítica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 10.

POLÍCIA OCUPA Sé e impede aglomeração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

PT FAZ crítica à ação de Montoro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 11.

QUEM PAGA a baderna. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Opinião, Primeiro Caderno, p. 2.

REFLEXOS da herança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1983. Opinião, Primeiro Caderno, p. 2.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

SÁ, Néelson de. Contrato com leitor foi selado em primeira campanha da Folha. **Folha Online**. Folha 95 anos. Análise. 28 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744331-contrato-com-leitor-foi-selado-em-primeira-campanha-da-folha.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

SINDICALISTAS SÃO INTIMADOS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 13.

SINGER, Paul. **A Crise Do “Milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Ulysses Alves de. A história secreta de Veja. **Revista Imprensa**, set. 1988.

STROH, Paula Yone. **Vai Trabalhar Vagabundo** - A exclusão social e o protesto político dos desempregados em São Paulo. Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

TELLES, Vera Silva. **Trabalhadores e Família**: A Produção das Diferenças Entre Trabalhadores Urbanos. Mimeo, 1988.

TROPA da PM chega e é vaiada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 14.

UM DIA DE PAZ na cidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 1.

UM DIA DE SAQUES e pânico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1983. Primeiro Caderno, p. 1.

VIANNA, Ruth Penha Alves. **Informatização da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

ANEXO I – FONTE: JORNAL FOLHA DE S. PAULO

05-04-83	Um dia de Saques e pânico	Capa primeiro caderno	Página 1
05-04-83	Ação de emergência para gerar emprego é ordenada	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
05-04-83	Passeata acaba em saque e quebra-quebra	Primeiro caderno (local)	Página 13
05-04-83	Manifestantes tentaram invadir delegacia	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	Grupo de até 300 vai até a assembléia legislativa	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	Tropa da PM chega e é vaiada	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	"Meu deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?"	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	Vidigal acredita em 'movimento isolado'	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	Organizador culpa violência policial e faz advertência	Primeiro Caderno (local)	Página 14
05-04-83	Evitar o desespero	Primeiro Caderno (opinião)	Página 15
06-04-83	A violência se alastra e Montoro promete ordem	Capa	Página 1
06-04-83	Irreconhecível	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
06-04-83	Reflexos da herança	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
06-04-83	Quem paga a baderna	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
06-04-83	Temos governador	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
06-04-83	Abertura em crise	Primeiro Caderno (opinião)	Página 2
06-04-83	Governadores pedem calma	Primeiro caderno (local)	Página 9
06-04-83	Montoro garante que ordem está mantida	Primeiro caderno (local)	Página 9
06-04-83	Na televisão, um duro pronunciamento	Primeiro caderno (local)	Página 9
06-04-83	Estão querendo intervenção	Primeiro caderno (local)	Página 9
06-04-83	Manifestantes tentam invadir Palácio e derrubam gradis	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Interpretações equívocas repelidas por oposição	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Figueiredo coloca em prontidão o 2º exército	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	QG do Ibirapuera colhe informações e obedece rotina	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Num diálogo áspero, promessas	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Contra Locautes	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Polícia vai agir sem medo	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Portaria regula reunião pública	Primeiro Caderno (local)	Página 10
06-04-83	Mobilização	Primeiro caderno (local)	Página 10

06-04-83	Comércio pede garantias e ameaça fechar	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Apelo a federações patronais para ação contra desemprego	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Para FIESP polícia precisa ser mais drástica	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Dirigentes de empresa cristãos fazem sugestão	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Marchezan admite que há "estímulo à agitação"	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Acusações (nota)	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Maluf responsabiliza PT e PMDB	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Perplexo, Dia não entende a reação popular	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Igreja reconhece angústia, mas critica violência	Primeiro caderno (local)	Página 11
06-04-83	Saques e quebra-quebra chegam ao centro	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	A violência diminuiu mas a tensão continua	Primeiro Caderno (capa)	Página 1
07-04-83	Paulicéia desvairada	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Um espectro à mesa	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Oposição condicionada	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Contra a violência	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Menos tensão	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Desemprego e desinformação	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	A difícil democracia	primeiro caderno (opinião)	página 2
07-04-83	Os distúrbios visam a desestabilização	Primeiro Caderno (política)	Página 5
07-04-83	O caos visto por trás	Primeiro Caderno (política)	Página 5
07-04-83	Menos distúrbios num dia de tensão	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Eles não prevalecerão, assegura o governador	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Três sinais indicam que o pior já passou	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Dilermando acha que Montoro agiu certo	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	SNI detectada envolvimento de membros do PCdoB	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	No congresso, liderança do PDS elogia decisões	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Para Brizola, imprensa exagerou no noticiário	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Maximiano afasta possibilidade de intervenção	Primeiro Caderno (local)	Página 11
07-04-83	Macedo promete integração a	Primeiro Caderno (local)	Página 12

	Pazzianotto		
07-04-83	Poucas propostas no encontro de secretário e sindicalistas	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Demitidos terão ajuda de campanha	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Unido, comércio pede medidas de urgência	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Fiesp culpa agitadores profissionais	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Dom Avelar vê risco de manipulações	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Lula critica governo e rebate acusação	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Desemprego volta a aumentar nas grandes cidades	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	"Sem nuvens, o céu não tem encantos"	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Comissão sugere maior controle sobre demissões	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	PMDB reclama medidas para reduzir a crise	Primeiro Caderno (local)	Página 12
07-04-83	Pimentel assegura a manutenção da ordem	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Informações, maior problema	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Três cenas na cidade	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Polícia ocupa Sé e impede aglomeração	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Vita nega Câmara para assembleias	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Mais de 600 presos em dois dias	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	No Centro, as lojas e bancos fecharam	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Com 160 policiais, tudo ocorreu bem no largo 13	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Sindicalistas são intimados	Primeiro Caderno (local)	Página 13
07-04-83	Peemedebistas solidarizam-se	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	Um dia de paz na cidade	Capa	Página 1
08-04-83	O PMDB deve disputar	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	As opções da crise	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	Os músicos	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	Para onde vamos?	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	Força e Fraqueza	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	Andreazza na Câmara	primeiro caderno (opinião)	Página 2
08-04-83	Não aceitem provocações, adverte Montoro	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	"É cobrança da dívida social"	Primeiro Caderno (local)	Página 13

08-04-83	Com a policia nas ruas, o Centro tem um dia normal	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	No Largo 13, apreensão continua	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	Pimentel admite demora em agir	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	566 presos no balanço oficial	Primeiro Caderno (local)	Página 13
08-04-83	Afif encaminha reivindicações de comerciantes	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	A responsabilidade civil do Estado	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	"Mercado de seguros pronto para cobertura"	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Secretário do Trabalho anuncia 30 mil vagas para não-qualificados	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Desemprego é pano de fundo, repete Macedo	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Ajuda para os desempregados exige 250 bi	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Peemedebistas solidarizam-se	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Cr\$ 2,5 bi no Banespa para emprega tingida	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	2º Exército mantém regime de prontidão	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Dirigente do PCdoB refuta a lista do SNI	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Convergência rebate acusação do secretário	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Brizola aponta relação entre distúrbios e os atentados terroristas	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	No Rio, saqueado supermercado	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Da luta pela liderança, só restou o descontrole	Primeiro Caderno (local)	Página 14
08-04-83	Lojas fecham no Interior e mulher morre em Campinas	Primeiro Caderno (local)	Página 15
08-04-83	Sem local, Pré-CUT adia assembléia	Primeiro Caderno (local)	Página 15
08-04-83	PMDB deve controlar lideranças	Primeiro Caderno (local)	Página 15
09-04-83	Figueiredo quer restauração do clima político	Capa	Página 1
09-04-83	Montoro pede pela audiência até segunda-feira	Capa	Página 1
09-04-83	A crise por inteiro	primeiro caderno (opinião)	Página 2
09-04-83	Base para reflexão	primeiro caderno (opinião)	Página 2
09-04-83	O recorde da inflação	primeiro caderno (opinião)	Página 2
09-04-83	Publicidade e austeridade	primeiro caderno (opinião)	Página 2
09-04-83	Ordem e democracia	primeiro caderno (opinião)	Página 2

09-04-83	Figueiredo quer "restaurar clima político"	Primeiro Caderno (política)	Página 5
09-04-83	Até 2ª, Montoro pedirá audiência com o Presidente	Primeiro Caderno (política)	Página 5
09-04-83	Eleição direta acaba com crise, diz Itamar	Primeiro Caderno (política)	Página 5
09-04-83	Consenso deve incluir o povo, afirma Arraes	Primeiro Caderno (política)	Página 5
09-04-83	"Crise passageira resolve-se com vontade coletiva"	Primeiro Caderno (política)	Página 5
09-04-83	Cardeal adverte contra baderneiros	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	O Governo vacilou, afirmam políticos	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Marchezan atribui saques a radicais	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Tumultos em Fortaleza	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Grupo ameaça e comércio do Rio fecha mais cedo	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Boatos geram medo no interior	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Prejuízo foi de Cr\$ 2,5 bi, diz a Associação Comercial	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Deputado acha o saldo "positivo"	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Ackel "nem leu" fala de Brizola	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	PT faz crítica à ação de Montoro	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Partido explica "onde esteve"	Primeiro Caderno (local)	Página 11
09-04-83	Peemedebistas solidarizam-se com Montoro	Primeiro Caderno (local)	Página 12

ANEXO II – FONTE: REVISTA VEJA

30-03-83	Edição 760	Entrevista páginas amarelas	Celso Furtado: Faltou uma boa gestão	Página 3
06-04-83	Edição 761	Capa	Inflação: por que os preços disparam	Capa
06-04-83	Edição 761	Reportagem de capa	Os números do medo	Página 96
13-04-83	Edição 762	Capa	As lições do saque	Capa
13-04-83	Edição 762	Entrevista páginas amarelas	Joaquim dos Santos Andrade: A baderna é perigosa	Página 3
13-04-83	Edição 762	Reportagem de capa	4 de abril de 1983	Página 22
13-04-83	Edição 762	Reportagem de capa	Negros dias de abril	Página 26
13-04-83	Edição 762	Reportagem de capa	O epicentro da tensão social	Página 30
13-04-83	Edição 762	Reportagem de capa	Um caldeirão fervente	Página 35
13-04-83	Edição 762	Reportagem de capa	O palácio dos atônitos	Página 38